

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**Rafael Coutinho Chagas Pereira**

**A institucionalização da desconfiança em uma relação intersetorial:  
os estabelecidos e os *outsiders* no caso do rompimento da barragem de Fundão,  
em Mariana (MG)**

**Belo Horizonte**  
**2019**

**Rafael Coutinho Chagas Pereira**

**A institucionalização da desconfiança em uma relação intersetorial:  
os estabelecidos e os *outsiders* no caso do rompimento da barragem de Fundão,  
em Mariana (MG)**

**Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.**

**Orientador: Professor Doutor Jorge Alexandre Barbosa Neves**

**Belo Horizonte**

**2019**

|                      |   |
|----------------------|---|
| 301<br>P436i<br>2019 | <p>Pereira, Rafael Coutinho Chagas.</p> <p>A institucionalização da desconfiança em uma relação intersetorial [manuscrito] : os estabelecidos e os outsiders no caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) / Rafael Coutinho Chagas Pereira. - 2019.</p> <p>110 f.</p> <p>Orientador: Jorge Alexandre Barbosa Neves.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Sociologia – Teses. 2. Fundão, Barragem do (MG) – Teses. 3.Fundação Renova. I.Neves, Jorge Alexandre Barbosa. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p> |
|----------------------|---|

## ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### Rafael Coutinho Chagas Pereira

Aos 13 (treze) dias do mês de fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: “**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DESCONFIANÇA EM UMA RELAÇÃO INTERSETORIAL: OS ESTABELECIDOS E OS *OUTSIDERS* NO CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA (MG)**”. A banca foi composta pelos professores doutores **Jorge Alexandre Neves** (Orientador - DSO/UFMG), **Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG), **Matilde de Souza** (PUC-MINAS).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (  )

Reprovação da Dissertação (  )

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

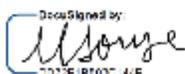
Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2019.



**Prof. Dr. Jorge Alexandre Neves** (Orientador - DSO/UFMG)



**Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende** (DSO/UFMG)

DocuSigned by:  
  
1177818707 4JB

**Prof. Dra. Matilde de Souza** (PUC-MINAS)

## DEDICATÓRIA

Inspirado pelo canto gregoriano das composições do maestro e professor brasileiro José Joaquim Emérico Lôbo de Mesquita, sinto-me infestado por um espírito criativo. A cidade de Mariana me encanta em cada esquina incontornável. Sensação inexplicável. Ou, talvez, não. Tentarei me explicar.

No Museu da Música, odor de urina, recobro-me dos asilos. A história está impressa em páginas de livros litúrgicos e suas músicas sacras polifônicas. Percebo a mistura dos sons e sintonias aparentemente dessemelhantes. Porém, com o ouvido aguçado, descubro que não o são. Suas linhas musicais expressivas seguem um padrão peculiar da era medieval. Estou dentro da história.

Fecho os olhos e sou inebriado por esta musicalidade cristianizada. Um cenário que me remete aos padres de outrora e suas estaturas baixas, porém, aparentemente altivas quando em cima do púlpito. O latim lhes fornece domínio, grandeza e proeminência diante de um público desesperado por pão e sentidos de existência. História cravada nas ruas e na arquitetura local: o desespero secular pela existência e razão na vida. A história das Minas Gerais escancara este suplício pela percepção de si mesma como uma sociedade política a ser levada em consideração.

Desde a época do império, Minas rasteja pelas auguras da tradição e da luta. Resistindo. Ela resiste. Seu ouro resiste. Seu povo luta. Eu luto! Não há motivos para deixar a história nos desprezar e silenciar. Sentado neste museu, percebo o desejo pela necessidade de ser lembrado. A lembrança é a única certeza da imortalidade.

Quantas vezes senti vontade de sentar e escrever como estou fazendo agora e não o fiz? O canto gregoriano me inspirou. Estou inspirado em Mariana, mesmo tendo que encarar de perto os desdobramentos infundáveis de um desastre. Não quero continuar parado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente e acima de tudo, a todos/as professores e professoras que fizeram parte do meu caminho rumo à paixão e escolha pela ciência e pelo ensino.

Agradeço aos meus pais por todos os ensinamentos, repreensões e direcionamentos que me tornaram uma pessoa preparada para encarar as dificuldades e particularidades da vida.

Agradeço aos meus irmãos pelas brincadeiras e compartilhamentos que me ensinaram a possibilidade de ser feliz em companhia de pessoas amadas.

Agradeço à minha avó Sônia e avô Toninho por me amarem e participarem da minha criação de forma tão presente e diligente.

Agradeço a todos os meus familiares, principalmente os/as que respeitam minhas opiniões e escolhas. Nossos debates são sempre efusivos e repletos de amor!

Agradeço à minha amada amiga, irmã, companheira, conselheira e ouvinte Luísa Borges. Cada momento que passamos juntos, conversando ou em silêncio (o que é difícil), está registrado em meu coração e em fotos!

Agradeço ao Wandeir Campos. Um amigo que me recebeu carinhosamente em sua casa, apresentou particularidades do universo dos/as atingidos/as na cidade de Mariana e me aproximou e me encantou com a espetacular pujança *queer* local. Agradeço, também, a todos/as os/as colaboradores/as do jornal A Sirene pelas conversas e direcionamentos durante o processo de pesquisa.

Agradeço à Lucimar Muniz, atingida que prontamente se dispôs a conversar comigo e me mostrar alguns caminhos a serem trilhados na investigação dos fatos.

Agradeço às amigas e amigos que fazem parte da minha vida e estão abertas e abertos a me acolherem e escutar.

Agradeço às artes, especialmente o teatro, com o qual me envolvo de forma transformadora, transcendente e inspiradora. Sem os meus momentos de devaneio e desligamento do mundo durante as aulas do CEFART, eu não conseguiria tolerar as extenuantes horas de escrita que passo sentado em uma cadeira.

## RESUMO

Em 05 de novembro de 2015, ocorre o maior crime/desastre socioambiental do Brasil: rompe na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, a barragem de Fundão no complexo minerário de Germano, da empresa Samarco. Uma barragem que represava 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração de ferro. Desse resíduo, 45 milhões de metros cúbicos foram lançados no meio ambiente, percorrendo quase 700 km ao longo da bacia do Rio Doce até alcançar o Oceano Atlântico. A onda de lama tóxica soterrou os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana (MG), e provocou uma destruição incalculável. Nessa tragédia, o foco se volta para a Fundação Renova, surgida em 2016, após um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC). Este acordo homologado e celebrado entre a mineradora Samarco, a Vale, a BHP Billiton, os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo e o governo federal, cunhou termos que vislumbravam uma possível governança compartilhada sobre o caso e concebeu uma Fundação que, desde o início, tornou-se a principal protagonista no andamento das negociações e cujas ações geram reações múltiplas e adversas entre as pessoas atingidas pela lama de rejeitos e entre outros/as envolvidos/as nessa situação. Percebendo essa complexidade, o objetivo desta dissertação de mestrado é investigar um espaço de negociação e diálogo em uma situação de crime/desastre tecnológico-ambiental para averiguar se a relação intersetorial estabelecida tem favorecido os/as principais atingidos/as e vítimas ou as empresas e organizações responsáveis pelo ocorrido. A partir de um estudo de caso sobre o rompimento da barragem de Fundão, com visitas à Mariana (MG) e observações anotadas em caderno de campo, descobriu-se que a mineradora Samarco, por meio da Fundação Renova, busca permanecer no centro das negociações e tomadas de decisão na busca pela resolução dos problemas. Ela age para se distanciar da situação, enquanto, simultaneamente, adota uma postura de conciliação e contínua tentativa de permanecer próxima aos/às atingidos/as a partir da construção de relações com laços fracos, o que lhe permite ter acesso a informações cruciais e que acaba gerando um ambiente regido pelo sentimento constante de desconfiança entre os/as agentes envolvidos/as. Ademais, a empresa e a fundação se autoproclamam estabelecidas e atuam de forma homogênea, preservando seus interesses e alimentando mentiras, estigmas e relações conflituosas com os/as atingidos/as que, por sua vez, tornam-se os/as *outsiders* nos processos de negociação.

## **ABSTRACT**

On November 5th, 2015, the largest socio-environmental tragedy in Brazil occurred: it collapsed in Mariana, in the state of Minas Gerais, the Fundão dam at the Germano mining complex of Samarco. A dam damaging 50 million cubic meters of tailings from iron ore. Of this waste, 45 million cubic meters were released into the environment, traveling almost 700 km along the Rio Doce basin until reaching the Atlantic Ocean. The toxic mud wave buried the sub-districts of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, in Mariana, and caused incalculable destruction. In this tragedy, the focus turned on the Renova Foundation, which emerged in 2016, after a Transaction Term and Conduct Adjustment (TTAC). This agreement ratified and signed between the mining company Samarco, Vale, BHP Billiton, the state governments of Minas Gerais and Espírito Santo and the federal government, coined terms that envisioned a possible shared governance of the case and conceived a Foundation that, since the beginning, became the main protagonist in the progress of the negotiations and whose actions generate multiple and adverse reactions among the people affected by the mud of tailings and among others involved in this situation. Realizing this complexity, the objective of this dissertation is to investigate the space of negotiation and dialogue in a crime/disaster technological-environmental situation in order to inquire whether the established intersectoral relationship has favored the most affected and victims or companies and organizations responsible for the event. Based on a case study on the rupture of the Fundão dam, with visits to Mariana (MG) and observations noted in a field notebook, it was discovered that mining company Samarco, through the Renova Foundation, seeks to remain at the center of the negotiations and decision making in the search for problem solving. It acts to distance itself from the situation, while, simultaneously, adopts a position of conciliation and continuous attempt to remain close to those affected building relationships with weak ties, which allows it to have access to crucial information and ending up generating an environment governed by the constant feeling of mistrust between the agents involved. In addition, the company and the foundation are self-proclaimed established and act homogeneously, preserving their interests and feeding lies, stigmas and conflicting relationships with those affected, who, in turn, become outsiders in the processes of negotiation.

## **LISTAS**

### **Imagens**

Figura 1 – Marca da lama na parede externa da Igreja de Paracatu de Baixo p. 75

Figura 2 – Escombros das casas destruídas e montes de lama enrijecida em Paracatu de Baixo p. 75

Figura 3 – Vista de Bento Rodrigues: área alagada após contenção do rio pelo dique S4 p. 84

Figura 4 – Portão de entrada da sede da Samarco em Mariana (MG) e os seis seguranças posicionados em frente a ele p. 85

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 10  |
| 1. CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS .....   | 13  |
| 1.1. As instituições.....   | 14  |
| 1.1.1. <i>Mudanças institucionais</i> .....   | 17  |
| 1.2. O poder e a ordem social em ambientes marcados pelo pluralismo de papéis dos indivíduos e das organizações ..... | 18  |
| 1.3. Estrutura social, interdependência e redes .....   | 23  |
| 1.4. Relações intersetoriais .....  | 27  |
| 1.4.1. <i>Problemas em relações intersetoriais</i> .....  | 30  |
| 1.4.2. <i>Varição ou homogeneidade/isomorfismo entre as organizações nas relações intersetoriais</i> .....            | 32  |
| 2. A MINERAÇÃO NO BRASIL.....   | 35  |
| 2.1. Exploração minerária: crimes corporativos e desastres ambientais .....   | 39  |
| 2.2. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) .....   | 42  |
| 2.2.1. <i>O TTAC 2016 e as principais organizações envolvidas no crime/desastre</i> .....                             | 47  |
| 3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....  | 60  |
| 4. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO .....  | 64  |
| 4.1. Visitas à cidade de Mariana (MG).....  | 64  |
| 4.1.1. <i>Grupo de Trabalho (GT) de moradia</i> .....   | 66  |
| 4.1.2. <i>Visita à Paracatu de Baixo</i> .....  | 74  |
| 4.1.3. <i>Seminário – Mariana: três anos depois</i> .....   | 76  |
| 4.1.4. <i>Visita à Bento Rodrigues</i> .....  | 83  |
| 4.2. Coletiva de imprensa com atingidos/as .....  | 85  |
| 5. DISCUSSÃO .....  | 89  |
| 6. CONCLUSÃO.....   | 96  |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 101 |

## INTRODUÇÃO

No dia 05 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, Brasil, ocorreu o maior crime/desastre socioambiental do país: o rompimento da barragem de Fundão, no complexo minerário de Germano, da empresa Samarco. Segundo dados do Ibama (2015), esta barragem represava 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos produzidos pela mineração de ferro. Desse resíduo, 45 milhões de metros cúbicos foram lançados no meio ambiente, percorrendo quase 80 km até chegar ao rio Doce e alcançando, 663,2 km depois, o Oceano Atlântico. (IBAMA, 2018). A onda com rejeitos de óxido de ferro e sílica soterrou os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana (MG), e provocou uma destruição incalculável antes e após atingir o litoral do estado do Espírito Santo. As consequências desse crime/desastre são lembradas e sentidas diariamente por milhões de pessoas residentes às margens da Bacia do Rio Doce e por um ecossistema danificado permanentemente.

Nessa tragédia, cujas particularidades e complexidades requerem profunda investigação científica e etnográfica, o foco se volta para a Fundação Renova, surgida em 2016, após um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016). Este acordo homologado e celebrado entre a mineradora Samarco, a Vale, a BHP Billiton, os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo e o governo federal, cunhou termos que vislumbravam uma possível governança compartilhada sobre o caso e concebeu uma Fundação que, por sua vez, tornou-se a principal protagonista no andamento das negociações e cujas ações geram reações múltiplas e adversas entre as pessoas atingidas pela lama de rejeitos e entre outros/as envolvidos/as nessa situação.

Importante ressaltar que as relações entre estes/as agentes se remodelam constantemente, porque, cada conjuntura local, ao longo de toda a bacia do Rio Doce, é diversa e também se altera dependendo do ambiente e dos problemas endereçados<sup>1</sup>. Assim sendo, o objetivo desta dissertação de mestrado é investigar um espaço de negociação e diálogo em uma situação de crime/desastre tecnológico-ambiental para averiguar se a relação intersetorial estabelecida tem favorecido os/as principais atingidos/as e vítimas ou as empresas e organizações responsáveis pelo ocorrido. Neste caso em específico, onde se envolvem agentes e organizações dos três setores (poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada), fez-se a seguinte pergunta de pesquisa:

---

<sup>1</sup> Informação retirada do caderno de campo após uma conversa sem fins de pesquisa, realizada no dia 31 de outubro de 2018 com a Professora Raquel Oliveira Santos Teixeira, do departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e pesquisadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA).

“atualmente, quais as principais configurações institucionais observadas nas relações intersetoriais estabelecidas entre os três setores da sociedade, em Mariana (MG), após o crime/desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão?” A partir dessa pergunta e do objetivo geral, busca-se como objetivos específicos:

- Averiguar se os processos de negociação e tomada de decisão são concentrados e controlados pela fundação criada para articular a governança local;
- Perceber se os/as atingidos/as pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), estão sendo participativos/as e diligentes nos processos de negociação;
- Esclarecer os principais motivos para o surgimento de problemas nos processos de negociação e outros âmbitos das relações intersetoriais locais.

Um estudo de caso sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), foi a principal estratégia metodológica dessa pesquisa. Visitações à cidade e observações registradas em caderno de campo permitiram ao pesquisador perceber, principalmente, que a mineradora Samarco – responsável pela tragédia e que responde a ações judiciais e extrajudiciais pelo caso – nos últimos três anos atuou de forma a mitigar suas responsabilidades e contornar possíveis consequências advindas do crime/desastre cometido. Paralelamente, ela esteve no centro das negociações e tomadas de decisão na busca pela resolução dos problemas. Parece contraditório, porém, este é exatamente o cenário que se desenrola no âmbito dessa relação tempestuosa: a principal forma de atuação da empresa é agir na tentativa de se distanciar da situação, enquanto, simultaneamente, adota uma postura de conciliação e contínuo esforço para permanecer próxima, por meio da Fundação Renova, buscando resolver problemas e atender às famílias atingidas, estratégia que acaba gerando um ambiente regido pelo sentimento constante de desconfiança entre os/as agentes envolvidos/as.

A Fundação Renova, portanto, permanece no centro das relações de forma a participar íntima e estrategicamente das negociações, acordos e resultados que se alcançam no decorrer das ações judiciais. Nesse contexto, ela atua ora atendendo aos seus interesses e a da empresa que representa, ora permanecendo ao lado dos/as atingidos/as, visando acolher às suas demandas e

resolver seus problemas, hora buscando uma conciliação de interesses, hora agindo isoladamente sem estratégias e objetivos muito bem definidos, entre outros.

Esta dissertação de mestrado apresenta, primeiramente, a introdução que se lê, seguido pelo capítulo das contribuições teóricas de personalidades proeminentes na sociologia, quais sejam, Nobert Elias e seus estudos sobre interdependência, configurações institucionais e estigmas em comunidades específicas; Mark Granovetter e suas percepções sobre redes, laços fracos e fortes e estruturas sociais; Paul J. DiMaggio e Walter W. Powell e seu estudo sobre isomorfismos e homogeneização entre organizações; Talcott Parsons, Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Harold Garfinkel e suas análises para a compreensão das normas, identidades, fachadas, classe social; além de outros contemporâneos estudiosos da temática de relações intersetoriais. Após o capítulo do marco teórico, é apresentada uma sessão abrangendo as nuances dos processos de mineração e extração de recursos naturais no Brasil, bem como o caso particular do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) e os/as principais agentes envolvidos/as.

Após, um capítulo da metodologia de pesquisa mostra os percursos traçados pelo pesquisador durante o seu trabalho de campo. O estudo etnográfico, utilizado como técnica principal para a coleta dos dados empíricos, é esmiuçado e detalhado nessa sessão. Este capítulo é seguido pela apresentação dos resultados da pesquisa, onde são expostos os comportamentos e discursos pronunciados pelos diferentes atores envolvidos no âmbito das relações intersetoriais em Mariana (MG). Por fim, no capítulo de discussão, munido das teorias e das minhas percepções como autor/pesquisador, analiso os dados coletados no trabalho de campo, tendo em vista entendê-los para compor uma versão possível dos fatos. E na conclusão mostro que as minhas observações sobre a nuances das relações intersetoriais construídas em Mariana (MG) alcançam a função de relato dos problemas e contravenções presenciados localmente.

## 1. CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS

O crescimento das populações é acompanhado pelo aumento nas possibilidades de relações entre milhares de pessoas e suas individualidades. Percebendo isso, os sociólogos devem fugir da mediocridade e da cegueira conceitual ao interpretar as inúmeras teias das relações sociais que se entrecruzam. Esta é uma tarefa árdua devido à dificuldade em se enxergar o fato de que indivíduos, na verdade, fazem parte de relações funcionais interdependentes e pouco controláveis. Elias (2008, p. 20) afirma que as forças sociais são “forças exercidas por pessoas sobre si mesmas e sobre os outros” em ambientes marcados por constante integração e diferenciação, um processo que ocorre de forma ininterrupta e deve ser estudado pela sociologia sem as pretensões explicativas utópicas. Do mesmo modo, as relações intersetoriais precisam alcançar a atenção dos sociólogos e de suas pesquisas, uma vez que os três setores da sociedade<sup>2</sup> coabitam, cooperam e conflitam em ambientes marcados por desequilíbrios de poder.

A reificação de conceitos reforça a ideia de que a sociedade é constituída por estruturas exteriores. Contudo, sabe-se que são os indivíduos os componentes das comunidades sociais e eles não devem ser colocados em oposição à estrutura. Há uma extensa teia de interdependência e configurações que unem as pessoas umas às outras. Ao compreender sociologicamente este fenômeno, o indivíduo torna-se apto a se distanciar de si, a imaginar-se como componente de uma vasta rede constituída de outros seres humanos e a assimilar as forças opressoras, podendo, até mesmo, controlá-las. Esse argumento se aproxima das ideias de Bourdieu (2003), quando ele afirma que ao saber o que a sociologia permite saber, é provável que o indivíduo descubra a limitação social de suas opiniões e consiga utilizá-las a seu favor.

Conhecer a sociologia pode se mostrar uma experiência decepcionante. Esta decepção pode ser utilizada para agudizar ou para romper a imobilidade, por isso, é preciso se engajar e fugir dos

---

<sup>2</sup> O primeiro setor é representado pelo poder público advindo, principalmente, do Estado (prefeituras, presidência e outras entidades ligadas ao governo de um país), que executa serviços sem intenções de lucros financeiros, implementa políticas e aplica o dinheiro público em ações para a sociedade utilizando o aparelho administrativo estatal; o segundo setor engloba predominantemente a iniciativa privada e suas organizações produtivas representadas por indústrias, empresas e outros prestadores de serviços. Estas exercem atividades privadas que valorizam o lucro financeiro e que envolvem uma determinada organização em comércios nacionais e internacionais; o terceiro setor se materializa a partir da formação de uma sociedade civil organizada que, geralmente, visa a valorização social com a prestação de serviços para a sociedade e seus interesses. As organizações do terceiro setor, dentre elas as fundações, as entidades beneficentes e filantropas, as organizações não governamentais (ONG's), etc., não possuem fins lucrativos, porém, necessitam de verbas e financiamentos públicos ou privados para a continuidade de seus trabalhos. (BJÄRSTIG & SANDSTRÖM, 2017; GRUDINSCHI et. al., 2013; EMERSON et. al., 2011; PARSONS, 1974)

conceitos reificados, construindo, assim, conhecimento voltado para os problemas sociais. Estes que, por sua vez, também são pautados por instituições, normas e identidades modificadoras da realidade e constrangedoras de atitudes isoladas de agentes autointeressados.

### 1.1. As instituições

Comportamentos individuais, estruturas sociais, identidades, significados e certos códigos legitimados em sociedade são moldados e regulados por instituições. Elas podem modificar cada agente de forma individual e específica, capacitando-os, até mesmo, para agir de forma apropriada. Dito isso, instituições são:

[...] uma coleção relativamente duradoura de regras e práticas organizadas, embutidas em estruturas de significados e recursos relativamente invariantes diante da rotatividade de indivíduos e relativamente resilientes às preferências e expectativas idiossincráticas dos indivíduos e às mudanças em circunstâncias externas.<sup>3</sup> (MARCH; OLSEN, 2006, p. 3).

March e Olsen (2006) afirmam que os estudos em instituições políticas ajudam na compreensão das características e funções autônomas da vida social e no conhecimento sobre os processos endógenos às interações entre os indivíduos e organizações. Elas podem se agrupar em estruturas, regras e procedimentos padronizados de condutas e fornecer uma lógica de previsibilidade para ações, além de ordem via constrangimentos normativos, permissibilidade para condutas apropriadas, características específicas às circunstâncias históricas, laços entre indivíduos inseridos em uma determinada realidade e limites aos interesses de agentes isolados. O estudo em instituições, apesar de fortemente criticado, auxilia a focar nas “regras, rotinas, normas e identidades das instituições, em vez de em indivíduos microrracionais ou forças macrossociais”. (MARCH; OLSEN, 2006, p. 16).

As regras institucionais, por sua vez, são “conectadas e sustentadas por identidades, por sentimentos de pertencimento a um grupo e por reconhecimento de papéis”.<sup>4</sup> (MARCH; OLSEN, 2006, p. 8). Quando envolvidas por linguagens e experiências acumuladas pelo tempo, elas regulam

---

<sup>3</sup> “[...] a relatively enduring collection of rules and organized practices, embedded in structures of meaning and resources that are relatively invariant in the face of turnover of individuals and relatively resilient to the idiosyncratic preferences and expectations of individuals and changing external circumstances.”

<sup>4</sup> “[...] rules are connected and sustained through identities, through senses of membership in groups and recognition of roles.”

as ações das organizações e dos indivíduos. Ademais, também podem entrar em confronto ao ordenar uma determinada comunidade, podem receber diferentes interpretações e, em sociedades democráticas, devem gerar processos com resultados ora impositivos, quando precisam ser observadas sob pena de sanção ao indivíduo recalcitrante, e ora não impositivos.

As instituições e os sistemas construídos a partir delas não devem ser ignorados no processo de construção científica e no estudo das relações desenroladas em áreas de exploração minerária. As especificidades dos acontecimentos na cidade de Mariana (MG) possuem, sem dúvida, sua complexa teia institucional, contudo, em pesquisas sociológicas, é essencial não se fechar dentro de categorias para não limitar a percepção dos fatos observáveis na empiria. Elias (2008), por exemplo, afirma que as instituições não são rígidas, afinal, essa invariabilidade seria capaz de impossibilitar o próprio desenvolvimento humano. Guerras e outros tipos de conflitos, por exemplo, podem se desenrolar alheios às regras de conduta. Essas “desordens históricas”, como são nomeadas por Elias (2008), ainda que não padronizadas por regras, podem e devem ser explicadas, porque possuem sua própria estrutura e ordem.<sup>5</sup> Por isso, o foco científico em instituições e sua centralidade nas relações humanas deve ser feito de maneira cautelosa.

Sabe-se que nenhuma democracia está sujeita a um único sistema de regras, normas e estruturas. A heterogeneidade institucional permitiu a diferenciação e inter-relação das “estruturas organizacionais, crenças normativas e causais, vocabulários, recursos, histórias e dinâmicas”.<sup>6</sup> (MARCH; OLSEN, 2006, p. 14). Como sugere Garfinkel (2015), as pessoas não vivem a todo momento de “juízo sedado” por normas e valores. Regras institucionais não são reproduzidas de forma alienada, ao contrário, elas são constantemente contextualizadas de acordo com a realidade prática e cotidiana de cada situação<sup>7</sup>. Aqui também é possível utilizar o argumento de Parsons

---

<sup>5</sup> Um dos modelos de jogos de Elias (2008), o de “Competição Primária”, por exemplo, ocorre quando há a ausência de normas entre os indivíduos. O fato de haver inimigos competindo não elimina a ideia de que é possível haver interdependência e diferenciação funcional entre eles. Em conflitos sem regras, há uma divisão do trabalho entre as partes, sendo que as tomadas de decisões se tornam totalmente dependentes da função de cada um e das jogadas que serão efetuadas. Segundo Elias (2008), as funções de cada grupo são, geralmente, recíprocas, bipolares ou multipolares. Certamente, a pesquisa para esta dissertação considera essas funções, pois enseja compreender como equipes tão diferentes agem e planejam suas próximas manobras em conflitos na mineração.

<sup>6</sup> “[...] different organizational structures, normative and causal beliefs, vocabularies, resources, histories, and dynamics.”

<sup>7</sup> Garfinkel (2015, p. 36) reconhece uma capacidade reflexiva nos indivíduos, empregada para atender a objetivos diversos em contextos distintos. Ele defende que cada atividade cotidiana possui suas próprias características socialmente padronizadas e padronizantes, as quais, muitas vezes, são “vistas mas não notadas”. Para perceber essas características, ele pediu aos seus alunos de graduação que agissem em casa como se fossem hóspedes que desconheciam as regras e normas de suas próprias famílias. O professor obteve como resultado vários relatos de estranhamento, briga, confusão, falta de sintonia. Afinal, quando um aluno, em sua própria casa, passou a pedir licença

(1974) quando este define que as normas e a coletividade articulam-se para a conservação da unidade e coesão entre os participantes.<sup>8</sup> Bourdieu (2003), por sua vez, considera complicada a tentativa de estudar e falar sobre as instituições ao defender a historicidade destas que perduram enquanto forem eficientes e preservadas pelos seus seguidores. Em torno da lei, por exemplo, há sempre uma luta ou para conservá-la ou para transformá-la. Os dominantes estão preocupados com a manutenção e com o controle, por isso, precisam estar constantemente observando-as e interpretando-as. Enquanto que os dominados precisam, primeiramente, ter conhecimento da lei para depois buscar aboli-la. Nesse sentido, Bourdieu (2003), afirma que a necessidade mais latente é a descoberta, por parte do oprimido, da existência da lei, sendo que o conhecimento se torna uma arma importante na luta contra a opressão.

A ordem política<sup>9</sup> depende dessa diversidade de interações e de coalizões sociais, políticas e organizacionais que podem disputar entre si. Em um ambiente governado por instituições, a ordem se estabelece porque aqueles que interagem aceitam como natural e legítimo o surgimento e a primazia destas. Ou seja, para manter a ordem, os indivíduos, limitados por direitos, regras e obrigações, certificam um determinado arranjo institucional e honram conscientemente sua lealdade à coletividade. (MARCH; OLSEN, 2006).

Os atores políticos se organizam e agem de acordo com regras e práticas socialmente construídas, publicamente conhecidas, antecipadas e aceitas. Em virtude dessas regras e práticas, as instituições políticas definem direitos e deveres básicos, moldam ou regulam a forma como as vantagens, os ônus e as oportunidades de vida serão alocadas na sociedade e criam autoridade para resolver questões e conflitos.<sup>10</sup> (MARCH; OLSEN, 2006, p. 7).

---

para abrir a geladeira, ou ir ao banheiro, percebeu-se a anulação das regras específicas de cada contexto e, com isso, anulou-se a ordem social daquele lar.

<sup>8</sup> Parsons (1974) utiliza esse argumento em seus esclarecimentos sobre as comunidades societárias. Segundo o autor, as comunidades societárias são agrupamentos de indivíduos em uma sociedade específica marcada por suas relações de poder, suas interações hierárquicas, seus *status quo*, suas ordenações e estratificações que convergem valores, normas, coletividade e papéis. Os valores, como tipos desejáveis de regulação das unidades sociais, são responsáveis pela manutenção do padrão nos sistemas sociais; as normas orientam a ação funcional exercida por diferentes papéis; a coletividade, por sua vez, está inserida na realização de objetivos e depende da distinção entre os indivíduos participantes e não-participantes e suas respectivas funções e posições hierárquicas dentro do sistema social mais geral; os papéis, por fim, possuem uma função mais adaptativa e definem “uma classe de indivíduos que, através de expectativas recíprocas, participam de determinada coletividade”. (PARSONS, 1974, p. 18). As combinações destes componentes formam os sistemas sociais. Em estudos sobre relações intersetoriais, onde observa-se um ambiente institucional especialmente complexo, torna-se relevante citar Parsons (1974) como forma de complementar o embasamento teórico.

<sup>9</sup> Para March e Olsen (2006), a ordem política consiste em agrupamentos de instituições capazes de conduzir e definir, até mesmo, conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais.

<sup>10</sup> “Political actors organize themselves and act in accordance with rules and practices which are socially constructed, publicly known, anticipated, and accepted. By virtue of these rules and practices, political institutions define basic

Instituições estabelecem como dados e, também, podem criar, organizar, legitimar, distribuir e controlar o poder, a autoridade política e a ordem. Elas definem até mesmo o que pode ser visto como normal para o comportamento de um indivíduo, de um político eleito ou de um empresário. Do mesmo modo, e paradoxalmente, quando a mudança se torna inevitável, antigas instituições são forçadas a se adaptar a uma nova ordem e ao seu respectivo sistema normativo, podendo se alterar em termos de importância, abrangência e significados.

### ***1.1.1. Mudanças institucionais***

Indivíduos e organizações costumam modelar suas identidades de acordo com as regras institucionais dos espaços onde habitam, ao mesmo tempo, eles contribuem para a institucionalização das regras ao expressarem suas identidades. Este complexo sistema pode garantir a estabilidade das instituições ou pode se tornar um elemento de mudança quando abalado por situações externas ou internas. Internamente, práticas e ideais institucionais muito fortes, ou que se deterioram, podem gerar transformações no arranjo em questão. Externamente, as próprias alterações de governos e agentes políticos podem gerar uma reconstituição institucional, necessária ou não. Podem ocorrer quando estão condensadas para uma situação específica ou quando é necessário reforçar a consistência de uma instituição para uma determinada realidade. As mudanças também podem ser estimuladas pelas próprias instituições que se adaptam estrategicamente a uma nova situação social. As alterações nos arranjos institucionais, portanto, podem ser compreendidas na medida em que se lança luz sobre os próprios padrões normativos. (MARCH; OLSEN, 2006).

Entretanto, March e Olsen (2006) afirmam que mudanças e adaptações institucionais são lentas, de difícil ocorrência e, geralmente, indesejadas. Tem sido largamente comprovado o quão resistentes as instituições são às mudanças no ambiente em que estão inseridas ou no contexto social, econômico e político em que repercutem. (BEER, 2006; BEYME, 2006; BLONDEL, 2006; HECLO, 2006; MARCH & OLSEN, 2006). Isso acontece porque elas são fundamentadas em regras e rotinas, protegidas pelos agentes nelas inseridos e validadas pelos que estão fora, dinâmica que, por sua vez, dificulta as alterações arbitrárias ou, mesmo, as consentidas coletivamente. As constituições, por exemplo, podem ser grandes objeções das mudanças institucionais.

---

rights and duties, shape or regulate how advantages, burdens, and life-chances are allocated in society, and create authority to settle issues and resolve conflicts.”

As instituições podem se adaptar diante de problemas quando estes são levados em consideração tendo em vista sua consistência e capacidade de gerar instabilidade. A adaptação pode ocorrer quando se utilizam os conhecimentos e regras existentes para chegar a algo novo, ou quando se exploram novas possibilidades de conhecimento e regras para também se chegar a uma nova instituição. Segundo March e Olsen (2006), o balanço entre as duas formas de adaptação é a melhor escolha no processo de mudanças institucionais. Acordos simples não são capazes de solucionar problemas e confrontos surgidos no interior de arranjos institucionais.

Por exemplo, para que não haja a submissão de identidades minoritárias e buscando atender às singularidades das comunidades locais, a diversidade cultural deve ser preservada por instituições e governos que se moldam e que visam conquistar cada vez mais legitimidade e objetividade. (MARCH; OLSEN, 2006). Ao mesmo tempo, o debate a respeito das instituições e sua proteção deve ser ampliado na medida em que se aumenta a dificuldade de respeitar as regras estabelecidas. Democracias podem se fortalecer quando seus governantes e autoridades políticas percebem a necessidade de encorajar a deliberação e maior reflexão sobre as leis. Quando uma instituição está sob ameaça, há a necessidade de se reavaliar seu “pacto” com a sociedade, reorganizá-la e estabelecê-la novamente. Tradições têm sido fortemente confrontadas pelas sociedades contemporâneas, por isso a necessidade de se expandir a comunicação e tornar legítimas novas demandas. Com as mudanças institucionais, identidades são redesenhadas, ao passo que as políticas se desenvolvem e se transformam, atendendo aos “seus compromissos normativos de longo prazo e suas crenças, seus conceitos de bem comum, justiça e razão, e seus princípios organizadores e relações de poder”.<sup>11</sup> (MARCH; OLSEN, 2006, p. 10).

## **1.2. O poder e a ordem social em ambientes marcados pelo pluralismo de papéis dos indivíduos e das organizações**

No livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Elias e Scotson (2000), a comunidade estudada, que recebeu o nome fictício de Winston Parva, era relativamente homogênea em termos de indicadores sociais e econômicos. Os moradores não enxergavam isso e se auto-segregavam em estabelecidos – proclamados bons, superiores, com uma identidade fundamentada em coesão

---

<sup>11</sup> “[...] its long-term normative commitments and causal beliefs, its concepts of the common good, justice, and reason, and its organizing principles and power relations.”

grupais, tradição, moral e poder – e outsiders – os estigmatizados como inferiores, recém-chegados, “os de fora”, que não se conheciam, não possuíam laços sociais fortes e não compartilhavam das virtudes da sociedade estabelecida como boa. A diferenciação, portanto, acontecia simplesmente com base no fator de permanência e antiguidade no local onde moravam.

No caso descrito no livro, o estado de anomia<sup>12</sup> dos excluídos os levava a serem evitados por trazerem o perigo da contaminação. Se um estabelecido se encontrasse com um *outsider* poderia ser “contaminado” e estaria sujeito a sanções por infringir as normas de não associação com um membro inferior. Para participar do carisma grupal do grupo dos superiores, um indivíduo deveria aceitar regras e padrões, sendo que compromissos violados configurariam desonra e deslealdade ao grupo. As particularidades vividas nessa comunidade apresentam algumas características gerais das relações de poder, ao mesmo tempo que marcam relações interdependentes e desiguais. Neste caso, o poder se manifesta a partir de uma superioridade social e moral e de um autorreconhecimento e pertencimento a dimensões sociais distintas.

A característica universalizante das figurações sociais permite que este caso contribua com a construção de uma teoria geral do equilíbrio de poder e para a compreensão das hierarquias e interdependências entre indivíduos e sociedades. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20). O estudo sobre o universo particular descrito no livro é capaz de permitir a projeção de suas percepções para o nível nacional da vida social, elucidando aspectos particulares da sociedade humana. Ele ainda permite compreender que a noção de poder deve ser inserida em um contexto de relações entre duas ou mais pessoas, com possibilidades de alterações flutuantes. (ELIAS, 2008).

Em Winston Parva, esclarecem-se outros padrões mutáveis do comportamento humano e da ordem social. Elias e Scotson (2000, p. 16) conseguiram lançar luz sobre “as relações de poder e de status e as tensões que lhes estão associadas” e observaram que isso acontece em um local marcado por estereótipos e estigmas<sup>13</sup> e com ínfimas diferenças habitacionais, raciais, econômicas,

---

<sup>12</sup> No livro de Elias e Scotson (2000) também se discute a noção de anomia. Esta é percebida, principalmente, no papel desestabilizador das fofocas, das imagens naturalizadas e estigmatizantes sobre os outsiders e dos contrastes sociais presentes na comunidade. A forma como o poder, e o seu exercício por meio de fofocas, é concentrado nas mãos de um único grupo estabelecido permite que este discrimine o outro de características quase idênticas. Os estabelecidos também mantinham controle sobre os seus iguais por meio de fofocas elogiosas (*praisegossip*), para os membros que respeitavam as normas, e fofocas depreciativas (*blamegossip*) contra os que as transgrediam. No caso de Winston Parva, os estabelecidos entravam em acordo para depreciar os outsiders.

<sup>13</sup> Goffman (2004) relaciona o estigma com o desvio ao perceber as informações que o indivíduo transmite a respeito de si próprio. O termo estigma foi criado para “evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral” de uma pessoa e serve para identificar alguém a partir de sua “identidade social”, antecipando suas categorias e traços pessoais. (GOFFMAN, 2004, p. 5). Uma pessoa pode ser estigmatizada quando seu corpo defeituoso é abominado por outros, ou quando são observadas características fracas na sua personalidade (desonestidade, vícios, etc. jogos

educacionais e ocupacionais entre os grupos. Nesta figuração, observa-se, portanto, um equilíbrio instável de poder.

Essa “sociodinâmica da estigmatização” depende fortemente da figuração específica que um grupo estabelece frente ao outro. Manter o outro estigmatizado permite a preservação do *status quo* e, se o desequilíbrio tender para um equilíbrio, a posição dos membros superiores na balança social estará ameaçada e os inferiores ganharão força para combater a realidade em que estão inseridos. (ELIAS; SCOTSON, 2000). O equilíbrio de poder está sempre oscilando, podendo tender para os mais fortes ou para os mais fracos.

Elias (2008) acredita que o equilíbrio de poder aconteceu durante toda a história de desenvolvimento da humanidade. Seja entre pais e filhos ou entre senhor e escravos, a diferença de poder, sempre desigual, esteve presente revelando, ainda, a “interdependência funcional entre as pessoas”. (ELIAS, 2008, p. 81). Elias (1994b) não enxerga esse equilíbrio como algo homeostático e não acredita que uma sociedade sempre tende ao estado de repouso. Segundo o autor, o desenvolvimento ocorreu de forma relativamente constante ao longo dos séculos, como um processo de integração e diferenciação crescente. Esse equilíbrio tornou-se um componente integral e estrutural das relações humanas e se apresenta de forma bipolar ou multipolar.

Para exemplificar as disputas de poder e suas interdependências, Elias (2008) apresenta vários modelos de jogos estabelecidos entre dois ou mais agentes que se relacionam, que medem suas forças e que chegam ao equilíbrio estável ou instável de poder. Pensar nesses modelos como exemplos didáticos facilita repensar nas “ideias estáticas que se associam à maior parte dos conceitos correntes”. (ELIAS, 2008, p. 100). Eles ajudam a compreender o problema do equilíbrio de poder na vida social e elucidam o fato de que numa relação há uma constante dependência entre indivíduos que exercem uma ação e recebem uma reação do outro, ainda que em grau e em capacidade de controle distintos. O autor também salienta a necessidade de levar em consideração, no momento da sua interpretação, o tempo e o espaço em que os modelos estão inseridos. Estes fatores concedem aos conflitos certa estrutura passível de interpretação e ajudam a conceber a ideia de que “movimentos em ambos os lados só podem ser compreendidos e explicados em termos da dinâmica imanente da interdependência”. (ELIAS, 2008, p. 87).

---

multipessoais) ou quando a pessoa é de uma raça, nação e religião diferentes. Quando o indivíduo é estigmatizado, suas qualidades e outros atributos acabam sendo esquecidos, tornando-o distinto dos “normais”. Os normais geralmente são consensuais sobre cumprir uma norma de estigmatização e apoiá-la. Quando normais e estigmatizados interagem, percebe-se, efetivamente, quais os efeitos e causas do estigma. (GOFFMAN, 2004).

Devido ao espaço limitado desse ensaio, não será possível abordar todos os modelos de jogos descritos por Elias (2008). Contentarei com os jogos multipessoais em vários níveis, porque esses não permitem que um único jogador, por mais forte que seja, consiga controlar o decurso do jogo. Primeiro, porque este contará com um número de jogadores crescente e, segundo, porque os jogos ficarão cada vez mais difíceis de serem administrados devido à ilimitada interdependência funcional que deles surgirão. No jogo (3a), por exemplo, com o aumento ilimitado de jogadores, cresce também a possibilidade de separação em dois níveis. Elias (2008) acredita que pode haver equilíbrio de poder dentro do grupo com os jogadores fortes, dentro do grupo com os jogadores fracos e entre os jogadores dos dois grupos.

Quando Elias (2008) afirma que um determinado jogador tem poder sobre outro, isso significa que o primeiro consegue controlar os movimentos do segundo. Contudo, essa capacidade não é ilimitada, porque, ainda que haja desequilíbrio de forças, o jogador mais fraco possui um certo grau de poder sobre o mais forte. Um jogador fica a todo momento monitorando a jogada do outro, sendo que o menor deslize do mais forte pode levar tudo a perder. A redução nas diferenças de poder complexifica e altera as configurações do jogo, impossibilita que um participante mais forte tenha controle sobre o jogo em geral, dificulta a tomada de decisão para ambos os lados, conduz a novas estratégias entre jogadores do mesmo grupo e faz os participantes dos níveis altos dependerem daqueles dos mais baixos. Além disso, jogadores que se identificam entre os seus iguais harmonizam ações e exercem vigilância constante sobre outros por meio de uma “rede de precaução hermeticamente tecida”. (ELIAS, 2008, p. 97).

Muitas vezes, o sociólogo se sabota no processo de produção teórica por interpretar o poder ligando-o exaustivamente às questões emocionais, como, por exemplo, “o poder deve ser temido”, ou “o poder é perigoso, suspeito e imoral”. Para superar esse problema, Elias (2008, p. 101) defende que é preciso passar a considerar o poder “como sendo uma característica estrutural de uma relação que a penetra totalmente; como característica estrutural que não é boa nem má”. Com o tempo, as diferenças de poder nas relações humanas se alteram e torna-se cada vez mais possível desenvolver os modelos e transformar o processo de equilíbrio de poder citado mais acima. Segundo Elias (2008), o poder está muito mais atrelado à ideia de organização e coesão grupal em torno de figurações sociais. No caso de Winston Parva, por exemplo, os membros do grupo com mais coesão designam para si os melhores cargos em organizações locais e executam, constantemente, atos de

exclusão e estigmatização contra o grupo menos coeso para deixá-lo permanentemente inferiorizado. (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Em interações e diferentes situações há, no limite, uma determinada harmonia entre os participantes que projetam seus poderes para se permitir a preservação da ordem. Para Parsons (1974), as funções dos indivíduos e organizações se diferenciam em um pluralismo de papéis que formam redes complexas de coletividades interpenetrantes. Goffman (2002), por sua vez, acredita que essa ordem é uma concordância superficial, ou aparência de consenso, preservada enquanto os indivíduos ocultarem seus próprios desejos e sentimentos mais imediatos.<sup>14</sup> Esse *modus vivendi* interacional é mantido graças a cooperação em conjunto dos participantes que, também, evitam conflitos. Para Goffman (2010, p. 18), a ordem social é “consequência de qualquer conjunto de normas morais que regulam a forma com a qual pessoas buscam atingir objetivos”. As ordens pública, legal e econômica norteiam a interação entre as pessoas e são capazes de guiar condutas e comportamentos simples. Quando um indivíduo não perturba a ordem, Goffman (2010) afirma que ele coopera com o “*ethos* da situação”.

Burt (2000), ao pesquisar e apresentar um sistemático marco teórico e outros dados empíricos em seu artigo, comprova que as ligações e comunicações externas de uma determinada pessoa influenciam diretamente no desempenho do grupo que representa. Para o autor, o capital social permanece profundamente ligado ao papel dos *brokers* que migram através dos buracos estruturais, sendo que estas pessoas, por meio dos seus laços fracos nas redes, conseguirão melhores resultados e mais sucesso para as suas organizações.<sup>15</sup> Resumindo, o autor comprova que a performance de um grupo está ligada ao capital social construído pelos seus membros.

---

<sup>14</sup> Goffman (2002), em seus estudos sobre indivíduos e interação face a face, ou imediata, entende que uma pessoa está, constantemente, tendo que lidar consigo e com o outro. Um indivíduo se encaixa em uma determinada situação quando está de acordo com os comportamentos adotados naquela ocasião. Esses comportamentos estarão constantemente constrangidos por instituições, as quais também são essenciais para se compreender as normas, regras e identidades estabelecidas nas comunidades e a ordem procedida deste ambiente complexo.

<sup>15</sup> Para Burt (2000, p. 351), um capital social surge, principalmente, a partir das redes fechadas (em inglês, *networks with closure*) “nas quais todos estão conectados de tal forma que ninguém pode escapar à atenção dos outros, o que em termos operacionais geralmente significa uma rede densa”. (Tradução livre de “that is to say networks in which everyone is connected such that no one can escape the notice of others, which in operational terms usually means a dense network”). Porém, o controle e a participação na difusão das informações acontecem nos buracos estruturais das redes, ou seja, conexões mais fracas entre grupos e pessoas (em inglês, *brokerage*). Ao estudar especificamente estes buracos, Burt (2000) aborda as vantagens e benefícios para as pessoas que migram por entre eles. Estes indivíduos, por sua vez, são os *brokers* que constroem relações mais sutis e que, em decorrência disto, possuem mais facilidade em transitar por diferentes espaços e ter acesso e controle sobre a circulação de informação. Por meio dos buracos entre as redes, o *broker* conseguirá controlar a disseminação de ideias e comportamentos, ganhará vantagem no acesso à informação por atingir mais pessoas e conquistará a capacidade de controlar o elo entre dois grupos, podendo quebrá-lo ou construí-lo da forma que preferir. (BURT, 2000). Portanto, o indivíduo passa a responder estrategicamente pela

Portanto, devido à necessidade de se proferir discursos, defender a reputação e construir relações, o comportamento das empresas e outras organizações foi associado ao comportamento social das pessoas que as representavam. Para esta dissertação, os dados obtidos a partir dos discursos destes indivíduos foram essenciais para evidenciar a ordem social e o *modus vivendi* estabelecidos em Mariana (MG). Ainda que o foco não tenha sido exatamente os indivíduos, a partir das percepções e análises alcançadas a partir do estudo etnográfico será possível fundamentar afirmativas de que as pessoas envolvidas no caso do rompimento da barragem de Fundão atuam como porta-vozes de sua organização e como representantes de cada grupo na complexa teia de interdependência da relação intersetorial construída na região.

### 1.3. Estrutura social, interdependência e redes

Economistas neoclássicos, de um lado, continuam inferindo que os comportamentos dos indivíduos, cujas intenções mostram-se estritamente racionais e utilitaristas, são pouco afetados pelas relações e pela estrutura social. Também existem teorias sociais que apenas ensinam identificar “como o comportamento e as instituições são afetadas pelas relações sociais”<sup>16</sup> (GRANOVETTER, 1985, p. 481), precipitando-se em suas argumentações e pautando-se em informações ingênuas e rasas. Por outro lado, o conceito de inserção (em inglês, “*embeddedness*”) permite compreender que o comportamento e as instituições são cerceados pelas relações sociais e vice-versa. (GRANOVETTER, 1985). O argumento da inserção, portanto, salienta a importância das relações pessoais e da estrutura sustentada por relações sociais complexas. Análises sobre a influência da cultura dos agentes mostram que a estrutura social é continuamente construída e reconstruída nas diversas interações sociais.

Os atores não se comportam ou tomam decisões como átomos fora de um contexto social, nem aderem servilmente a um roteiro escrito para eles pela interseção particular de categorias sociais que ocupam. Suas tentativas de ação intencional são, em vez disso, incorporadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.<sup>17</sup> (GRANOVETTER, 1985, p. 487).

---

ligação de todo o grupo ao qual pertence quando alcança outros e “constrói relações entre pessoas dessemelhantes.” [Tradução livre de “building relations between dissimilar people” (BURT, 2000, p. 356)].

<sup>16</sup> “How behavior and institutions are affected by social relations is one of the classic questions of social theory.”

<sup>17</sup> “Actors do not behave or decide as atoms outside a social context, nor do they adhere slavishly to a script written for them by the particular intersection of social categories that they happen to occupy. Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations.”

Questionamentos que atomizam o indivíduo não desapareceram das pesquisas em ciências humanas, porém, atualmente, percebe-se que, em relações sociais, há um extenso grau de interdependência entre instituições, organizações, indivíduos e comunidades diversas. Esse discernimento transportou a compreensão sobre as atividades funcionais individuais para reflexões mais argutas. Afinal, para além da simples investigação das unidades componentes de uma sociedade, tornou-se necessário compreender as ligações existentes dentro e entre elas. Elias (2008), por exemplo, considera ingênuos aqueles estudos sociológicos que isolam os seres humanos individualmente para estudá-los como simples unidades componentes das sociedades. Ao fazer isso, o pesquisador acaba por inserir o indivíduo em um ambiente descomplexificado, enquanto que o estudo das humanidades, ao contrário, depende da percepção de que o indivíduo e a sociedade são “dois níveis diferentes, mas inseparáveis do mundo humano”. (ELIAS, 2008, p. 141). A separação desses dois objetos, portanto, retoma uma ideia do ser humano fechado em sua caixa como um *homo clausus*.

O *homo clausus* está separado do mundo externo e enclausurado em si mesmo, proporcionando vazão à noção de que a ‘sociedade’ existe para além dos indivíduos ou que os ‘indivíduos’ existem para além da sociedade”. (ELIAS, 2008, p. 130). Tomar o conceito de indivíduo como referente a um ser isolado e independente transmite a ideia de individualismo e pode se tornar um exercício científico que antagoniza ainda mais estes objetos, impedindo a percepção da constante relação estabelecida entre sociedade e indivíduo. O próprio Bourdieu (2003), afirma que, durante o processo de construção científica, é preciso observar cada agente social inserido em um processo de interdependência.

Algumas produções teóricas da tradição científica tendem a reduzir o que é mutável nas sociedades a algo imutável. Com isso, percebe-se que a linguagem e o discurso limitam o investigador e levam-no a considerar a mudança como uma mera perturbação de um sistema ordenado e equilibrado. Isso significa separar a teoria da prática e o indivíduo da sociedade, como se essas entidades fossem independentes. Elias (2008, p. 122) chama de “redução-processual” essa tentativa de construir categorias que reduzem o fato variável em algo invariável. Para ele, ao se considerar as conexões, as relações e outros elementos particulares dentro das sociedades, interpreta-se melhor a interpenetração e a interdependência das variáveis e objetos de estudo. Estes

são aspectos indissociáveis do processo de transformação estrutural e estão envolvidos em um movimento que visa a evolução e a mutabilidade da própria estrutura social. (ELIAS, 1994b).

Segundo Elias (2008, p. 116), há um *continuum* único entre esses níveis, tornando-se possível a assimilação de “formas distintas e específicas de integração e desintegração, modelos de ordem e de desordem, tipos de relacionamento e tipos de estrutura e função”. O autor também salienta que somente é possível compreender o comportamento de cada um desses agentes ao se estudar as configurações sociais caracterizadas por tipos de interdependência enredadas na estrutura das sociedades. (ELIAS, 2008, p. 79). O conceito de configuração serve, justamente, como um instrumento conceitual que auxilia na tentativa de perceber o indivíduo e a sociedade como dois elementos inseparáveis e não antagônicos.

Cada ser humano interdependente possui a respeito de si e de sua identidade uma noção própria da relação do “nós” e do “eles” e, diante disso, cada grupo agirá de forma a ser coerente com a sua unidade e características próprias. Por isso, uma configuração pode ser formada durante uma relação entre agentes de diferentes setores. Jogadores aliados ou adversários agem de forma interdependente e a ação de um influencia as ações de outros e de toda a configuração do jogo mutável. (ELIAS, 2008). Essas configurações mutáveis são caracterizadas por uma estrutura de equilíbrio de poder flutuante e elástico.<sup>18</sup> Ela pode ser de maior ou menor diferenciação e integração, alternando sem despertar grandes mudanças nesses dois fatores ou mantendo-se intacta enquanto a própria sociedade muda em outros aspectos. (ELIAS, 1994b). As mudanças ainda podem acontecer todas ao mesmo tempo. Ademais, observa-se que agentes podem manipular situações, disfarçar e dissimular suas falsidades e consentir com uma comunicação assimétrica.

Com isso em mente, o autor fundamenta sua teoria apresentando as prováveis conexões entre as mudanças a longo prazo nas estruturas da personalidade individual e da sociedade em geral, ambas transformações que visam consolidar, integrar e diferenciar as emoções e as redes de interdependência. Interações em menor escala entre pequenos grupos têm muito a informar sobre a sociedade e a estrutura social. Quando Granovetter (1973, p. 1361) busca estudar a força dos laços fracos em redes sociais interpessoais<sup>19</sup>, por exemplo, ele compreende que as relações mais

---

<sup>18</sup> Goffman (2002, p. 17) complementaria o argumento sobre as configurações dizendo que há, ainda, uma constante comunicação e interação determinadas por “um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente finito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas”.

<sup>19</sup> Para Granovetter (1973), as redes sociais interpessoais são as estruturas das relações formadas entre grupos e indivíduos que se interagem em um determinado ambiente em uma escala grande ou mais reduzida. Ademais, o autor também afirma que as redes de laços fortes surgem a partir da adequação entre “tempo, intensidade emocional,

tênuas podem explicar padrões de comportamento mais generalizados e de maior escala na sociedade, ou seja, as peculiaridades das forças destas relações interpessoais podem dizer muito sobre fenômenos como “difusão, mobilidade social, organização política, e coesão social em geral”.<sup>20</sup> Quanto menos contatos indiretos (laços fracos) um agente tiver com outros em sua rede, menos ele saberá informações cruciais além do seu limitado círculo de amigos. Portanto, aqueles que investem em laços fracos conseguem migrar por diferentes cantos das redes e obter acesso a mais informações. (GRANOVETTER, 1973). Como afirma Granovetter (1973, p. 1373), “quando um homem muda de emprego, ele não está simplesmente se movendo de uma rede de laços para outra, mas está também estabelecendo uma conexão entre as suas redes”.<sup>21</sup> Assim, um ator que preserva muitos laços fracos pode se beneficiar da “oportunidade da mobilidade”.

O autor considera o confinamento em círculos particulares como uma inibição ao mundo externo e, ao fazer isso, comunidades inteiras podem ficar alheias a importantes transformações e transferência de informação. Uma comunidade fragmentada em pequenas redes construídas a partir de laços fortes pode, até mesmo, prejudicar a performance de um líder. Afinal, a confiança neste ator é profundamente influenciada pela quantidade de laços que ele constrói com a comunidade e com diferentes pessoas, cujas críticas e conversas serão ouvidas e ponderadas. A capacidade de atuação de um líder, portanto, está atrelada à “capacidade de se predizer e afetar seu comportamento”.<sup>22</sup> (GRANOVETTER, 1973, p. 1374).

Os laços fracos ligam mais membros de grupos variados entre si, enquanto que grupos restritos por amizades antigas e de laços fortes podem levá-los ao isolamento e à imobilidade. Laços fracos geram oportunidades e maior integração e laços fortes levam à fragmentação. O modelo de redes interpessoais de Granovetter (1973, p. 1376), portanto, “destina-se à ligação de níveis em pequena escala uns com os outros e com outros maiores e mais amorfos”<sup>23</sup>. Indivíduos não

---

intimidade (confissão mútua), e serviços recíprocos”. [Tradução livre de: “The strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie”]. (GRANOVETTER, 1973, p. 1361). Comprometimentos de longo prazo originam os laços fortes e, ainda, dois agentes podem se tornar parecidos na medida em que seus laços ficarem mais fortes. Por exemplo, há possibilidade de Z, que convive com X, também ficar semelhante a Y, exatamente porque X e Y convivem juntos há mais tempo. Além, essa terceira pessoa (Z) que se relaciona há muito tempo com uma das duas X ou Y, acabará conhecendo a outra mais cedo ou mais tarde, ainda que com um laço não tão forte. (GRANOVETTER, 1973).

<sup>20</sup> “[...] diffusion, social mobility, political organization, and social cohesion in general.”

<sup>21</sup> “[...] when a man changes job, he is not only moving from one network of ties to another, but also establishing a link between these.”

<sup>22</sup> “Trust in leaders is integrally related to the capacity to predict and affect their behavior.”

<sup>23</sup> “It is meant for linkage of such small-scale levels with one another and with larger, more amorphous ones.”

conseguem controlar os aspectos de grande escala da estrutura social, contudo, suas vidas estão profundamente ligadas a esta estrutura.

Elias (2008, p. 17), por sua vez, considera ser plenamente possível compreender essas estruturas e forças sociais como “forças exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias”. Contudo, o “egocentrismo ingênuo” em que muitos vivem pode prejudicar essa observação. Para o autor, a relação entre sociedade e indivíduo acontece de forma egocêntrica e, constantemente, as pessoas objetificam a si mesmas e às suas experiências, posicionando-se externamente à sociedade. Este é um pensamento enraizado na sociedade humana, que, para ser superado, deve ser acompanhado por um distanciamento e pela reflexão “aparentemente simples de que cada pessoa é uma entre as outras”. (ELIAS, 2008, p. 132).

Na teoria sociológica contemporânea, os conceitos utilizados para categorizar indivíduo, sociedade e estrutura apontam, simplesmente, diferenças, antíteses e resumidas especificidades estruturais num determinado grupo social. Do mesmo modo, o papel dos setores da sociedade, bem como suas mudanças e desenvolvimentos, acaba sendo explicado de forma superficial e com base em teorias pouco embasadas empiricamente. O fato é que as instituições e organizações adquiriram cada vez mais a capacidade de autocontrole e autogestão e, com isso, os fenômenos sociais evoluíram de forma sutil enquanto transformaram, também, a estrutura. Em um universo social observável empiricamente, há níveis de interações e integrações entre organizações, estruturas, funções e outras propriedades viabilizadoras da ordem social. A própria integração global, a política internacional e a atuação mundial das multinacionais são fenômenos característicos dessa transformação. (ELIAS, 1994a). Como observado até o momento, é um erro aceitar essa natureza antitética, afinal, a relação entre indivíduos e sociedade acontece de forma dinâmica e mutável.

#### **1.4. Relações intersetoriais**

Desequilíbrios sociais passados e presentes são, comumente, endereçados por políticas públicas e ações governamentais assessoradas, ou não, por organizações sem fins lucrativos e/ou por empresas privadas. Estes mesmos problemas podem ser interpretados dentro de uma lógica utilitarista, quando agentes diversos enxergam oportunidades empreendedoras e com possibilidade de retorno financeiro, ou podem ser tratados por ações de governos, empresas e organizações não-

governamentais que empregam respostas e medidas não triviais, possibilitando o surgimento, até mesmo, de uma economia de mercado mais inclusiva.

Segundo DiMaggio e Powell (1983), com o passar dos anos, as organizações tornaram-se mais homogêneas e extrapolaram a lógica estrutural de um ambiente concebido simplesmente pelo pensamento racional burocrático.<sup>24</sup> Esse novo campo organizacional<sup>25</sup>, com atores conectados e limitados por uma estrutura social, contribuiu para maior correlação entre as ações individuais, as culturas e a própria estrutura, ao passo que a competição e a eficiência deixaram de figurar uma posição de protagonismo. Mudanças conceituais e procedimentais levaram a academia, os governos, as empresas e outras organizações a perceberem oportunidades sociais e de mercado em questões antes resolvidas a partir de um receituário que colocava o “pobre” em um patamar de vítima e de incapaz. Além, modelos de desenvolvimento passaram a buscar legitimidade e ações fundamentadas a partir da base da pirâmide da sociedade e da produção.

Para VanSandt e Sud (2012), tornou-se possível envolver o mercado e os negócios no enfrentamento da pobreza e da exclusão ao se aplicar estratégias que repercutiam no ritmo e no modelo de crescimento da economia. Neste cenário, surgiram as parcerias intersetoriais que, segundo Vurro et. al. (2010), são veículos de intervenção através dos diferentes campos possíveis de ação e resultados. Na literatura, as relações intersetoriais recebem variados nomes, dentre eles, parcerias público-privadas, alianças, colaborações, *networks*, relações interorganizacionais. Para Vurro et. al. (2010, p. 39), as parcerias intersetoriais são “esforços colaborativos entre organizações de dois ou mais setores que buscam abordagens organizacionais mais eficazes para lidar com

---

<sup>24</sup> Os autores possuem como base para esse argumento o pensamento racionalista inserido na lógica ascética do capitalismo e da burocratização das organizações ensejado pela concepção da jaula de ferro de Max Weber. Sobre esse conceito, o próprio Weber (2004, p. 165) afirmou: “a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – não só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil.”

<sup>25</sup> O campo organizacional surge quando um conjunto de organizações atuam em uma determinada área criando entre si uma estruturação e, em seguida, uma certa homogeneidade. De acordo com os autores, “por campo organizacional, queremos dizer aquelas organizações que, no agregado, constituem um campo reconhecido por seu padrão institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências reguladoras e outras organizações que produzem serviços ou produtos similares”. (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 148). Tradução livre de: “By organizational field, we mean those organizations that, in the aggregate, constitute a recognized area of institutional life: key suppliers, resource and product consumers, regulatory agencies, and other organizations that produce similar services or products.”

problemas sociais complexos”<sup>26</sup> em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. O consenso a respeito do objetivo destes arranjos é que eles pretendem resolver questões sociais de “planejamentos da comunidade, do ambiente, o desenvolvimento econômico, o desemprego, a educação especial, cuidados na comunidade, a justiça penal, a promoção da saúde e prestação de serviços de saúde e redução da pobreza”.<sup>27</sup> (HUXHAM, 2003, p. 403).

Estes são espaços de cooperação com um grande potencial de desenvolvimento, de geração de soluções inovadoras e de complementação de competências que afetam o progresso econômico, o controle à degradação ambiental, a redução de custos em assuntos importantes, o engajamento de diferentes organizações, a forma como se enxerga a filantropia. As parcerias intersetoriais lidam com o vácuo de informação disponível às organizações, modificam a estrutura relacional heterogênea construída entre os atores, comutam recursos, informações, poder e controle, o que demanda comprometimento, desempenho, entendimento mútuo das obrigações e necessidades. Elas facilitam a manifestação da responsabilidade social corporativa, além de permitir que empresas tenham mais gestão sobre as relações e incertezas surgidas nos locais onde se instalam. Quando vários atores socioeconômicos interagem com a sociedade e com a cultura e se envolvem na busca pelo crescimento sustentável e inclusivo no médio e longo prazo percebe-se a superação da exclusão e amplia-se o alcance do desenvolvimento para vários níveis da sociedade. (VANSANDT; SUD, 2012).

A incapacidade dos agentes de mercado, dos governos ou de outras organizações em resolver problemáticas sociais, alinhada à falta de recursos disponíveis, incentivou o surgimento das parcerias intersetoriais. (GRUDINSCHI et. al., 2013; HUXHAM, 2003; VANSANDT; SUD, 2012; VURRO et. al., 2010). Nesse contexto, as organizações passaram a agir em parceria e de forma mais homogênea, buscando benefício próprio ou voltando-se para percepções mais holísticas que ultrapassam seus interesses utilitaristas. Para Vurro et. al. (2010), quando uma parceria intersetorial surge pautada por motivações utilitaristas ela desperta incertezas, desconfianças, exigências e competitividades entre os envolvidos e se torna um simples instrumento para a aquisição de recursos e informações.

---

<sup>26</sup> “[...] collaborative efforts between organizations from two or more sectors that search for more effective organizational approaches to address complex social problems.”

<sup>27</sup> “[...] collaborative arrangements aimed at addressing social issues including community planning, the environment, economic development, unemployment, special education, community care, criminal justice, health promotion and health service provision and poverty alleviation.”

### ***1.4.1. Problemas em relações intersetoriais***

Para Grudinski et. al. (2013), na resolução de problemas e geração de valor e inovação social, as organizações precisam colaborar entre si de forma intersetorial. Granovetter (1985, p. 491) acredita que os agentes de mercado desconfiados e não satisfeitos com informações generalizadas sobre o sistema e o ambiente em que atuam podem optar por gerar uma rede de relações capaz de levantar as informações relevantes e fundamentais que estimulem a confiança e estabeleçam uma estrutura institucional guardiã das “funções que sustentam a ordem”.<sup>28</sup> (GRANOVETTER, 1985, p. 491). Segundo Vurro et. al. (2010), é importante notar que a adequação comportamental passa por uma compreensão das normas que moldam e legitimam as escolhas, ao passo que configurações institucionais alteram ações e possíveis resultados das decisões tomadas por agentes envolvidos em relações intersetoriais.

Contudo, sem um modelo específico que se enquadre em ambientes e circunstâncias predefinidos, certas barreiras podem limitar a eficácia dessas parcerias, como, por exemplo, a escassez de recursos, a ausência de incentivo para se colaborar, a desconfiança, a inflexibilidade de políticas e processos, a falta de sustentação institucional, a indisposição para se assumir riscos, entre outros. Por exemplo, devido à falta de autonomia em escolher com quem exatamente se relacionar, os agentes envolvidos em uma relação intersetorial podem optar por iniciarem uma parceria com desconfiança. (HUXHAM, 2003). Para se consolidar uma base confiável na relação, Huxham (2003) incentiva iniciá-la a partir de objetivos modestos, realistas e alcançáveis, com potencial de evoluir para resultados mais audaciosos. A confiança emerge quando há expectativas a respeito do futuro da colaboração, quando há acordos mais formalizados, boa reputação de comportamentos passados e predisposição para se encarar riscos sem abandonar o acordo caso ele se desenrole para resultados inesperados. Granovetter (1985, p. 490), por sua vez, considera importante ter conhecimento de que alguém é confiável, porém, é ainda mais conveniente receber tal “informação de um informante confiável que lidou com esse indivíduo” ou saber a partir “de suas próprias relações passadas com essa pessoa”.<sup>29</sup>

Ainda sobre problemas em arranjos intersetoriais, sabe-se que maior ou menor coerência institucional leva os atores a se relacionarem de forma mais ou menos participativa e coerente

---

<sup>28</sup> “[...] the structure that fulfills the function of sustaining order.”

<sup>29</sup> “Better than the statement that someone is known to be reliable is information from a trusted informant that he has dealt with that individual and found him so. Even better is information from one’s own past dealings with that person.”

dentro de um sistema. (VURRO et. al., 2010). A lógica institucional, preocupada com normas, crenças e regras gerais aplicadas e vivenciadas na sociedade, eleva o nível de interação entre as organizações e ajuda a compreender ações que afetam e são afetadas por contextos diversos e por comportamentos individuais e organizacionais dentro dos sistemas sociais. Um arranjo institucional consentido e difundido pode proporcionar legitimidade ao comportamento dos agentes, guiar para a melhor atitude em situações de confronto, concorrência de ideias e imprevisibilidade, “ditar condições adicionais que devem ser satisfeitas para que a parceria seja considerada apropriada, alcançando assim os resultados esperados”.<sup>30</sup> (VURRO et. al., 2010, p. 48).

Em relações intersetoriais, pode prevalecer uma única lógica ou uma composição e competição de diversas orientações institucionais. Há uma intensa variedade de comportamentos pautados por normas e regras que constroem ações de atores em relações interdependentes, que moldam a resolução de questões sociais e que influenciam profundamente a forma como se tomam decisões e se selecionam critérios de liderança e governança.

Orientação institucional refere-se ao conteúdo normativo da lógica dominante em um campo, relacionado, ainda, aos comportamentos considerados apropriados e pode ser resumido em um tipo ideal ao qual os agentes se referem como uma fonte de legitimidade.<sup>31</sup> (VURRO et. al., 2010, p. 43).

As sociedades precisam do intercâmbio estável entre os sistemas sociais, as estruturas, os ambientes físicos e a sua realidade última, bem como do controle sobre estes. Para Parsons (1974, p. 19), elas constroem, simultaneamente, um sistema de “autossuficiência” e de dependência em relação ao ambiente, porque necessitam deste para perpetuação da espécie, sobrevivência, proteção, manifestação de interesses políticos e econômicos, criação de tecnologias, etc. Ademais, segundo Vurro et. al. (2010), o estudo pautado por modelos institucionais ajuda, até mesmo, a compreender a noção de inserção, defendida por Granovetter (1985), onde se valorizam as relações sociais e a estrutura.

---

<sup>30</sup> “The institutional context dictates further conditions that have to be satisfied in order for the partnership to be considered appropriate, thus attaining expected results.”

<sup>31</sup> “Institutional orientation refers to the normative content of the dominant logic in a field regarding what behaviors are deemed appropriate, and can be summarized into an ideal type to which agents in a field refer to as a source of legitimacy.”

#### *1.4.2. Variação ou homogeneidade/isomorfismo entre as organizações nas relações intersetoriais*

Com o propósito de explicar homogeneidade e não variação entre as organizações, DiMaggio e Powell (1983) afirmam que o campo organizacional tende a ser diverso quando começa a se formar, porém, rapidamente se homogeneiza com o passar do tempo. Os autores entendem a possibilidade da existência desses campos na medida em que estiverem definidos institucionalmente e delimitados pelos seguintes processos:

Aumento na extensão da interação entre as organizações; surgimento e definição de estruturas interorganizacionais de dominação e padrões de coligação; aumento na carga de informações com que as organizações em um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma consciência mútua entre os participantes de um conjunto de organizações os quais entendem que estão envolvidos em uma companhia única.<sup>32</sup> (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 148).

Ainda que haja intensa busca por diversidade, os autores defendem a pouca variedade de fontes de inspiração para mudanças. Por exemplo, a economia e o mercado acabam homogeneizando organizações novas da mesma forma que fez com as antigas. Essa pequena possibilidade de mudança estimula o surgimento de estruturas observáveis moldadas pelo processo de homogeneização. Neste cenário, podem surgir as organizações estruturadas hierarquicamente, as quais possuem um poder particular de disseminar informações primordiais sobre os funcionários por meio de uma linguagem comum e subjetiva, permitindo o conhecimento a respeito de diferentes empregados em diferentes lugares. Uma vez comprovada a existência das organizações que buscam dominar outras, fica clara a necessidade de se considerar as relações de poder. Porém, Granovetter (1985) critica esse poder das organizações hierárquicas, pois, considera formas mais cooperativas de trabalho como geradoras de uma rede de relacionamento mais densa e verdadeira, permitindo o compartilhamento de conhecimento.

DiMaggio e Powell (1983) também acreditam nesse processo de cooperação ou competição e na sua tendência de gerar isomorfismo<sup>33</sup> entre as organizações. Isso significa que as

---

<sup>32</sup> “[...] an increase in the extent of interaction among organizations in the field; the emergence of sharply defined interorganizational structures of domination and patterns of coalition; an increase in the information load with which organizations in a field must contend; and the development of a mutual awareness among participants in a set of organizations that they are involved in a common enterprise.”

<sup>33</sup> Segundo DiMaggio e Powell (1983), existe o isomorfismo competitivo e o institucional. O primeiro está ligado à competição de mercado, na qual organizações disputam a posse de recursos, consumidores, poder político e

características de cada organização se modificam na medida em que o ambiente possibilita essa mudança, ou seja, a diversidade da capacidade do ambiente de receber as mudanças é o motor do próprio processo de homogeneização. Essa mudança pode surgir de estímulos subótimos ou por decisões de líderes das organizações que respondem a comportamentos dos agentes do ambiente. Três mecanismos também permitem a ocorrência do isomorfismo, quais sejam: coercitivo (influência política e legitimidade); mimético (que responde às incertezas); e normativo (correspondendo a profissionalização).<sup>34</sup> (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 151). Todas as formas podem ocasionar uma profusão de normas e regras entre gestores e redes de organização. Essas redes ainda podem gerar um intercâmbio e uma socialização entre profissionais de diferentes organizações, fazendo com que certas ações se assimilem devido à influência de políticas, procedimentos e estruturas legitimadoras das ações. (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Contudo, é importante ressaltar que:

A troca de informações entre profissionais ajuda a contribuir para uma hierarquia dos status comumente reconhecida, do centro e da periferia, que se torna uma matriz para fluxos de informação e movimentação de pessoal entre organizações.<sup>35</sup> (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 153).

Esse status pode levar a uma certa reprodução de concepções sobre classes sociais<sup>36</sup> e outros aspectos primordiais na manutenção de uma estrutura. Para organizações com fins não lucrativos, o resultado pode ser a “exportação” de gerentes e outros profissionais que acabam por ocupar cargos responsáveis pelo diálogo direto com autoridades governamentais, em conselhos ou outros.

---

legitimidade institucional. O segundo isomorfismo está mais relacionado à compreensão de políticas e outras realidades institucionais da vida organizacional.

<sup>34</sup> O isomorfismo coercitivo pode ocorrer de forma abrupta e forçada ou pode ser menos explícito, introduzido a partir da própria cultura legal do ambiente por meio de leis e outras regulações legítimas, por pressões e imposições de padrões operacionais, organizacionais e novas tecnologias, por responsabilidades fiscais, etc.; o isomorfismo mimético pode acontecer, principalmente, quando a organização precisa se ajustar diante das incertezas do ambiente e, tendo como referência outra organização, modela-se de forma intencional, indireta, por meio de transferência de informação, ou explícita, a partir de serviços de consultoria; o isomorfismo normativo surge, principalmente, a partir da profissionalização, por meio de programas de treinamento, educação formal, especializações ou, ainda, por rede de profissionais surgidas dentro das organizações, ou entre elas, cujo controle institucional torna-se capaz de assemelhar e reproduzir comportamentos, definir as condições para um determinado trabalho e produção e estipular a dedicação necessária que um funcionário precisa desempenhar. (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

<sup>35</sup> “The exchange of information among professionals helps contribute to a commonly recognized hierarchy of status, of center and periphery, that becomes a matrix for information flows and personnel movement across organizations.”

<sup>36</sup> Para Bourdieu (2007, p. 102), a classe social não se define por capital (econômico, social ou cultural), ou outras propriedades (sexo, idade, nível de instrução, raça, etc.) organizadas e estudadas numa relação de causa e efeito, mas sim, a partir de uma estrutura de relações entre estas propriedades e as práticas de homens e mulheres que, por sua vez, possuem lugar e valor segundo seus sexos e outras inúmeras “disposições socialmente constituídas” no ambiente em que vivem.

(DIMAGGIO; POWELL, 1983). Por sua vez, agências governamentais e do Estado, detentoras de um espaço mais central nas relações intersetoriais e orientadas por regras, formalidades e instituições, são capazes de tornar o isomorfismo mais extenso e complexo.

DiMaggio e Powell (1983) concordam que as organizações estão se tornando cada vez mais homogêneas e que elites hierarquicamente posicionadas no topo da cadeia social frequentemente conseguem o que querem interferindo em processos sociais e organizacionais, traçando o curso institucional e controlando o sistema social capitalista. Contudo, com a teoria do isomorfismo institucional, é possível perceber, também, que indivíduos ou pequenas organizações podem alterar o rumo institucional dos fatos e “entender a irracionalidade, a frustração do poder e a falta de inovação tão comuns na vida organizacional”.<sup>37</sup> (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 157).

Em intervenções por meio de parcerias intersetoriais, é importante preocupar-se com o ambiente em que o problema social surge e suas características intrínsecas. Além, segundo DiMaggio e Powell (1983, p. 158), é essencial se “descobrir novas formas de coordenação intersetorial que encorajem a diversificação em vez da homogeneização”.<sup>38</sup> Isso poderia ajudar os tomadores de decisão e criadores de políticas a se preocuparem mais com o pluralismo e a complexa estrutura social desenrolada em um ambiente organizacional.

---

<sup>37</sup> “We argue that a theory of institutional isomorphism may help explain the observations that organizations are becoming more homogeneous, and that elites often get their way, while at the same time enabling us to understand the irrationality, the frustration of power, and the lack of innovation that are so commonplace in organizational life.”

<sup>38</sup> “[...] we need to discover new forms of intersectoral coordination that will encourage diversification rather than hastening homogenization.”

## 2. A MINERAÇÃO NO BRASIL

Nesta sessão do trabalho, o leitor poderá se informar a respeito da história que antecede o processo de exploração dos recursos naturais no Brasil, bem como seus desdobramentos atuais. Aqui também ficarão expostas as diferenças, as semelhanças e os conflitos que permeiam a resignação dos conceitos de crime corporativo e desastre ambiental, os quais serão utilizados posteriormente para a análise e discussão do caso do rompimento da barragem de Fundão. Esclarecimentos sobre este crime/desastre, por sua vez, também ocuparão espaço nesta sessão sobre a mineração no país. Por fim, será apresentada uma discussão sobre o TTAC (2016) e as principais organizações que se envolvem na tomada de decisão no âmbito das negociações na cidade de Mariana (MG), com vistas a contextualizar e elucidar o rompimento e os seus fracionamentos institucionais.

O processo de concentração da posse de terra no Brasil foi perpetrado a partir de expulsões compulsórias e “mediante o uso da violência [contra as] resistências e conflitos empreendidos por indígenas, quilombolas e camponeses”, cujas consequências políticas, sociais e territoriais são os principais responsáveis pelas desigualdades estruturais no país. (CARNEIRO, 2016, p. 257). No início do período colonial, o império português se preocupava em preservar seu domínio sobre o litoral brasileiro e, para isso, afugentou e/ou dizimou incontáveis populações locais. (OLIVEIRA, 2015). Em seguida, a partir do século XVIII, empreitadas de investimento sobre o interior do continente levaram ao estado de Minas Gerais, principalmente, intensos fluxos migratórios e um povoamento acelerado e impulsionado pela mineração do ouro. Mais uma vez, essa expansão do domínio civilizatório imperial em prol da exploração minerária e do desenvolvimento de uma agropecuária local ocorreu a custo de “intensos processos de expropriação, êxodo, escravização, aldeamento e morticínio dos povos indígenas”. (CARNEIRO, 2016, p. 259).

Contudo, mesmo após a ampliação da extração de minérios e de outros recursos naturais, Minas Gerais continuava relegada a uma indústria fraca e sem protagonismo nacional. A partir do século XX, para impulsionar a industrialização tardia, foi necessário o envolvimento das elites políticas locais que, acima de tudo, almejavam investimentos de capital estrangeiro. A fraca burguesia industrial mineira foi substituída por uma elite engajada em alterar o papel do estado de provedor de “matérias primas e produtos agropecuários para as regiões brasileiras de industrialização mais dinâmica e precoce”. (CARNEIRO, 2016, p. 260).

Por volta de 1940, no percurso da modernização da indústria nacional, evidenciou-se a necessidade de alto investimento em infraestrutura de transporte para mercadorias e pessoas, além de um suprimento em energia elétrica e água. Começam as obras de ampliação da malha rodoviária e ferroviária, bem como construção de hidrelétricas e outros empreendimentos de grande impacto nas populações locais. Em seguida, entre as décadas de 1960 e 1970, após a identificação de abundantes reservas de minérios, principalmente de ferro e manganês, na região central do estado, as primeiras grandes indústrias do setor começam a se direcionar para Minas Gerais. Um período marcado pelo modelo de modernização e de industrialização condizente com aquele aplicado pela ditadura civil-militar que, por sua vez, incentivava e financiava a entrada de empresas de capital estrangeiro e que reпреendeu no campo e nas cidades brasileiras as tensões e os conflitos com comunidades resistentes ao modelo de industrialização. (CARNEIRO, 2016).

As indústrias de capital multinacional que sustentaram a “nova industrialização mineira” foram atraídas pelos *lobbies* feitos pelas elites mineiras, que acenavam com “opulência de recursos naturais” (principalmente minérios) a baixíssimo preço e com inexistência de restrições e controles públicos sobre os danos ambientais das atividades desenvolvidas. [Fica evidente] a expressão ideológica que transfigura e oculta o caráter intencional e classista da consolidação do complexo minero-siderúrgico e do gigantesco processo que, em marcha acelerada, requer a espoliação ambiental e territorial de populações, comunidades e povos tradicionais, produzindo enormes massas de proletários rurais e urbanos, [...]. (CARNEIRO, 2016, p. 262).

Entretanto, as tecnologias utilizadas pelas indústrias em Minas Gerais tornaram-se precárias e obsoletas e, mesmo após os esforços de industrialização, o Brasil continuou – e continua – participando de forma periférica no sistema internacional de produção e divisão do trabalho. (PAULA et. al., 1997). Esse espaço habitado, principalmente, por economias pobres, onde também se encontram outros países latino-americanos, é marcado pela adoção forçada dos ajustes neoliberais que levaram, entre outras consequências, “à desindustrialização e à estratégia de obter superávits primários mediante a concentração na produção e exportação de bens primários nos mercados mundiais de *commodities*”, principalmente da mineração. (CARNEIRO, 2016, p. 264). Ademais, o fato de ser subordinado a uma tendência primário exportadora na economia global gera uma dependência econômica sobre a mineração que faz surgir o que Zhouiri (2018, p. 14) intitula de “novas zonas de sacrifício”, cujo avanço produtivo ocorre em detrimento dos territórios indígenas e de outras populações locais.

Em torno dos empreendimentos minerários, construiu-se um ambiente político-social marcado por intensos conflitos entre poder público, iniciativa privada, grupos e movimentos sociais locais e internacionais. Além, os efeitos do processo de exploração do minério no Brasil são sentidos em instituições, nos governos, nas comunidades, na cultura, na educação, na economia, na infraestrutura rodoviária, ferroviária, fluvial, energética, entre outros. Nesse cenário, o próprio trabalho de campo dos pesquisadores não fica isento da disputa a partir do momento em que os estudos em busca da produção de conhecimento acabam por gerar “efeitos, conexões e interferências nos processos sociais”. (ZHOURI, 2018, p. 12).

Nos últimos anos, a alta demanda internacional por matéria prima de baixo valor ocasionou, e ainda ocasiona, resultados destrutivos que refletem principalmente no meio ambiente e nas culturas e economias das comunidades locais. Por isso, e por outros motivos, em estudos sobre os processos de extração de minério e enriquecimento por exploração dos recursos naturais, deve se pensar além da relação estabelecida entre poder público, iniciativas privadas e comunidades. Segundo Zhouri (2018), as ações das ONGs, das instituições nacionais e internacionais, das empresas transnacionais e de certos movimentos sociais devem ser apuradas exatamente porque os modelos de extração de recursos minerais com emprego de alta tecnologia acabam por envolver diferentes agentes dispostos/as em fronteiras territoriais onde podem se confluir comunidades diversas, particularidades culturais, motivações políticas e outros interesses escusos que refletem, ainda, no desrespeito às legislações ambientais e outros agravamentos.

O incentivo das políticas governamentais à aceleração do desmatamento no Brasil distancia o governo e as empresas, cada vez mais, dos moradores de áreas rurais. (ALGER et. al., 2005; BERTERO, 2006; BORSATTO & CARMO, 2013; CASTRO, 2009; STATTMAN & MOL, 2014). Quando se trata de deterioração ambiental e social, não há como deixar de culpabilizar a flexibilização e modificação de leis e processos de licenciamento ambiental, bem como a precariedade na fiscalização destas. O marco regulatório da mineração no país, por exemplo, é regido, principalmente, pelo Código Mineral, Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967) e pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 20, 21, 22, 174, 176, 225, 231, entre outros. (BRASIL, 1988).

O código de 1967 sofreu inúmeras modificações desde a sua regulamentação e a principal tentativa de atualização é a que está sendo gestada – primeiramente no âmbito do governo federal e, em seguida, tramitando pela Câmara dos Deputados – desde 2008. Após cinco anos de debates,

no dia 19 de junho de 2013, a gestão da presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.807/2013, em vias de dispor o novo marco regulatório para o setor de mineração, criar o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração (ANM) e dar outras providências. (BRASIL, 2013). O seu objetivo era promover mais investimentos ao setor, contudo, senadores e entidades da sociedade civil temiam a falta de garantias de uma arrecadação apropriada aos municípios e estados e a ampliação das “áreas exploradas, sem trazer vantagens econômicas reais para o país e os trabalhadores envolvidos”. (SENADO FEDERAL, 2013). Até a data de conclusão desta dissertação, esse Projeto de Lei está em tramitação na Câmara dos Deputados, sendo revisado por inúmeras Comissões Especiais e apensado a outros Projetos de Lei.

Em 2017, com o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira<sup>39</sup>, novos debates surgem dentro do governo federal, à época regido por Michel Temer, que culminaram no Novo Código de Mineração com o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018. (BRASIL, 2018). Além, a legislação estadual de Minas Gerais também é capaz de regimentar normas, licenciamentos ambientais e sistemas – como o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) criado a partir da Lei 21.972, de 21 de janeiro de 2016, (MINAS GERAIS, 2016) – que regulam a exploração de recursos naturais e o estabelecimento de empreendimentos no estado. Estas inúmeras normativas, muitas vezes, rivalizam-se, geram decisões contraditórias e acabam permitindo afrouxamentos que desimpedem o caminho rumo às catástrofes, crimes e crises com resultados de incalculável abrangência destrutiva.

Segundo Zhou et. al. (2016, p. 53), “um dano ambiental deriva de um sem-número de práticas sociais nefastas cujos autores estariam diluídos na sociedade”. As desregulações socioambientais e suas violências contra o meio ambiente “caminham lado a lado com processos que visam a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos”. (ZHOURI, 2018, p. 10). Borges (2018, p. 310) também afirma que a “crise ambiental é, sobretudo, uma crise ética, política e filosófica”. Ainda que haja investimentos em estudos sobre as vulnerabilidades e viabilidades social e

---

<sup>39</sup> Este Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira ficou estipulado a partir da assinatura de três Medidas Provisórias: a MP 789 (BRASIL, 2017a) que “altera a forma de cálculo da receita decorrente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)”; a MP 790 (BRASIL, 2017b) que altera o Código de Mineração; e a MP 791 (BRASIL, 2017c) que cria a “Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral”.

ambiental dos empreendimentos minerários, os incalculáveis riscos ao meio ambiente e os problemas com a governança e a gestão do território complexificam sobremaneira os desdobramentos e externalidades geradas pela atividade em questão.

A mineração apresenta-se, de um lado, como extremamente rentável economicamente e, de outro, prejudicial para o meio-ambiente. Desastres tecnológico-ambientais, como o rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana (MG), por exemplo, evidenciam a urgência de se acompanhar, antecipar e, principalmente, evitar tais consequências catastróficas à natureza e à sociedade. A insubordinação das empresas aos limites legais e político-administrativos dos municípios e outras unidades espaciais, bem como a referência quase inexistente à “inserção das comunidades locais nos processos decisórios e, principalmente, na avaliação e fiscalização permanente das atividades de exploração” prejudicam avanços dos estudos e estratégias corporativas que visam um desenvolvimento minimamente sustentável no Brasil. (BORGES, 2018, p. 305).

### **2.1. Exploração minerária: crimes corporativos e desastres ambientais**

Daboub e Calton (2002) argumentam que crimes corporativos envolvem principalmente violações de leis criminais, civis e administrativas de um país e podem ser cometidos por omissão, intenção ou negligência de executivos e gestores que possuem como fins os lucros ou outros benefícios para a sua corporação. Quando proposital, o crime corporativo se torna parte das medidas operacionais corriqueiras de uma empresa, “não podendo ser visto simplesmente como um acidente ou tragédia, mas, sim, como algo que acontece, também, por razões operacionais, como falhas no monitoramento, equipamentos com defeitos, estruturas insuficientes, entre outros”. (MEDEIROS et.al. 2018, p. 84). O crime pode ser racionalmente calculado e, para evitar o custo de ter que lidar com o problema, as corporações acabam optando pelo *lobby* e outras formas fraudulentas de se obter benefícios, como a tentativa de atuar nas brechas das leis, tangenciando sempre o desconhecimento da população. De acordo com Medeiros et al. (2018), esses comportamentos também influenciam a economia internacional.

Importante lembrar que empresas – e indivíduos – apenas podem ser identificadas como criminosas se condenadas por lei e julgamento judicial, ao passo que, em transgressões corporativas, fica difícil estabelecer se houve ou não intenção e precisar responsabilidades devido

a interdependência das ações. Medeiros et. al. (2018, p. 72) definem o rompimento da barragem de Fundão como um crime corporativo ambiental e observam que, neste caso específico, “os esforços das empresas, antes de ressarcir a população atingida pelos danos causados, foram dirigidos à ocupação de espaços publicitários para negar sua responsabilidade”. No início, a mineradora Samarco reagiu se desvencilhando das primeiras informações que surgiam e utilizou a retórica<sup>40</sup> e o desengajamento moral para desprestigiar represálias. (MEDEIROS et. al., 2018).

O desengajamento moral surge quando a corporação se autodesliga da noção de culpa, negando-a se possível, optando pelo caminho da justificativa e contorno de sua conduta, uma ferramenta de desvirtuação da realidade que apenas reverbera os valores, interesses e padrões comportamentais da empresa. (MEDEIROS et. al., 2018). Soma-se a isso o fato de que grandes corporações possuem poder suficiente para influenciar outras organizações, pessoas e, até mesmo, financiar e justificar o desvirtuamento das leis. (DABOUB; CALTON, 2002). Elas se voltam para a retórica como subvenção para construir uma realidade favorável, revestindo-se de uma moralidade artificial com um discurso de autopreservação e negação do crime cometido.

A reprovação social por um crime corporativo pode prejudicar os objetivos de lucro da empresa. Ademais, segundo Medeiros et. al. (2018, p. 76), o desengajamento “reduz os efeitos negativos de suas condutas transgressoras, pois os mecanismos ou manobras utilizadas podem minimizar a reprovação do público interno e da sociedade em geral”. Por isso, e por muito mais, a sociedade civil deve participar do processo decisório como forma de enfrentamento e resistência diante da nevrálgica relação entre sociedade e corporações.

Uma saúde moral empresarial é minimamente íntegra quando a organização faz autocríticas “em relação às suas próprias práticas internas e externas, que conferem um sentido de justiça, dignidade e integridade aos seus compromissos” (FREITAS, 2018, p. 15). Obviamente, não são todas as empresas que exercem esta autocrítica, por isso, para inibir o crime corporativo existem regras e leis. Também não é sempre que tais regulamentos conseguem alcançar o que ocorre no interior das organizações e que não é trazido a escrutínio público-judicial, portanto, em relação a estes acontecimentos velados, resta confiar que a empresa prezarão por sua saúde moral e entregará ao consumidor final produtos concebidos dentro de uma organização incorruptível. (LINSTED et. al., 2014).

---

<sup>40</sup> Para preservar sua moral e evitar constrangimentos, algumas empresas podem usar a retórica para persuadir uma audiência quanto a validade de argumentos e ações diversas, além de construir uma realidade social e criar significados. (MEDEIROS et. al., 2018).

Desastres ambientais, por sua vez, “são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida de uma dada coletividade”. (ZHOURI et. al., 2016, p. 50). O desastre não está restrito ao acontecimento catastrófico pontual e territorialmente localizado, muito pelo contrário, configura-se a partir de um desencadeamento contínuo de crises sociais, ambientais, políticas e econômicas. Nas palavras de Zhouri et. al. (2016, p. 54), “os desastres são processos prolongados no tempo social da experiência vivida dos afetados, perpetuados e intensificados por ações reparadoras insuficientes”. Nessas ocasiões trágicas, certas diretrizes institucionais e outras normas podem se tornar, até mesmo, grandes responsáveis pelo agravamento da situação, fazendo “perpetuar o sofrimento social”. (ZHOURI et. al., 2016, p 48).

Tragédias/crimes tecnológico-humanos, quando definidos apenas como desastres ambientais ou naturais, acabam por responsabilizar forças não humanas e desviam “a atenção da opinião pública dos fatores socioeconômicos e políticos”. (ZHOURI et. al., 2016, p. 51). A ideia de desastre ambiental/natural pode retirar o elemento de intencionalidade, o que atenuaria o grau de responsabilidade e, eventualmente, vitimizaria a empresa responsável pelo crime, transformando medidas reparatórias obrigatórias em ações solidárias. Do mesmo modo, quando conceituados como “conflitos socioambientais”, tais acontecimentos recebem atenção insignificante tanto jurídica quanto midiática e categorizam-se como processos para os quais recebe-se tecnologias de prevenção de disputas “com ênfase em acordos provenientes da construção de pretensos pactos harmônicos entre as partes”. (ZHOURI et. al., 2016, p. 46).

Em casos de conflitos socioambientais e crises pós-desastre, os procedimentos institucionais e a forma como o problema passa a ser tratado também são responsáveis por suscitar grande sofrimento social. Por exemplo, no caso de Mariana (MG), existe grande questionamento sobre o direito de se autodeclarar um/a atingido/a pelo rompimento da barragem e a consequente destruição pela lama. Estes/as atingidos/as apenas se configuravam como tal quando comprovavam a sua condição a partir de um laudo técnico e um estudo científico-burocrático.

Assim, nesse terreno dos desastres, o dano passa a constituir o ponto de disputa sobre o qual são forjadas as contra demandas e reivindicações dos afetados, de forma que grande parte das disputas políticas e simbólicas se desenrolam em torno da definição e reconhecimento institucional do conceito de “atingido”. (ZHOURI et. al., 2016, p. 58).

As diferentes e desproporcionais formas de se apropriar e explorar o território e seus recursos naturais podem se confluir e se enfrentar. As distintas práticas de exploração natural e espacial, portanto, acabam por levar ao confronto os sistemas de controle dos recursos e da política local e nacional, além de gerar conflitos ambientais entre “agentes envolvidos com posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes definem o poder de ação e enunciação”. (ZHOURI et. al., 2016, p. 49).

Neste cenário, a cidade de Belo Horizonte, capital do estado da Minas Gerais, converteu-se em um centro econômico e político cujo esforço industrializante está centrado na exploração do Quadrilátero Ferrífero, região em que se insere a cidade de Mariana e que abriga as maiores jazidas de minério do país. Neste local, as grandes empresas de mineração lucram sobremaneira com as extrações minerárias e se beneficiam com as localizações das reservas – próximas a centros urbanos – e dos baixos custos com o transporte. (CARNEIRO, 2016). Não é de se espantar que estas atividades agravaram os conflitos sociais e ambientais locais, quais sejam, “expropriações de terras, deslocamentos compulsórios de populações, poluição sonora, poluição atmosférica e, principalmente, contaminação de águas e destruição irreversível de regimes hídricos em larga escala”, (CARNEIRO, 2016, p. 268), e culminaram, sobretudo, nos infindáveis desdobramentos surgidos antes e depois do rompimento da barragem de Fundão.

## **2.2. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)**

O rompimento da barragem de Fundão sob responsabilidade da mineradora Samarco, na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerias, Brasil, ao dia 05 de novembro de 2015, e o consequente despejo dos seus rejeitos da extração de minério sobre a população como uma onda de lama tóxica, ocasionou o desalojamento dos/as atingidos/as, o desabastecimento de água, dezenove mortos, a descomunal poluição e a mortandade da fauna e flora às margens da bacia do Rio Doce, bem como o seu assoreamento e outros danos irreversíveis à sua biodiversidade. (ANA/MMA, 2016; IBAMA, 2018). Além, a lama de rejeitos arruinou total ou parcialmente a base social, cultural e econômica dos/as atingidos/as que perderam tudo ou quase tudo que possuíam e foram forçados/as a uma rotina de reuniões, processos judiciais e expectativas por reassentamentos. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, subdistritos de Mariana (MG), pertencentes aos distritos de Santa Rita Durão e Monsenhor Horta, respectivamente, foram

totalmente destruídas e os/as seus/suas moradores/as habitam, até a data de conclusão desta pesquisa, em casas alugadas pela Fundação Renova na cidade de Mariana (MG).<sup>41</sup>

Segundo Medeiros et. al. (2018, p. 84), diante do ocorrido, a Samarco, inicialmente, sustentou a seguinte retórica: “(a) Nós estamos fazendo o que deve ser feito; (b) Nós não colocamos a sociedade e o meio ambiente em risco; e (c) A culpa não é nossa.” O rompimento da barragem de Fundão era algo pressentido e temido pela população local. O Instituto Prístino (2013) avaliou os empreendimentos da Samarco em Mariana (MG) e recomendou planos de contingência e medidas mitigadoras após detectar falhas no reservatório. O instituto constatou, principalmente, a saturação e a sobreposição de rejeitos e “de áreas de influência direta, com sinergia de impactos” que poderiam desestabilizar a estrutura da barragem e levá-la ao colapso. (INSTITUTO PRÍSTINO, 2013, p. 2).

Ainda no princípio, após o rompimento da barragem, o decreto nº 500, de 20 de setembro de 2016, do Governo do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2016) que “dispõe sobre a requisição administrativa de terreno localizado no Município de Mariana, para implantação do Dique S4”, considerado de caráter emergencial por órgãos governamentais (RODRIGUES, 2016a), determinara que 56,21 hectares de terras em Bento Rodrigues seriam utilizados temporariamente pela Samarco por três anos com a intenção de torná-las áreas alagadas após a construção do dique S4. Esta estrutura alocada no Rio Gualaxo do Norte deverá armazenar 1,05 milhão de metros cúbicos de rejeitos e se une à barragem de Santarém e aos diques S3 (com capacidade para armazenar 2,1 milhões de metros cúbicos de rejeito), S2 (com capacidade para 45 mil metros cúbicos de rejeito) e S1 (com capacidade para 15 mil metros cúbicos de rejeito) como obras de reforço e impedimento do carreamento, em períodos chuvosos, da lama ainda remanescente e dispersa desde o rompimento da barragem de Fundão. (RODRIGUES, 2016b).

Art. 1º Fica determinada a requisição administrativa, para implantação do Dique S4, do terreno situado no Município de Mariana, conforme descrição perimétrica e áreas constantes no Anexo. Parágrafo único. A requisição administrativa de que trata o caput se estende às benfeitorias porventura existentes no terreno.

Art. 2º A requisição do terreno descrito no Anexo é necessária à efetivação de medidas urgentes para construção e implantação do DIQUE S4.

---

<sup>41</sup> Dados coletados em trabalho de campo e sustentados pela Agência Nacional das Águas e Ministério do Meio Ambiente (ANA/MMA, 2016) e pelo Ibama (2018). Conforme será apresentado na sessão de resultados desta pesquisa, as pessoas com as quais eu conversei relataram problemas de exaustão com as repetidas reuniões de deliberação sobre questões relativas aos seus direitos, desunião entre familiares e amigos que antes se encontravam frequentemente e se afastaram após serem remanejados para a cidade, assédio por parte da mídia, dos pesquisadores, das empresas e desconfiança entre eles e deles para com a Fundação Renova e outros agentes envolvidos no caso.

Art. 3º A Samarco Mineração S/A fica autorizada a promover todas as medidas necessárias à construção e implantação emergencial do DIQUE S4 no terreno descrito no Anexo. Parágrafo único. As medidas referidas no caput serão custeadas e efetuadas com recursos e pessoal próprios da Samarco Mineração S/A.

Art. 4º Os proprietários das áreas deverão viabilizar a entrada da equipe técnica da Samarco Mineração S/A e dos agentes públicos estaduais no terreno descrito no Anexo.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário. Parágrafo único. As empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil LTDA responsabilizam-se pelo custeio das indenizações referidas e pelo ressarcimento ao Estado de todo e qualquer custo decorrente da requisição administrativa de que trata este Decreto, conforme Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – celebrado em 20 de setembro de 2016.

Art. 6º O prazo de vigência desta medida interventiva é de três anos. (MINAS GERAIS, 2016).

Em reportagem para o jornal Agência Brasil, Eduardo Moreira, engenheiro civil e coordenador das obras, assevera que o objetivo do dique S4 é apenas reter os rejeitos, afinal, seus 8 metros de altura não lhe conferem capacidade estrutural para reservatório de contenção dos rejeitos de possíveis explorações minerais na região. (RODRIGUES, 2016a). Entretanto, a autorização da construção do dique S4 não foi sujeitada à aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico (Compat)<sup>42</sup> de Mariana (MG). (RODRIGUES, 2016a). Na mesma reportagem para o jornal, Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Compat, afirmou que o subdistrito de Bento Rodrigues fora tombado provisoriamente no dia 28 de abril de 2016<sup>43</sup>, por isso o consentimento do órgão é incondicional para o desenvolvimento do projeto. Mesmo sob essa condição, em outubro de 2016, a Samarco apenas lhes enviou uma notificação informando o início das obras que já estavam em processo de execução desde o dia seguinte ao decreto nº500. (RODRIGUES, 2016a).

Após a homologação desse mesmo decreto, denúncias de descaso à população local são frequentes. Segundo Muniz (2017), as famílias não receberam qualquer notificação judicial informando as decisões do Governo do Estado de Minas Gerais sobre a utilização de suas terras em Bento Rodrigues. Em outra reportagem do jornal A Sirene (PASCHOAL, 2018), foi relatado

<sup>42</sup> O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Mariana (Compat) foi criado em 2003 e possui em sua composição representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Comercial de Mariana, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha MG), do cartório de registro de imóveis, do MPMG, de movimentos populares, da Câmara de Vereadores e das secretarias municipais de cultura, educação e meio ambiente. (RODRIGUES, 2016a; COMPAT, 2019).

<sup>43</sup> O processo do tombamento definitivo ainda está em andamento e a intenção principal é que a região se torne “um memorial, um museu aberto ou a um parque ecológico”. (RODRIGUES, 2016a).

que a Samarco constantemente se reúne individualmente com os/as proprietários/as desses terrenos para apresentar suas próprias condições de indenização.

Seu Valadares, 74 anos, recebeu, no dia 20 de dezembro, a oferta de seis reais por metro quadrado das terras que roçou e cuidou durante a vida inteira. A angústia não é só pelo valor desigual entre os terrenos – calculado com base em imóveis das regiões mais baratas de Mariana –, ou pelos problemas que o dique vem causando, de discordância em cada família (negociante ou não); é por não saber, ou não confiar, que ele vai dar conta de resolver o problema. (PASCHOAL, 2016).

Na área alagada em Bento Rodrigues também se encontra o terreno de Antônio Pereira Gonçalves que, por sua vez, em reportagem ao jornal Agência Brasil (RODRIGUES, 2016a), teme pelo surgimento de um lago perene que destruiria o restante das tradições de sua família e da história local. Ele apontou a falta de diálogo e de negociação com a Samarco como o motivo principal para o surgimento de desconfianças frente à real necessidade da construção do dique e também informou que apenas teve conhecimento do início das obras após familiares o comunicarem sobre a presença de operários da mineradora no local.

Estas violências contra a vida, a cultura e as tradições estabelecidas em regiões com empreendimentos voltados para a exploração dos recursos naturais subjuga as “diferenças, diversidades, identidades e escolhas coletivas” (ZHOURI, 2018, p. 17), estabelecendo um contexto prenunciado de lutas e resistências por parte daqueles/as que não se sujeitam aos interesses da mineração. Como forma de consolidar suas posições e projetar suas demandas, torna-se fundamental a participação das comunidades nos processos de negociação e a presença da mão-de-obra e outros/as gestores/as locais contratados/as por assessorias técnicas para lidar nos ambientes jurídicos e políticos, afinal, a sociedade civil emprega um papel de “fiscalização das políticas de preservação ambiental e prevenção de riscos”. (BORGES, 2018, p. 309). Os/as atingidos/as se engajam na tomada de decisão e, incansavelmente, confrontam deliberações encaminhadas sem o seu consentimento. Algumas medidas de restituição têm sido conquistadas:

Com relação aos reassentamentos, o MPMG, com a participação dos atingidos, celebrou acordo com as empresas Samarco, Vale e BHP, na qual as rés se comprometeram a realizar os reassentamentos e reconstruções de Bento Rodrigues, Paracatu e demais comunidades atingidas de Mariana (Borba, Camargos, Campinas, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras). Porém, somente quase três anos depois do desastre, em agosto de 2018, a Fundação Renova obteve o licenciamento ambiental para início das obras do reassentamento de Bento Rodrigues, estando agora na fase de supressão vegetal e terraplenagem. Em relação à Paracatu, apenas o projeto urbanístico foi aprovado pela comunidade até o momento, estando pendente ainda a aprovação de lei municipal

específica para criação da área do reassentamento e posterior licenciamento do projeto pelo Poder Público.

Em relação ao reassentamento familiar e reconstruções para famílias de outras localidades atingidas pela lama também se verificam atrasos. Do total de 56 núcleos atendidos pela modalidade do reassentamento familiar, em apenas cinco a Fundação Renova já assinou contrato de compra e venda do imóvel indicado pela família. Quanto às reconstruções de propriedades danificadas pela lama de rejeitos, somente uma das 11 a serem atendidas nessa modalidade já foi finalizada e entregue ao proprietário. (MPMG, 2018b).

As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram atingidas pela lama de rejeitos da Samarco, forçadas a se retirarem de onde habitavam e agora, após cadastros e recadastros<sup>44</sup>, conseguiram, em 07 de maio de 2016, o terreno de Lavoura para a construção de Novo Bento e, em 03 de setembro de 2016, o terreno de Lucila para a reconstrução de Paracatu de Baixo. (UAI CÁRITAS, 2018). Os processos de negociação e reuniões envolvendo os reassentamentos coletivos, reassentamento familiar e reconstruções individuais<sup>45</sup> são desgastantes e intermináveis, gerando nas comunidades locais sensações de abandono e estranhamento diante de conceitos nunca antes utilizados. De acordo com a Cáritas (2018a), estes reassentamentos

---

<sup>44</sup> A primeira versão do cadastramento das famílias atingidas pela lama de rejeitos da Samarco consistia em um formulário escrito em mais de 500 páginas, cujas perguntas não condiziam com a realidade vivenciada pelos/as moradores/as das comunidades habitadas ao longo da bacia do Rio Doce. Inicialmente, a proposta da Synergia Consultoria Socioambiental, da Fundação Renova e da Mineradora Samarco, unilateralmente, intentava reparar, indenizar e compensar integralmente a perda dos bens. Contudo, estas empresas responsáveis pela concepção do Formulário do Cadastro Integrado objetivavam, apenas, listar as perdas materiais para ressarcí-las sem considerar os demais danos psicológicos e afetivos surgidos com o rompimento da barragem de Fundão. Após estudos, o Ministério Público Federal, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Cáritas Brasileira identificaram falhas na produção do relatório e contestaram a autoridade das empresas sobre a produção desse formulário. Alguns dos problemas identificados foram a ausência dos próprios atingidos no processo de elaboração das perguntas, o uso de uma linguagem rebuscada que dificultava o seu entendimento, o emprego de conceitos e termos incompatíveis com a realidade local dos atingidos e outros. (QUEIROZ & D'ANGELO, 2018; QUEIROZ & REIS, 2017). Em reportagem do jornal A Sirene, Queiroz e Reis (2017) afirmaram que “na reformulação do [novo] cadastro, o ponto central é a família (núcleo familiar), com suas variadas formas e diversas perdas que enfrentaram e ainda enfrentam”. Ademais, o novo processo de cadastramento foi conduzido pela Cáritas juntamente aos atingidos e tem como fundamento primordial a autodeclaração das perdas e danos. Erika Gomes, arguita da Caritas Brasileira, comenta que a distinção entre o “processo de cadastramento atual e o cadastro produzido pelas empresas é a participação dos atingidos. [...] Uma conquista dos atingidos foi o direito a participação e isso gerou enriquecimento, uma vez que essas pessoas passaram a se identificar como atingidos e a reconhecer o que são consideradas perdas e danos”. (BARROS; PINHEIRO, 2018). A reformulação do cadastro inicial foi considerada urgente e emergencial, com vistas a expressar de forma mais precisa as perdas dos núcleos familiares, bem como a sua autodeclaração como atingido. Esta mobilização e colaboração garantiu maior representatividade e sensação de inclusão no processo de negociação.

<sup>45</sup> De acordo com as Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia (CÁRITAS, 2018a, p. 5): o reassentamento coletivo “envolve toda uma comunidade. Devolve a moradia, garante a retomada das atividades produtivas, a volta dos modos de vida e acesso à todos os bens coletivos (posto de saúde, igreja, escola, etc.)”; o reassentamento familiar “envolve uma família que foi atingida. Também devolve a moradia, e garante a retomada de atividades produtivas, a volta dos modos de vida e o acesso à todos os bens coletivos”; a reconstrução individual é a reconstrução da moradia na área de origem de forma a restabelecer as condições de uso para fins de habitação, atividades produtivas e modos de vida. Para essa modalidade de reparação as empresas responsáveis pelo desastre devem fornecer as informações sobre os riscos de permanência na área atingida”.

involuntários acontecem quando os/as moradores/as são forçados/as a se retirar de onde moravam, deixando para trás suas histórias e modos de vida. A complexidade do universo da territorialidade, portanto, não se restringe à construção de uma casa e à simples sobrevivência, mas à necessidade de se restabelecer os lugares de vida, negociando conjuntamente e falando a língua da comunidade, executando projetos acessíveis que explorem significados subjetivos, quais sejam, as relações com vizinhos/as, os pontos de encontro, festas, lazer e as outras características que remontam às lembranças da infância.

### ***2.2.1. O TTAC 2016 e as principais organizações envolvidas no crime/desastre***

A assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016) em 12 de março de 2016, homologada no dia 05 de maio de 2016, evidencia uma tentativa de tornar o problema um caso de resolução a partir de acordos e pactos. Esse TTAC (2016), ou “acordão”, como ficou popularmente conhecido entre os/as atingidos/as, além de confirmar a retirada dos governos federais e estaduais do caso, estipulou a criação de uma fundação privada sem fins lucrativos cuja função seria administrar os R\$20 bilhões redirecionados para a solução dos problemas causados pelo rompimento da barragem: a Fundação Renova. O “acordão” tentou germinar uma governança estratégica e hierarquizada para agilizar o processo e os trâmites burocrático jurídicos, seguindo um modelo defendido pelo Banco Mundial a ser aplicado em países com deficiências institucionais e econômicas.

O conceito de governança surgiu a partir das reflexões propostas pelo próprio Banco Mundial nos anos 1990. (WORLD BANK, 1992). O reconhecimento do fracasso das reformas estruturais aplicadas, principalmente, nos países em desenvolvimento levou essa organização internacional a repensar suas estratégias e a adotar medidas que buscassem o consenso em vez do confronto.<sup>46</sup> Islam (2017), por sua vez, entende que a ideia de governança existe desde o surgimento

---

<sup>46</sup> Após muitas críticas aos programas de reajuste estrutural dos anos 1980, aplicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial nos países em desenvolvimento, as ações destas agências se direcionaram para temas como o da construção e da reforma institucional, deixando a liberalização, a desregulamentação e a estabilização macroeconômica como panos de fundo. O objetivo seria estabelecer uma “boa governança”, reduzir a pobreza, assegurar a participação da sociedade civil na agenda política dos países em desenvolvimento e “dar conta dos custos sociais do ajuste estrutural [...], conferindo grande prioridade à reestruturação dos serviços sociais.” (BORGES, 2003, p. 126). Os obstáculos políticos à agenda de reestruturação macroeconômica pregada pelo Banco Mundial levaram esta organização internacional a reconhecer e repensar sua retórica e estratégias. Visando um consenso a respeito da nova necessidade de modificações na “engenharia política e social das sociedades em que atua”, o Banco acaba por

da própria civilização humana. Ainda que o autor se esforce para apresentar em seu artigo inúmeras propostas de conceituação, ele acaba se fundamentando, principalmente, na ideia compreendida pelo Banco Mundial, que estipula a governança como “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento”<sup>47</sup> (WORLD BANK, 1992, p. 1), e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que a estabelece como:

[...] o exercício da autoridade política, econômica e administrativa para gerenciar os assuntos de uma nação, e a complexidade dos mecanismos, processos, relacionamentos e instituições por meio dos quais cidadãos e grupos manifestam seus interesses, exercitam seus direitos e obrigações e mediam suas diferenças”.<sup>48</sup> (PNUD apud ISLAM, 2017, p. 1-2).

O Banco Mundial, especificamente, após delimitar o conceito, organizou, também, quatro dimensões responsáveis pelo funcionamento de uma “boa governança”: a melhoria da capacidade de administração do poder público; o fortalecimento de um marco legal que garanta o cumprimento das responsabilidades judiciais e políticas de um país; a preocupação com a participação de vários setores da sociedade para que estes também se responsabilizem pelo seu desenvolvimento econômico e social; e, por fim, a transparência e a disseminação de informações que possibilitem a fiscalização das políticas governamentais, bem como do seu processo de formulação e do envolvimento da sociedade.<sup>49</sup> (WORLD BANK, 1992).

Segundo Borges (2003) este modelo de “boa governança” leva, na verdade, a um “Estado ideal” que, ao fim, compromete-se apenas com o modelo neoliberal de desenvolvimento, com a legitimação de regras “neutras” para a fundamentação do bem-estar social e garante, sobretudo, o direito à propriedade e um ambiente propício para o surgimento da iniciativa privada. O Estado democrático funcionaria como o defensor da liberdade, das leis e das tradições liberais para o funcionamento da economia de mercado, “promovendo a opulência por meio do estabelecimento

---

incentivar políticas de estabilidade que fortaleceriam um modelo de desenvolvimento capitalista liberal. (BORGES, 2003, p. 126).

<sup>47</sup> “[...] the manner in which power is exercised in the management of a county's economic and social resources for development.”

<sup>48</sup> “[...] the exercise of political, economic, and administrative authority to manage a nation's affairs, and it is the complex mechanisms, processes, relationships, and institutions through which citizens and groups eloquent their interests, exercise their rights and obligations, and mediate their differences.”

<sup>49</sup> “This booklet identifies four areas of governance that are consistent with the Bank's mandate: public sector management, accountability, the legal framework for development, and information and transparency.” (WORLD BANK, 1992, p. 2).

de leis de justiça que garantam o livre comércio e a competição pacífica.” (BORGES, 2003, p. 127).

Essa governança prestigiada internacionalmente funciona, ao contrário, para pactuar interesses, suprimir riscos, responsabilidades e danos. Esses debates e tentativas de uma construção conjunta de soluções podem surgir como “imposições excludentes” que flexibilizam direitos, agravam vulnerabilidades, desarticulam as mobilizações de alguns grupos e relegam certos indivíduos à falta de proteção e à ausência de instrumentos de luta contra a exploração. (ZHOURI et. al., 2016, p. 48). A formação repentina de “comissões representativas” após o rompimento da barragem exemplifica esta exposição às adversidades, afinal, atingidos/as são “obrigados/as a apreenderem estratégias de diálogo e de negociação” sem terem conhecimento a respeito das funções e razões de se criar uma Comissão ou mesmo a respeito de ações e estratégias de posicionamento contestatório. (ZHOURI et. al., 2016, p. 56).

Segundo Zhouri (2018, p. 12), em situações de crime/desastre ambiental, uma pretensa governança pode dissimular consensos e silenciar as divergências, além de favorecer uma balança de poder desigual, hierarquicamente organizada e imersa em “correlações de poder local-global que subsumem os saberes locais e o conhecimento especializado”. No processo de concepção do TTAC, ao se retirar os/as atingidos/as e ampliar a participação das empresas detentoras e controladoras das ações da Samarco, possibilitou-se, conseqüentemente, a implementação de “uma gestão ambiental que pouco corresponde às territorialidades de grupos com modos diferenciados de apropriação do meio físico” (ZHOURI et. al., 2016, p. 47)

Segundo Borges (2018), a governança territorial deve ser feita a partir de uma relação profunda entre empresas, poder público federal, estadual e local e a sociedade civil organizada. É imprescindível que as dinâmicas sociais locais e seus aspectos econômicos e culturais sejam levados em consideração durante qualquer tipo de estudo sobre impactos ambientais e relações com o território. Ademais, a participação do poder público é primordial na preservação dos recursos naturais e torna-se um pré-requisito para qualquer processo de gestão minimamente aprovável. (BORGES, 2018). A gestão pública dos recursos deve ser ancorada em percepções a respeito do compartilhamento dos problemas ambientais e das responsabilidades de cada agente e organização que se apropria destrutiva ou construtivamente dos mesmos. É necessário se fortalecer, por meio de audiências públicas, o constante processo de escuta das comunidades locais onde se instalam empreendimentos de extração de minério. Membros das comunidades também devem ser

responsáveis por fiscalizar empresas e forçá-las a cumprir normas de segurança e de prevenção de riscos ambientais. Além, eles devem ser sempre consultados e informados sobre custos, riscos e benefícios aos quais estão submetidos.

A exploração mineral, impactos e riscos ambientais e governança territorial ambiental colocam diversos atores em contato, despertam tensões e conflitos de interesses e disputas em múltiplas escalas. (BORGES, 2018, p. 309).

Uma tentativa de retrocesso na legislação ambiental brasileira foi a proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 65 de 2012, que visava “assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental”. (BRASIL, 2012). Hoje, engavetada pelo senado, esta PEC se mostrou como uma tentativa de dar fim ao licenciamento ambiental, além de ter sido declarada inconstitucional pelo Ministério Público Federal. (MPF, 2016). Neste cenário, observa-se a importância da ciência, organizações, marcos regulatórios, decretos, portarias, políticas de redução de riscos, controle de crises, mitigação de danos socioambientais, compensação reparatória por perdas materiais e psicológicas que estabelecem diretrizes essenciais rumo ao desenvolvimento mais sustentável e outros cuidados para proteger o meio ambiente durante o processo de exploração dos recursos naturais. (BORGES, 2018).

Diversos atores e instituições se articulam a partir de objetivos distintos e aplicam condutas específicas inseridas em um “caráter regulador e normativo do território”. (BORGES, 2018, p. 309). A complexidade da territorialidade e dos riscos ambientais exigem a formulação de novas normativas institucionais e de negociação. Limites territoriais podem ser extensos e incluir inúmeras civilizações e comunidades, por isso, empresas e demais organizações devem ter consciência de que interferem na realidade imediata de milhares de pessoas e ecossistemas. Essa dinâmica geoinstitucional, como descrito por Pires do Rio e Drumond (2013), evidencia a disputa constante pelo controle de recursos e da política em território onde se articulam problemáticas sociais, políticas e econômicas.

Ao refletir sobre essa dinâmica na cidade de Mariana (MG), cinco organizações que atuam localmente merecem atenção especial: a Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo; a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; o jornal A Sirene; a empresa Samarco e a Fundação Renova; e o Ministério Público de Minas Gerais. Todas estas, cada uma em sua função, configuram a representação do setor público, das iniciativas privadas e da sociedade civil organizada. A mídia integra-se ao caso de estudo do rompimento da barragem de Fundão como

maior provedora de informação e orientação a respeito dos caminhos a se percorrer durante o trabalho de campo. Sabe-se que outros órgãos também se envolvem tanto em Mariana (MG) quanto em toda a bacia do Rio Doce, quais sejam, as mineradoras BHP e Vale, Prefeituras Municipais, Defesa Civil, serviços de Assistência Social, consultorias diversas, Defensoria Pública, Ministério Público Federal e outras entidades e movimentos sociais, contudo, o escopo desta pesquisa de dissertação que se lê ficou restrito às cinco organizações supracitadas porque elas empregam postura central durante as reuniões em que estive presente.<sup>50</sup>

#### 2.2.1.1. *Comissão dos Atingidos*

Em matéria publicada pelo jornal A Sirene (DOS SANTOS et. al., 2016, p. 8-9), a professora Raquel Oliveira, do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA UFMG), afirmou que atingido/a é “aquele indivíduo acometido por uma realocação física decorrente da impossibilidade de manter antigas formas de vida”. Na mesma reportagem, o professor Willian Menezes, do departamento de Letras e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória da Universidade Federal de Ouro Preto (GEDEM UFOP), defendeu que o/a atingido/a é “um sujeito de direitos – um cidadão – que sofreu perda (material, psicológica, simbólica, ambiental etc.) em decorrência de um fenômeno externo e cujo responsável é um outro sujeito (no caso a mineradora)”. A professora Andrea Zhouri, também do GESTA UFMG, ponderou que atingidos/as podem ser “pessoas que não perderam casa ou emprego, mas perderam terrenos, plantações, criações, pasto para gado, [...] e tiveram também suas vidas alteradas de diversas formas pelo rompimento da barragem”. A professora Rita de Cássia Liberato, do departamento de Ciências Sociais da PUC Minas definiu que:

O termo “atingidos” é usado para designar pessoas ou comunidades abrangidas, acertadas, acometidas, afetadas ou impactadas por fenômenos naturais (tempestades, enchentes, deslizamentos, etc.) ou decorrentes de ações antrópicas (produzidas pelos seres humanos), como construções de barragens, alteração de cursos de rios, construção de estradas, incêndios, rompimento de barragens, etc. (DOS SANTOS et. al. apud LIBERATO, 2016, p. 9).

---

<sup>50</sup> Os espaços visitados foram dois Grupos de Trabalho (GT) de Moradia, o Seminário “Mariana: três anos depois” e a coletiva de imprensa em Belo Horizonte. Na sessão de metodologia, estes eventos são mais bem esclarecidos.

Por fim, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ressalta que “os critérios para definição de quem é atingido devem ser construídos pelas próprias famílias e devem estar claros para todos, de forma a garantir que todos os atingidos sejam reconhecidos como tais”. (DOS SANTOS et. al. apud MAB, 2016, p. 9). As Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia (CÁRITAS, 2018a, p. 6) definem atingido/a como uma condição autodeclaratória, sendo que a pessoa identificada como tal deve verificar os seguintes critérios: deslocamento físico compulsório – “quem foi obrigado a se retirar do local de origem por causa do rompimento da barragem de Fundão (inclusive aqueles que foram deslocados depois do rompimento pela defesa civil”); isolamento compulsório – “quem, apesar de não ter perdido a casa com a passagem da lama, perdeu a maior parte da vizinhança, as relações e bens comunitários”; impossibilidade de manutenção dos métodos tradicionais de produção – “quem perdeu ou teve danificado os meios naturais, culturais, e/ou sociais necessários para a prática profissional ou produtiva tradicional”; inabitabilidade – “quem perdeu as condições mínimas necessárias para habitar a casa como saneamento, acabamento, iluminação, ventilação, estrutura da moradia, etc.”.

Enfim, as Comissões dos Atingidos<sup>51</sup> são agrupamentos organizados pelos/as próprios/as atingidos/as pela lama de rejeitos da Samarco e suas assessorias técnicas. Eles/as se reúnem em sua sede em Mariana (MG),<sup>52</sup> ou em outros locais de encontro definidos por eventualidades extraordinárias, para se articularem e deliberarem sobre decisões a serem tomadas em conjunto. Nessas reuniões, os/as atingidos/as também recebem orientações diversas de sua assessoria técnica, preparam-se quando na necessidade de comparecimento em fóruns jurídicos, entrevistas ou outros locais públicos, além de desfrutarem dos reencontros e conversas com familiares, amigos/as e conhecidos/as de suas antigas comunidades.

É mister ressaltar que esta pesquisa cita, primordialmente, seis atingidos/as que encabeçam posições de liderança, enfrentamento, resistência e proeminência local: Luzia de Queiroz, atingida de Paracatu de Baixo; Maria D’Ângelo e seu marido Marino D’Ângelo, atingidos/as das comunidades rurais de Paracatu de Cima; Antônio Pereira Gonçalves (Dalua), José do Nascimento de Jesus (Seu Zezinho) e Lucimar Muniz, atingidos/as de Bento Rodrigues;

---

<sup>51</sup> Para esta pesquisa de dissertação, o enfoque foi sobre as Comissões dos Atingidos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, porém, existem, ainda, comissões para as comunidades rurais e outras atingidas pelo rompimento da barragem.

<sup>52</sup> A Sede da Comissão dos Atingidos está situada na rua Wenceslau Braz, no bairro Centro de Mariana (MG).

### 2.2.1.2. *Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais*

Desde a Ação Civil Pública, nº 0400.15.004335-6, de 10 de dezembro de 2015, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG, 2017) assegurou a reparação integral dos atingidos/as, bloqueou R\$300 milhões da Samarco e obrigou a contratação de uma assessoria técnica que acompanharia e garantiria a participação da comunidade local nas etapas de negociação dos acordos de reparação dos danos. A Assessoria Técnica é “o serviço de profissionais de confiança, com conhecimentos especializados para dar apoio a uma ou mais pessoas” durante a tomada de decisão no âmbito dos processos em Mariana (MG). (SENA; DOS SANTOS, 2016, p. 24). Tais decisões dizem respeito à escolha do terreno de reassentamento, ao cadastro socioeconômico, à definição do valor das indenizações, à concepção dos projetos de reconstrução, à restauração ambiental das áreas degradadas, ao apoio psicológico, à preservação dos patrimônios culturais, entre outros.

Em 06 outubro de 2016, após homologação do Incidente Processual nº 0400.16.003473-4, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais foi efetivamente contratada. Este incidente processual corresponde à obrigação de depósito dos recursos necessários à contratação da assistência técnica:

O incidente foi distribuído por dependência, ficando apenso ao processo principal n. 0400.15.004335-6. Em seguida, o depósito foi realizado e recurso liberado para a Cáritas. A equipe técnica está funcionando desde novembro de 2016 e consiste no conjunto de profissionais para auxiliar os atingidos e o MPMG, a ser custeado pela Samarco. Tais profissionais não são subordinados às empresas Samarco, Vale ou BHP e nem à Fundação Renova. O custo total da assistência técnica é de 9,5 milhões de reais e será pago mediante liberação do dinheiro bloqueado. (MPMG, 2017)

A Cáritas Brasileira é uma organização sem fins lucrativos fundada em 12 de novembro de 1956 e pertencente à Rede Cáritas Internacional, com 164 membros em todo o mundo. (CÁRITAS, 2018b). No país, está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma rede nacional que possui 183 entidades integrantes distribuídas em 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional em Brasília. Atua em 450 municípios, atendendo às pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade.

No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis,

pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local, solidário e sustentável caminham juntas. (CÁRITAS, 2018b).

A Cáritas Brasileira também atua na gestão de riscos e em situações de emergências de forma a prever e mitigar danos. Busca defender direitos em processos coletivos, organizativos e mobilizadores do protagonismo local de grupos e comunidades que se fortalecem e se articulam em redes, fóruns e atos político-sociais. Além, ela concebe espaços de democracia participativa, inclusão e transformação social, com o objetivo de transformar a condição de exclusão social, política e econômica de indivíduos, para que eles/as “possam também escrever sua história e, ao mesmo tempo, ser atores e atrizes principais dela”. (CARITAS, 2018b).

### 2.2.1.3. *Jornal A Sirene*

O Jornal A Sirene teve seu primeiro material publicado em fevereiro de 2016, sendo, desde o início, produzido pelos/as atingidos/as. Este veículo midiático surgiu e continua mantido por acordos entre atingidos/as, Ministério Público de Minas Gerais e Arquidiocese de Mariana (MG). Suas edições são publicadas sempre no dia 5 de cada mês, mesmo dia em que ocorreu a maior tragédia socioambiental do Brasil. No jornal, “são veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e troca de experiências”. (SIRENE, 2018). Também são destaques as histórias sobre a tentativa de recuperação dos patrimônios perdidos após a passagem da lama e os preconceitos vivenciados diariamente pelos afetados. Além da Arquidiocese, o jornal recebe apoio de grupos de pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), das assessorias técnicas e outros movimentos sociais ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Seu efetivo de funcionários/as conta com a colaboração de mais de 70 pessoas e organizações.

Em conversas com jornalistas do próprio jornal e com outros/as envolvidos/as no caso do rompimento da barragem, foi possível descobrir que A Sirene passou por três momentos cruciais desde sua criação: primeiro momento – no início, durante as reuniões de pauta e outras tratativas, os/as atingidos/as se envolviam ativamente, havia intensa atividade produtiva e um financiamento

satisfatório da Arquidiocese de Minas; segundo momento – após o primeiro ano, houve lento esvaziamento, porém, com continuidade das atividades e entrada de recursos da Arquidiocese; terceiro momento – recentemente, tem havido um sucateamento, falta de recursos, disputas internas e dificuldades em se alcançar os/as atingidos/as. (CADERNO DE CAMPO, 2018). As atividades do jornal continuam em plena execução, com previsão de encerramento para fevereiro de 2019 devido à ausência de recursos.

#### 2.2.1.4. *Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*

Ao final da década de 1970, ainda no período da ditadura militar brasileira, surgem os primeiros movimentos dos/as atingidos/as por barragens. Nesta época, crises energéticas a nível mundial<sup>53</sup> forçaram os países desenvolvidos a procurar formas alternativas de geração de energia, o que colocou o Brasil, país rico em redes fluviais com grande potencial hidrelétrico, no centro da disputa. Com isso, famílias foram compulsoriamente expulsas das áreas rurais que habitavam próximas aos rios e outras bacias hidrográficas – áreas que se tornaram alvo da construção das grandes hidrelétricas. Após estudos de viabilidade das obras, encabeçadas por empresas de energia

---

<sup>53</sup> Na década de 1970, precisamente nos anos de 1973 e 1979, a Arábia Saudita, o Iraque, o Irã, o Kuwait e a Venezuela – nações membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – ao se organizarem e contestarem o poderio das grandes empresas do setor petrolífero, conseguiram aumentar expressivamente o preço do barril do petróleo. Esta iniciativa, como resposta aos baixos preços e à falta de participação e controle sobre a exploração em seus territórios, além de consagrar grande relevância internacional para a OPEP, também: gerou crises em países dependentes da importação do produto; fragilizou ainda mais a economia capitalista mundial, colocando um fim na era de crescimento econômico e de pleno emprego; deu início à discussão da “crise do Welfare State”; recrudescer a distância entre centro e periferia mundial no âmbito da divisão internacional do trabalho; levou os Estados Unidos da América a adotarem um conjunto de regras monetárias ortodoxas para valorizar o seu dólar, aumentar as taxas de juros e atrair capitais externos; em outros países desenvolvidos, pressões sociais contra a exploração de recursos naturais para a geração de energia incentivaram avanços tecnológicos, proporcionaram maior dinamismo em sua indústria eletro-eletrônica e levaram as indústrias poluidoras aos países em desenvolvimento. (PAULA et. al., 1997). Na América Latina, a problemática central nas agendas de pesquisa se voltou para os impactos nas políticas sociais da nova economia política mundial. (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012). Uma economia que, por sua vez, encontrara na compra dos “petrodolares” a solução para a crise: os países latino-americanos começaram a usar créditos fartos e baratos advindos principalmente dos bancos privados norte-americanos como forma de bancar o seu desenvolvimento, promovendo crescimento econômico e ajustes macroeconômicos à custa do aumento em suas dívidas externas e um enorme ônus na balança de pagamentos. Excluídos dos “benefícios” da economia mundial gerados pelo setor de serviços avançados (pesquisas, consultorias e desenvolvimento científico), os países em desenvolvimento auxiliaram na expansão da nova ordem financeira internacional a partir de empréstimos com altas taxas de juros de bancos privados norte-americanos, o que ocasionou, posteriormente na década de 1980, sucessivas renegociações da dívida externa a partir de mais empréstimos dos bancos privados e a promoção de mais reformas macroeconômicas com o aval de organizações internacionais. (PAULA et. al., 1997; SACHS, 2001; CORTEZ, 2008; BRESSER-PEREIRA & THEUER, 2012).

do Brasil e do mundo, o Estado brasileiro financiava e incentivava as construções e as consequentes expulsões. (MAB, 2011).

Imediatamente iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país. Ao mesmo tempo que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras. (MAB, 2011).

As expulsões geraram insatisfações e articulações das famílias que começaram a se organizar e resistir às empresas responsáveis pelas obras em andamento no país. A principal reivindicação dos atingidos/as era uma indenização justa, em que seriam ressarcidos integralmente pelos danos e perdas sofridos. Desde então, as lutas dos Movimentos dos Atingidos por Barragens ampliaram-se e se tornaram correntes nacionais pela conquista das reparações e indenizações, resistindo e questionando a construção das hidrelétricas e o modelo energético brasileiro de forma geral. (MAB, 2011).

Em Mariana (MG), segundo relatos de pessoas envolvidas localmente com a tragédia, o MAB acompanha o caso desde os primeiros dias do rompimento da barragem de Fundão. (CADERNO DE CAMPO, 2018). Contudo, atualmente, a sua presença é mais marcante em outras cidades por onde passou a lama de rejeitos, fazendo trabalhos de assessoria, organização e mobilização dos/as atingidos/as. Na própria cidade de Mariana (MG), sua atuação marcante e decisiva no início, hoje se resume aos canais mais discretos de ação e resistência, quais sejam, organização de eventos, como corpo de apoio técnico à Cáritas Brasileira, entre outros.

#### 2.2.1.5. *A Samarco e a Fundação Renova*

A Samarco, fundada em 1977, é uma empresa do segmento de mineração no Brasil. Atualmente, possui capital fechado e funciona como *joint venture* entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, cada uma dispondo de 50% das ações.<sup>54</sup> A empresa comercializa,

---

<sup>54</sup> Segundo dados do site da Samarco (2018), a Vale é uma empresa brasileira “líder mundial na produção e exportação de minério de ferro e pelotas e figura entre as principais produtoras no mundo de diversos outros minerais, tais como concentrado de cobre, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês, ferroligas e níquel”. A BHP Billiton, por sua vez, é uma companhia anglo-australiana reconhecida como a maior mineradora em diversidades de produtos, líder mundial na extração de minério de ferro, diamante, carvão mineral, petróleo, bauxita, cobre, níquel e urânio.

principalmente, pelotas de minério de ferro para a indústria siderúrgica de países das Américas, Oriente Médio, Ásia e Europa. Suas unidades em território nacional estão situadas em Germano, nas cidades de Mariana e Ouro Preto (MG) – local de extração de minério de ferro –, e em Ubu, na cidade de Anchieta (ES) – onde se encontram suas quatro usinas de pelotização. Todas as suas unidades são interligadas por 400 quilômetros de canais de minerodutos. (SAMARCO, 2018).

Quando a Samarco foi obrigada pela justiça, em 2015, a interromper suas operações após o rompimento da barragem de Fundão, sua produção era pouco maior que 24 milhões de toneladas de minério. Neste último ano de atividade, ela faturou R\$ 6,5 bilhões e gerou cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos. (SAMARCO, 2018). Desde o rompimento e logo após suas medidas de reparações emergenciais e imediatas, a empresa intenta retomar as operações por meio de autorizações judiciais, contudo, continua impedida e sem previsões de retorno.

A Fundação Renova, por sua vez, surgiu após assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016), em março de 2016. Em atividade desde agosto desse mesmo ano, sua função é voltada para ações de reparação e compensação dos danos sofridos por todas as comunidades e pessoas ao longo da bacia do Rio Doce. Segundo dados da Samarco (2018), de novembro de 2015 a outubro de 2017, “foram desembolsados R\$ 2,8 bilhões nas ações [...] assumidas pela Fundação Renova”.

[...] a Samarco, juntamente com as suas acionistas Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., assinou um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) em março de 2016 com os governos federal e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O TTAC previu a criação de uma fundação para reparar e remediar os impactos do rompimento. Desde agosto, a Fundação Renova atua no desenvolvimento dos 42 programas de reparação e compensação, previstos no TTAC. (SAMARCO, 2018).

Com o TTAC (2016), a Samarco se posicionou estrategicamente como agente central e julgadora da política ambiental e passou a gerenciar os conflitos de interesses no âmbito da sua atividade de exploração mineral. Como será apresentado na sessão de resultados do trabalho de campo dessa pesquisa e de acordo com o observado na literatura pertinente ao caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), a empresa e a Fundação Renova possui uma das atuações mais controversas no que tange às resoluções de problemas e tomada de decisões. Seus/suas gestores/as agem de forma a se aproximar dos/as envolvidos/as e lidar de forma prestativa com as demandas por meio de manobras e ações corporativas que acabam gerando

desconfiança e desprestígio da Samarco e Renova frente aos/às atingidos/as e a outras organizações que atuam localmente.

#### 2.2.1.6. *Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)*

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é uma instituição com autonomia funcional, administrativa e financeira responsável pela defesa de direitos e interesses dos cidadãos, pela fiscalização do cumprimento das leis e pela defesa da “ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais”. (MPMG, 2018a). O MPMG não integra os Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, atuando de forma independente em conformidade com a Constituição da República de 1988 e ao encontro dos interesses da coletividade.

Cabe ainda ao Ministério Público defender os direitos individuais indisponíveis, como o direito à vida, ao trabalho, à liberdade, à saúde; os direitos difusos e coletivos nas áreas do Consumidor, do Meio Ambiente e do Patrimônio Público, entre outras; os direitos dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, das crianças e adolescentes e dos incapazes. (MPMG, 2018a).

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG, por sua vez, é um órgão que compõe a estrutura orgânica do MPMG e que atua desde o rompimento da barragem de Fundão. Esta instituição empreendeu diversas ações judiciais e extrajudiciais para garantir os direitos dos/as atingidos/as de Mariana, quais sejam:

Recomendação n. 10/2015, de 08 de novembro de 2015, “exigindo da Samarco o cadastramento das vítimas, transferência das famílias para casas alugadas, identificação das necessidades das vítimas, fornecimento de renda mensal às famílias e formulação de plano de reparação integral”;

Ação Cautelar n. 0400.15.003989-1 de 11 de novembro de 2015 que bloqueia judicialmente “300 milhões de reais da empresa Samarco, exclusivo para assegurar os direitos das vítimas de Mariana”, vigente até hoje;

Realização de assembleia em 28 de novembro de 2015, que visa a “formação das comissões de representantes dos atingidos, de forma participativa e transparente”;

Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6 de 10 de dezembro de 2015, que visa a “reparação integral dos atingidos de Mariana: *ações emergenciais, indenizações, reassentamento das comunidades destruídas (Bento Rodrigues, Paracatu e sitiantes)*”;

Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6 de 10 de dezembro de 2015 que homologou: o aluguel de casas “pelas empresas para as famílias que ficaram desabrigadas, até três meses após a conclusão dos reassentamentos”<sup>55</sup>; o “ressarcimento de aluguel para as famílias que

<sup>55</sup> Segundo site do MPMG (2018c), atualmente, 314 famílias vítimas do deslocamento físico compulsório em Mariana estão em imóveis alugados pelas empresas.

preferiram não ficar nas casas alugadas pela Samarco”; o “auxílio financeiro mensal para as pessoas que perderam renda, consistente no valor de um salário mínimo, mais 20% do salário mínimo por dependente e a importância equivalente a uma cesta básica”<sup>56</sup>; as “parcelas de antecipação de indenização, nos valores de R\$ 100.000, R\$20.000 e R\$10.000”<sup>57</sup>;

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) formalizado no dia 11 de março de 2016, “para distribuição dos valores arrecadados com as doações, resultando em R\$ 3.139,84 para cada núcleo familiar. Os recursos foram distribuídos mediante cheques entregues às famílias nos dias 31/03/2016 e 30/06/2016”;

Ação Civil Pública n. 0400.16.003023-7 de 13 de setembro de 2016 que protocolou o “ressarcimento dos custos da energia elétrica, devido aos aumentos suportados pelas famílias após o deslocamento para Mariana”;

Processo n. 0400.16.003473-4 de 06 de setembro de 2016 que homologou a “implementação da assessoria técnica aos atingidos”<sup>58</sup>

Ação Civil Pública n. 0400.16.004335-6 de 05 de outubro de 2017 que estipulou a “desistência da permuta de imóveis por parte das empresas, que pretendiam, após o reassentamento, se apossar das propriedades das vítimas”, passando a decisão sobre o destino das ruínas para a responsabilidade das vítimas; a “possibilidade de todos os atingidos responderem ao cadastro necessário ao cálculo das indenizações, de maneira que nenhuma vítima seja excluída e nenhum direito violado fique sem reparação”;

Ação Civil Pública n. 0400.16.004335-6 de 18 outubro de 2017 que estipulou as “novas parcelas de antecipação de indenização, nos valores de R\$ 20.000 e R\$ 10.000”;

Ação Civil Pública 0400.16.003419-7 de 18 de julho de 2018 que estipulou a “revisão dos valores praticados para a compra de animais de propriedade dos atingidos que estão sob os cuidados da Fundação Renova, após serem resgatados das comunidades destruídas, garantindo-se ofertas mais justas. Assim, a oferta pelos animais deverá considerar o valor de avaliação mais 30% de acréscimo, assegurando-se o ressarcimento pela diferença caso o valor apontado na matriz de danos dos atingidos seja superior”;

Ajuizamento da Ação Civil Pública n. 0400.18.003956-4 (ACP Saúde) de 03 agosto de 2018 com o objetivo de “regularizar a prestação de serviços nas áreas de assistência social e saúde do município de Mariana, cujos setores de atendimento à população ficaram sobrecarregados após o deslocamento físico forçado de atingidos para a sede da cidade. Entre os pedidos formulados na referida ação, estão o repasse de recursos ao município [por parte da Samarco, Vale e BHP Billiton] para financiar a suplementação da prestação de serviços de saúde e assistência social diretamente pela municipalidade para as vítimas do desastre e o repasse de recursos para contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo simplificado para a contratação de novos profissionais”;

Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6 dos dias 06 de fevereiro de 2018, 27 de março de 2018, 12 julho de 2018 e 28 agosto de 2018 que aprovou “78 diretrizes de reparação do direito à moradia. [...] Tratam-se de acordos entre o MPMG e as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton acerca do modo como devem ser restituídas as moradias perdidas, a retomada dos modos de vida e as condições de habitabilidade nas três modalidades de reparação: reassentamento coletivo, reassentamento familiar e reconstruções”;

Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6 de 02 de outubro de 2018 que garante a “indenização mediante reparação integral para atingidos cujos danos ocorreram na

<sup>56</sup> Segundo o MPMG (2018b), atualmente, “378 núcleos familiares recebem o auxílio financeiro emergencial. Em audiência realizada no dia 12/07/2018, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e as empresas réas acordaram que o pagamento do auxílio financeiro emergencial deverá ser efetuado até que sejam restabelecidas as condições para o exercício das atividades econômicas originais ou nova atividade em substituição à anterior, garantindo o pagamento pelo prazo mínimo de um ano após a conclusão dos reassentamentos ou, para os que optarem apenas por receber a indenização, pelo prazo de um ano após o recebimento da indenização final.”

<sup>57</sup> Segundo o MPMG (2018b), o valor de R\$100.000,00 destinou-se às famílias que perderam parentes, os R\$20.000,00 às famílias com moradia habitual e os R\$10.000,00 às famílias com moradia não habitual.

<sup>58</sup> Segundo o MPMG (2018b), em outubro de 2018, “o MPMG apresentou plano de ampliação da equipe da assessoria técnica, visando a prorrogação das atividades até 2024 e a contratação de novos profissionais”.

Comarca de Mariana. [...] Quatro pontos principais assegurados no acordo para promoção da indenização final dos atingidos devem ser mencionados:

- (I) Garantia de reparação integral, incluindo indenização por danos materiais, lucros cessantes e danos morais, com observância das informações levantadas no cadastro aplicado pela assessoria técnica;
- (II) Garantia de liberação de recursos para contratação de assessoria jurídica para acompanhamento dos atingidos durante a fase de negociações;
- (III) Inversão do ônus da prova e garantia de ampla produção probatória nas fases de liquidação/cumprimento de sentença em benefício dos atingidos;
- (IV) Interrupção da prescrição, garantindo-se que os atingidos possam dar início à fase de liquidação/cumprimento de sentença, caso a proposta de indenização oferecida pela Fundação Renova seja insatisfatória. (MPMG, 2018b).

A pessoa do Guilherme de Sá Meneghin, promotor da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG, é um protagonista nas negociações e tomadas de decisão no âmbito dos processos judiciais e extrajudiciais desenrolados na cidade. Seu nome também é citado na apresentação dos dados etnográficos devido a sua atuação próxima ao caso e ao seu grande prestígio sustentado entre atingidos/as e outras organizações envolvidas.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Bourdieu (2003, p. 68) defende que o conhecimento é poder e que “a ação depende em grande parte das palavras com as quais é falada”. Mesmo aqueles que não possuem o capital cultural necessário para a compreensão científica podem desenvolver a capacidade de interpretação e compreensão de um fato. Essa capacidade pode levar um indivíduo a controlar seu próprio destino e vontade e perceber normas, padrões e influências alienantes. Para o autor, deve-se disseminar o olhar científico que “virado sobre si próprio, permite a cada um assumir-se e até mesmo, [...], reivindicar o direito a ser-se o que se é”. (BOURDIEU, 2003, p. 46). Com isso, observa-se que dominados/as podem deixar de ser submissos/as quando acessam o conhecimento, invertendo papéis e a percepção a respeito das leis e regras opressoras.

Para Elias (2008, p. 26), o verdadeiro perigo da humanidade não é a ciência e a tecnologia, mas sim as “lutas comuns pelas oportunidades de distribuição de toda a espécie de poder”, que, por sua vez, podem estar inseridas na dinâmica de utilização do discurso científico negligenciado por indivíduos, governos e demais organizações. Por isso, entender certos problemas sociais como causados simplesmente por máquinas, ou por tecnologia mal utilizada, ou por empresas que visam ao lucro insaciável, é fazer uma interpretação simples e não realista da estrutura das conexões humanas. Segundo Elias (2008, p. 119), o comportamento humano é ajustável a situações mutáveis

e orientado por experiências e conhecimento, em vez de por instintos e impulsos animais. Nesse sentido, tornam-se essenciais o aprendizado e a comunicação adquiridos por experiências socialmente explicáveis.

Os meios linguísticos (fala, escrita, sinais e gestos), por exemplo, são responsáveis por transmitir informação, tornando-se essencial a percepção a respeito dessa troca entre emissor/a e receptor/a, sendo que um “emissor é também um receptor, e cada receptor é um emissor”. (GOFFMAN, 2010, p. 26). Elias (2008) faz uma reflexão a respeito dos pronomes pessoais e aponta, por exemplo, como o pronome “eu” pode ser utilizado pelas pessoas como um substantivo e denominar uma característica independente e isolada. Ao contrário, deve-se reconhecer que o pronome “eu” não pode ser pensando ou falado sem associá-lo a “tu”, “ele”, “ela”, “nós”, “vós” e “eles”<sup>59</sup>. Portanto, quando se fala de alguém na terceira pessoa deve-se ter em mente que este/a também trata outros/as em terceira pessoa e assim sucessivamente. A evolução social aconteceu graças aos sistemas de sinais, contudo, os conceitos e as construções linguísticas reificadas podem tolher a capacidade dos seres humanos de se libertarem e modificarem seus comportamentos mecânicos. A linguagem cotidiana está repleta de conceitos reificados, sobre os quais há uma percepção incipiente.

Um processo integrador, onde cada indivíduo ou organização se apresenta por meio de suas diferentes perspectivas, pode ser claramente percebido durante os eventos em que participei e em discursos dos/as envolvidos/as com o rompimento da barragem. Estudos empíricos realizados a longo prazo e que envolvem pessoas e/ou organizações em sociedades humanas permitem a construção destas percepções, auxiliando sobremaneira na criação de teorias a respeito das estruturas sociais. (ELIAS, 1994b). Como afirmado anteriormente, estas mesmas estruturas sociais dificilmente mudam de um dia para o outro. Por isso que ao refletir em um curto prazo de tempo como os seres humanos se transformam, perde-se a oportunidade de analisar com mais profundidade as características diversas das instituições e de outras variáveis intervenientes no processo de mudança.

Na sociologia, as pessoas como objetos de pesquisa são, acima de tudo, organismos com características particulares e marcadas pela sua natureza humana mutável. Seres humanos e animais são diferentes porque os primeiros são capazes de mudar na medida em que o tempo passa sem ser

---

<sup>59</sup> Para Elias (2008), o estudo sobre os pronomes ajuda a compreender que as relações podem ser enxergadas a partir de diferentes perspectivas.

preciso alterar seu código genético. Por exemplo, não há motivos para supor que a biologia humana alterou quando as sociedades europeias pré-industriais se transformaram nas sociedades modernas industriais dos séculos recentes. (ELIAS, 2008). Uma situação social específica se desenrola em Mariana (MG) e, para estudá-la, portanto, é preciso, dentre outras ferramentas, uma análise de longo prazo que abarque acontecimentos recentes e passados na história da região no que diz respeito à exploração minerária.

Na tentativa de compreender essas complexidades da sociedade brasileira, esta dissertação lançou mão da leitura de textos pertinentes ao tema da mineração no Brasil, introduzindo o contexto específico do estado de Minas Gerais e o rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana. Essa é uma técnica metodológica básica e inicial para qualquer processo de investigação, contudo, não foi suficiente para abordar a pujante problemática da exploração dos recursos naturais que tanto transforma a política, a economia e a cultura nacional. Por isso, um estudo etnográfico registrado em caderno de campo foi realizado tendo como base três visitas à cidade de Mariana (MG) e uma participação em coletiva de imprensa com os/as atingidos/as em Belo Horizonte (MG), somando um trabalho empírico de três meses consecutivos. As nuances das relações entre as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo com a empresa Samarco, a Fundação Renova, o Ministério Público, a Caritas Brasileira Regional Minas Gerais e o jornal A Sirene e o surgimento de normas, regras e identidades intrínsecas à nova realidade relacional vivida pela população na região tornaram-se o foco principal de investigação e análise.

Sabe-se que esta dissertação não é uma pesquisa realizada no longo prazo, como gostaria Elias (2008), afinal, o esforço direcionado à sua realização foi delimitado pelo curto período de seis meses<sup>60</sup>. Enfim, como técnica principal aplicada para a concretização do trabalho, a etnografia consistiu em visitas à cidade de Mariana (MG) nos dias 08 a 12 de outubro de 2018, 02 a 06 de novembro de 2018 e no dia 13 de novembro de 2018. Quando na cidade, ao dia 09 de outubro de 2018, participei do Grupo de Trabalho (GT) de Moradia; ao dia 12 de outubro de 2018, visitei Paracatu de Baixo; ao dia 03 de novembro de 2018, participei do Seminário “Mariana: três anos depois”; em 05 de novembro de 2018, visitei Bento Rodrigues; e em 13 de novembro de 2018, participei do Grupo de Trabalho (GT) de Moradia.

---

<sup>60</sup> No dia 05 de julho de 2018, após aprovado na banca de qualificação do projeto de dissertação, fui orientado a alterar o estudo de caso em que estava engajado anteriormente. Logo, o novo estudo sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG) começou a partir de agosto de 2018.

Certamente, nos outros dias em que estive em Mariana (MG), e não estava sendo realizado nenhum evento oficial organizado por atingidos/as ou outros/as envolvidos/as com o caso, aproveitei para conversar com pessoas engajadas em ofícios e funções pertinentes aos trabalhos direcionados para o rompimento da barragem. Visitei, também, espaços com memórias e informações que pudessem ajudar no processo de pesquisa: a sede da Comissão dos Atingidos; a redação do Jornal A Sirene; o Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS UFOP); o Museu da Música e outros pontos turísticos.

Quando em Belo Horizonte (MG), participei da coletiva de imprensa com atingidos/as na Casa do Jornalista<sup>61</sup> no dia 01 de novembro de 2013 – semana em que se completavam três anos da tragédia. Ademais, ressalto que a minha entrada em campo foi possível graças a um integrante do jornal A Sirene, cujos conselhos, conversas e indicações do melhor caminho a percorrer neste estudo etnográfico ajudaram a explorar as informações de forma atenciosa e ponderada. Durante a pesquisa, três motivos me impediram de entrar em contato ou me aproximar de funcionários da Fundação Renova e da Samarco: a curta disposição de tempo para a realização e concretização da pesquisa; o meu interesse, a princípio, de investigar e abordar as percepções dos/as atingidos/as sobre o rompimento da barragem de Fundação; e, principalmente, porque o envolvimento com pessoas dessa organização é capaz de melindrar a construção de relações e a aproximação com atingidos/as e outras entidades que os/as assessoram<sup>62</sup>.

Enfim, em qualquer trabalho de campo haverá as pessoas e grupos dos quais eu me aproximo e ganho intimidade, por isso, devo explorar estas oportunidades sem me fixar excessivamente em estereótipos, atentando-me, sempre, com a forma que me apresento. O território revelou dados cruciais que, aliados aos conceitos teóricos e às percepções do pesquisador, auxiliaram na análise de uma realidade particular. As categorias desenvolvidas no capítulo teórico não são neutras, ou não deveriam ser, do mesmo modo, a realidade não fala por si, por isso, a honestidade da pesquisa se encontra na busca em não mascarar o que foi encontrado ao manusear concepções próprias que são, afinal, o instrumento de observação.

---

<sup>61</sup> De acordo com site da prefeitura de Belo Horizonte, a Casa do Jornalista está localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 400, bairro Centro de Belo Horizonte (MG). Ela abriga a sede do sindicato dos jornalistas e compõe um espaço cultural multiuso aberto para mostras de música, fotografia, artes visuais, literatura, artes cênicas, audiovisual e arte digital. Disponível em: <<http://belohorizonte.mg.gov.br/local/servico-turistico/espaco-para-evento/multiuso/casa-do-jornalista-de-minas-gerais>> Acesso em: 07 jan. 2019

<sup>62</sup> Essa percepção será melhor esclarecida durante a sessão de Resultados e Discussão desta pesquisa de dissertação.

#### **4. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO**

Nesta sessão não serão informados todos os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa etnográfica que, consistiu, principalmente na participação em reuniões abertas, com grande potencial de divulgação de imagem a qualquer público com o desejo de se informar sobre o caso do rompimento da barragem de Fundão. Por isso, farei referência apenas àqueles/as com posição de liderança, habituados/as com a veiculação de suas imagens em mídias e pesquisas.

Em conversa com uma professora da UFMG, ativamente envolvida com estudos sobre impactos da exploração minerária no Brasil, fui informado da procura incessante por parte da mídia, organizações da sociedade civil e atores diversos aos/às atingidos/as, o que gera inseguranças e desconfianças. Uma atingida – única entrevistada para esta pesquisa – afirmou que estigmas têm surgido na cidade de Mariana em torno da população afetada pela lama de rejeito da Samarco. Constantemente, eles/as são referidos/as como “população da lama” ou “os pé sujo”. A entrevistada se considera uma atingida, porém, não é reconhecida como tal e, como os/as outros/as, não deseja ser estigmatizada como coitada ou indefesa. Uma de suas exigências é a aproximação de pessoas diversas com os acontecimentos locais para que tenham mais conhecimento sobre a região e evitem, assim, abordagens infrutíferas e indelicadas para entrevistas e conversas.

Oportunistas estão enriquecendo ou lucrando ao expor os sofrimentos e as adversidades da tragédia, por isso, a situação requer um cuidado redobrado e uma atenção especial no que diz respeito à veiculação da informação e divulgação de materiais. Ponderadas estas condições, esse capítulo visa apresentar os dados obtidos durante os períodos de trabalho de campo e expô-los, principalmente, a partir das perspectivas dos/as próprios/as atingidos/as pela lama de rejeitos. Vale ressaltar que as sessões subsequentes contendo os resultados da pesquisa não estão organizadas numa linearidade cronológica. Os tópicos foram unidos fundamentalmente a partir de suas proximidades em assuntos e temáticas.

##### **4.1. Visitas à cidade de Mariana (MG)**

A chegada à Mariana e a primeira visita ao local de reuniões da Comissão dos Atingidos, foi marcada por frustração. Minha presença foi comunicada antecipadamente em pedido por e-mail, porém, chegando ao local, colaboradores/as da assessoria técnica Cáritas, com muita

cordialidade e respeito, impediram minha participação na reunião que estava acontecendo naquele momento. Segundo eles/as, neste mesmo dia, uma pauta delicada e especialmente estratégica estava sendo debatida, por isso, a minha desconhecida presença era uma ameaça em potencial aos seus planos e conversas confidenciais. As motivações para essa desconfiança por parte da Comissão dos Atingidos e da Cáritas, desde o início, despertou-me curiosidade. Posteriormente, descobri que a proteção da pauta e de sua exclusividade se devia ao perigo que o vazamento de informações representa para os/as atingidos/as.<sup>63</sup>

A visita à cidade também foi marcada por almoços e conversas informais com colaboradores/as do jornal A Sirene. Em geral, há muita simpatia e predisposição para ajudar, porém, semblantes de desconfiança, ponderação e dúvidas são frequentes. Isso apenas mostra o tanto que o ambiente construído em torno do caso do rompimento da barragem de Fundão é repleto de sentimentos, ao mesmo tempo, contraproducentes e necessários. Contraproducentes porque os resguardos atrasam e impedem o desencadeamento da pesquisa e do trabalho de cientistas e outros indivíduos envolvidos com o caso. Necessários porque qualquer informação transmitida pode ser usada contra eles/as, prejudicando-os/as sobremaneira. Por isso, durante esses diálogos, eu buscava não ser invasivo e mostrar interesse em investigar, principalmente, o ponto de vista das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Descobri, aos poucos, o notável engajamento dos/as envolvidos/as e a necessidade de se dar voz aos/às atingidos/as, procurando entender suas demandas e sofrimentos.

Em conversas, descobri que a Fundação Renova possui uma metodologia de comunicação onde se valoriza demasiadamente as poucas relações positivas e frutíferas, menosprezando a realidade local diariamente experimentada, qual seja, o sofrimento pela perda de bens e circunstâncias com valores afetivos (animais de estimação e/ou criação, bens materiais com significados sentimentais, relações com vizinhos, viver na natureza), a reivindicação por se acompanhar de perto as demandas locais antes de se tomar atitudes precipitadas, o desgaste por lutas excessivas e pela ausência significativa de retornos, entre outros. Também fui informado de

---

<sup>63</sup> Geralmente, as reuniões da Comissão dos Atingidos são abertas ao público externo, porém, nesse dia específico, quando se discutia uma pauta importante, a minha presença como um estrangeiro, exceção entre os participantes comuns, era uma ameaça. Neste momento, eu ainda não sabia se o assunto estratégico deliberado ali seria importante para meus objetivos de estudo – e de fato nunca o foi –, porém, os/as atingidos/as sofrem, constantemente, com o vazamento de informações confidenciais por parte de infiltrados e, por isso, eu fui recebido com tanta desconfiança e resistência. (CADERNO DE CAMPO).

que os/as atingidos/as constantemente reclamam e se mostram cansados/as por participarem de pesquisas sem devolutivas ou resultados consistentes que possam ser utilizados por eles.

#### ***4.1.1. Grupo de Trabalho (GT) de moradia<sup>64</sup>***

No dia 09 de outubro de 2018, fiz minha primeira pesquisa etnográfica no GT moradia, dentro Centro de Convenções<sup>65</sup> de Mariana. Nestes encontros, comumente estão presentes atingidos/as pela lama de rejeitos, funcionários/as da Fundação Renova, da Samarco, da prefeitura e da câmara de vereadores/as, repórteres, pesquisadores/as, curiosos/as e outros/as simpatizantes da causa dos/as atingidos/as e/ou das empresas. Além, o desenrolar dos GTs conta com a participação de outros/as protagonistas fundamentais, um deles é o Promotor da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, Guilherme de Sá Meneghin, cujos pronunciamentos eram majoritariamente em defesa dos/as atingidos/as. Entre outras questões, ele abordou as indenizações globalmente consideradas, que envolvem a reparação integral dos danos ao mitigar, compensar, satisfazer, restituir, reabilitar e não repetir o ocorrido<sup>66</sup>. Ele discursou sobre a necessidade da presença de um

---

<sup>64</sup> Em 07 de janeiro de 2016, um primeiro grupo de trabalho (GT) fora criado pelo governo federal, após esforços do Ministério do Meio Ambiente juntamente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com vistas a coordenar ações de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana e ao longo da bacia do Rio Doce. (CRUZ, 2016). Mais tarde, em 10 de março de 2017, após um workshop realizado na Procuradoria da República em Belo Horizonte (MG), com a presença dos/as atingidos/as, movimentos sociais, entidades governamentais e acadêmicas e membros dos ministérios públicos federal e estadual, idealizou-se a criação de outros GTs, cujas agendas e discussões seriam voltadas para a proposição de ações que auxiliariam os/as próprios/as atingidos/as pelo rompimento da barragem. (G1, 2017). Segundo reportagem publicada no portal G1 (2017), as negociações dentro dos GTs criariam “parâmetros para atuação do Ministério Público e proporião ações para um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), a Samarco, a Vale e a BHP Billinton.” A primeira reunião do GT aconteceu na semana seguinte ao encontro em Belo Horizonte e, dentre outras inúmeras tratativas, ficaram definidos os parâmetros para a avaliação qualitativa e quantitativa dos danos, os quais deveriam se pautar “por premissas irrenunciáveis, como o respeito à Centralidade do Sofrimento da Vítima e aos Direitos Humanos”. (HOJE EM DIA, 2017). Atualmente, o GT desmembrou-se em outros grupos com pautas em questões socioeconômicas, ambientais e culturais dos/as atingidos/as de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e outras comunidades afetadas.

<sup>65</sup> O Centro de Convenções Alphonsus de Guimarães, destinado para a realização de eventos e outras programações culturais, institucionais, educacionais e empresariais, está localizado na Avenida Getúlio Vargas, s/n, no Centro de Mariana – MG. (MARIANA, 2018). Neste local, geralmente são realizadas as reuniões dos GTs de Moradia e outros encontros direcionados para a discussões e negociações sobre o rompimento da barragem de Fundão.

<sup>66</sup> De acordo com boletim informativo UAI, Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, edição especial de novembro de 2018 (UAI CARITAS, 2018, p. 3), fundamentado nos padrões previstos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos: “mitigar” é dirimir as consequências dos ônus sofridos após um dano; “restituir” se configura como o ressarcimento pela perda de um bem ou da condição financeira vivida anteriormente ao desastre (os reassentamentos são uma etapa deste processo de restituição); “compensar/indenizar” engloba diversas ações compulsórias das empresas para reparar os danos de forma justa e integral; “reabilitar” é a etapa com ações de melhorias nas condições de apoio à saúde mental e outros problemas psicossociais; “satisfazer” é

advogado da Cáritas Brasileira quando em situações de negociação com a Fundação Renova ou outros/as agentes envolvidos/as, com vistas a aconselhar os/as atingidos/as, caso as propostas oferecidas não sejam justas e proporcionais aos danos sofridos. Em casos de agravação da relação ou desdobramentos adversos das negociações, um/a defensor/a público/a deverá se envolver e tomar medidas cabíveis.

Meneghin também abordou a desvirtuação de informações, as quais intentavam disseminar falsos pronunciamentos sobre o afastamento do Ministério Público de Minas Gerais do caso. Em um momento específico do GT, a fala do Promotor foi interrompida por uma moça que gritou ao fundo “palmas para o Dr. Guilherme que nunca nos abandonou” e, com essa deixa, vários/as atingidos/as aplaudiram efusivamente. Não foram todos/as presentes que aderiram a ovação, porém, isso me mostrou uma grande aceitação e prestígio do promotor para com as comunidades<sup>67</sup>.

O Promotor Guilherme, em grande parte da sua fala, reserva-se a negar falsas informações veiculadas que desprestigiavam a sua atuação ou de qualquer organização preocupada com os interesses dos/as atingidos/as. Ele precisou se posicionar negativamente diante dos relatos e boatos de que empresas de advocacia da Inglaterra estariam cooptando atingidos/as. Em sua fala, “não existe disputa entre escritório de advocacia inglês e o MP”. A essa altura, o sentimento constante de desconfiança entre os/as presentes e a confrontação de mentiras ganhavam atenção e um tempo descomunal na reunião e eu me conscientizava de que a minha pesquisa de dissertação não poderia ficar restrita à comunicação dos acontecimentos minuciosos que se desenrolavam durante os GTs. Contudo, ao participar deste, certamente, muitos esclarecimentos sobre os motivos que fazem surgir problemas nos processos de negociação e outros âmbitos das relações intersetoriais começaram a despontar, alcançando o meu terceiro objetivo específico da pesquisa.

Colaboradores/as da Fundação Renova, em sua maioria mulheres, eram incessantemente confrontados/as, contestados/as e pressionados/as pela plateia presente e, na maioria das vezes, portavam-se de forma amistosa e receptiva aos processos de diálogo e negociação com atingidos/as

---

uma prestação pública de contas por parte do Estado e de outros/as responsáveis pelo crime, seja por pedidos de desculpas, construção de memoriais, tombamento de bens históricos, dar andamento aos processos jurídico-criminais; e “não repetir”, como o próprio nome indica, são certificações de garantia que o desastre não aconteça novamente, seja revisando legislações sobre mineração no Brasil, tornando fiscalizando obras de forma mais incisiva, entre outros.

<sup>67</sup> De fato, algumas pessoas defendem a boa relação do Promotor Guilherme e a sua imagem positiva sustentada entre os/as atingidos/as, porém, outros relataram certa frustração diante do excessivo enaltecimento do mesmo, principalmente quando os elogios e as congratulações se direcionam exaustiva e individualmente a ele em casos de sucesso nas negociações e resultados alcançados por vários agentes envolvidos no caso, enquanto que os erros são rapidamente associados às assessorias técnicas, dando margem às críticas destrutivas e desmotivadoras. (CADERNOD DE CAMPO).

ou outros/as interessados/as no caso. Os/As funcionários/as defendiam as obras de reassentamento que estão em andamento, mostravam preocupação com a permanência das famílias dentro das casas que serão reconstruídas, atentavam-se a eventuais dúvidas do público presente e se dispunham a, posteriormente, esclarecer questões das famílias atingidas ainda indecisas e confusas sobre a sua situação em todo o processo.

Em certos momentos durante o GT, observei funcionários/as da Renova aproximando-se para conversar individualmente com atingidos/as. Os diálogos, presenciados à distância, mostravam-se amistosos e cordiais. Contudo, quando abordei algumas pessoas individualmente ainda durante a realização desse mesmo GT, soube que esta é, na verdade, uma tática de controle e atenuação de situações nevrálgicas. Ou seja, segundo relatos, colaboradores/as da Fundação Renova utilizam da cordialidade e da simpatia para suavizar certos confrontos, comportamentos e falas de pessoas que se posicionam efusivamente nas reuniões, ou em suas casas durante as visitas pessoais, ou em outros locais de encontro. Em minhas conversas paralelas, também houve denúncias de casos de cooptação de pessoal – quando a Renova contrata atingidos/as para a realização de trabalhos diversos – e de corrupção – com o superfaturamento de notas fiscais e outros favores escusos. Muitos/as se angustiam porque passados três anos do rompimento da barragem, ainda se discute sobre as propostas de compensação, as características estruturais e arquitetônicas das casas a serem construídas e a topografia dos lotes.

Enfim, no desenrolar do GT, a Renova é incessantemente bombardeada por perguntas e questionamentos dos/as atingidos/as e sua assessoria. Os/As colaboradores/as da Fundação ficam, em muitas ocasiões, desconcertados e sem saber o que dizer, com olhares estatelados revelando ansiedade e preocupação diante da situação que sai do seu controle. Eles/as se comportam receptivos/as às provocações e se empenham em deliberar resolutamente os problemas, porém, mostram-se acuados/as, esquivos/as e preocupados/as com o desenrolar das conversas.

Em outra situação, um advogado da Renova, em seu discurso tipicamente jurídico, recheado de termos técnicos, conceitos refinados e exageradamente rebuscado, gerou agitação e descontentamentos entre os/as atingidos/as quando se referiu ao crime/desastre como “acidente”. De fato, em conversas com outros/as envolvidos/as no caso e de acordo com a literatura apresentada na sessão teórica desta dissertação, conceituar dessa forma o crime/desastre cometido pela Samarco simplifica o ocorrido e dificulta a penalização e culpabilização dos/as envolvidos/as, afinal, em

“acidentes” não há culpados/as. Não obstante, logo após a posição desse advogado, Seu Zezinho, atingido que se comporta de forma obstinada, pronunciou:

Saímos de um lugar que não queríamos sair e agora vamos voltar para um lugar que não queremos voltar. Queremos que nossos problemas sejam resolvidos com dignidade e justiça. (SEU ZEZINHO NO GT MORADIA, 2018).

O coordenador de Serviços e Análise de Projetos da prefeitura de Mariana, ao se posicionar, também foi bombardeado por perguntas e confrontos, principalmente no que tangia ao assunto das obras de construção do Novo Bento. Ficou claro que os/as atingidos/as almejam participar da contratação das empresas e fomentar a economia local, porém, são resistentes e àqueles/as que encabeçam obras na cidade e permanecem anos realizando-as. Eles/as lembraram que, em Barra Longa<sup>68</sup>, por exemplo, as obras de reconstrução e reparação dos danos estão se perdendo porque foram feitas com material de baixa qualidade. A comunidade não se porta contrariamente à contratação das empresas locais e exige por maior participação neste processo em específico.

Ao se manifestar, um representante da Cáritas Brasileira reprovou a monopolização do tempo de fala por parte da Fundação Renova e reclamou por terem esperado quase duas horas até haver espaço para que os/as atingidos/as se pronunciassem. Citou o registro de 249 críticas, levantadas pela Cáritas, sobre os lotes para a construção do Novo Bento, as quais diziam respeito às dimensões medidas erroneamente, vizinhanças situadas em locais diferentes, lotes posicionados nas ruas de maneira desconforme ao que era antes (esquina, virado para sol, etc.), entre outros. Revelou que existem diagnósticos contendo o relato de mais de 100 famílias com problemas sérios em seus lotes. A Fundação Renova, ao final do GT, nominou-os de “casos complexos” e garantiu que daria especial atenção a eles.

Segundo a assessoria técnica em seu posicionamento durante o GT, a Renova faz promessas, não as cumpre e, ainda, alimenta boatos de que a própria Cáritas dissemina mentiras a

---

<sup>68</sup> Segundos dados do IBGE (2017), a criação de Barra Longa é datada do ano de 1718. Registros recentes comprovam que, entre 1911 e 1923, ela esteve anexada ao município de Mariana, permanecendo sob responsabilidade da administração pública desta cidade. Em 07 de setembro de 1923, o distrito deixa de pertencer ao município de Mariana para ser anexado à Ponte Nova. Divisão administrativa preservada até o ano de 1938, quando Barra Longa fora elevada à categoria de município. (IBGE, 2017). Atualmente, a cidade pertence à microrregião de Ponte Nova (MG) e à mesorregião da Zona da Mata em Minas Gerais, situada à pouco mais de 200km de distância da capital Belo Horizonte e à 60 km de Mariana (MG). Barra Longa também foi fatalmente atingida pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco. Segundo informações do jornal Estado de Minas (SILVA, 2015), a onda de lama atingiu a cidade por volta de 1:00h da madrugada do dia 06 de novembro de 2015, devastando total e parcialmente os distritos de Gesteira e Barretos, além de atingir partes do Centro e destruir 40 casas e outros estabelecimentos comerciais.

respeito do andamento e atrasos nas obras. Nesse momento, os/as funcionários/as da Fundação escutavam atentos e conversavam entre si, parecendo preparar uma réplica aos questionamentos. A minha surpresa foi perceber que alguns/as atingidos/as começaram a se aborrecer com a fala do seu assessor técnico. Uma pessoa, inclusive, levantou a voz para dizer que o representante estava “querendo caçar confusão em cima de um problema fora da pauta”.

Para mim, àquela altura, não foi surpresa uma representante da Renova se levantar para, imediatamente, recriminar os posicionamentos da Cáritas e acusar a assessoria de tumultuar e atrapalhar o andamento da reunião. Os debates renderam um pouco mais e foi preciso o Promotor de Justiça encerrar o GT. Em suas exigências, estipulou a necessidade de produção de um relatório com mapeamento de todos os “casos complexos” que surgiram durante a reunião e um diagnóstico a ser entregue no GT seguinte. Guilherme Meneghin também recomendou uma reunião entre Cáritas, Comissão dos Atingidos e Fundação Renova para verificar esses casos específicos e programou o próximo GT para o dia 13 de novembro de 2018.

Em minha última visita à Mariana, neste dia 13 de novembro, participei, também, do último GT do ano, que retornaria apenas em 2019. Após discursos de abertura do Promotor Guilherme de Sá Meneghin, a discussão foi aberta aos outros presentes e, prontamente, um representante da organização Ampla<sup>69</sup> tomou a palavra e a monopolizou por um longo tempo. Em seu discurso, havia congratulações à Fundação Renova, seguidas por reprovações e críticas controversas. Ele, primeiro, elogiava o trabalho da Fundação para depois depreciá-la e reprovar a sua atuação – principalmente no que dizia respeito à qualidade das obras realizadas em Mariana. Além, posicionou-se de forma solidária aos/às atingidos/as e suas lutas, estabeleceu um compromisso de respeitar as suas causas e disse não estar interessado em criar obstáculos aos seus esforços. Nesse momento, eu fiquei intrigado e confuso em relação ao seu efetivo posicionamento no caso do rompimento da barragem de Fundão. O representante se mostrava preocupado com a “saúde financeira” das empresas de Mariana e afirmou que, se elas falissem, as contratações e os empregos seriam comprometidos. Finalmente, ao dizer que “estão todos no mesmo barco”, foi repreendido

---

<sup>69</sup> A Associação dos Prestadores de Serviços e Locadores de Equipamentos de Mariana (AMPLA) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo de defender os interesses das suas 32 empresas associadas que atuam no mercado de serviços e comércio da cidade de Mariana (MG). Segundo informações retiradas do site da AMPLA (2019), atualmente, seus membros são algumas construtoras, locadoras de equipamentos e veículos, empresas de projetos, manutenção industriais e prestadores de serviços. Estas empresas atuam no desenvolvimento da economia local e permanecem na expectativa de serem contratadas pela Fundação Renova para atuarem em questões diversas surgidas após o rompimento da barragem de Fundão da Samarco. Sua sede está na Rua Barão de Camargos, no bairro Centro de Mariana.

por uma enérgica plateia que reprovava aquele discurso de união. O discurso desse homem assinalou uma tentativa de bajulação para com todas as partes, uma preocupação excessiva com seus interesses e contradições entre afirmações e negações sucessivas.

Esse comportamento não agradou aos/às presentes. Primeiro, uma colaboradora da Fundação Renova, responsável pelas obras do Novo Bento, levantou-se e rechaçou as críticas com uma postura enérgica. Defendeu as responsabilidades da sua organização de entregar e executar os projetos com qualidade e admitiu a impossibilidade de reconstituir as edificações e outras construções locais rigorosamente semelhantes ao que eram antes, porque, segundo ela, particularidades e características específicas do novo terreno impossibilitavam a replicação idêntica. A funcionário concluiu a fala brevemente e se assentou.<sup>70</sup>

Logo em seguida, vários/as atingidos/as começaram a se levantar e contestar o discurso do representante da Ampla. O primeiro foi Antonio Pereira Gonçalves (Dalua), atingido de Bento Rodrigues, que prontamente convidou as empresas locais a se aproximarem da causa dos/as atingidos/as antes de fazer quaisquer declarações. Ele lembrou que a Ampla não participa das reuniões e debates desde o início, assegurou que não há interesse em prejudicar as contratações locais, declarou sua preocupação com a contratação de empresas que fazem trabalhos ruins e criticou as obras na cidade que são entregues fora do prazo estipulado. Outros/as se levantaram para dizer que não gostam da forma como certas pessoas os tratam; que não desejam diminuir ou desprezar ninguém; que sofrem com humilhações diárias; que apenas eles/as sabem o que passaram quando precisaram correr da lama para sobreviver; que não gostariam de estar na condição em que estão; que querem mais tolerância.

O povo de Paracatu e Bento Rodrigues está ansioso. O que nós vê é o povo aproveitando da situação para conseguir algo em troca. Ninguém está desfazendo de ninguém, o que a gente quer é ter nossos direitos garantidos. (ANTÔNIO PEREIRA GONÇALVES NO GT DE MORADIA, 2018).

Quem queria estar na condição de atingido igual nós tá?! Quem saiu correndo para não morrer fomos nós. Sofrer o que a gente sofre agora é um absurdo. (SEU ZEZINHO NO GT DE MORADIA, 2018)

---

<sup>70</sup> Nesse GT, os/as colaboradores/as da Fundação Renova permaneceram em grande parte do tempo sentados e com semblantes sérios. Eles/as não circulavam constantemente pelo salão e apenas os/as que falavam ficavam em pé. Havia alguns rostos semelhantes, porém, ainda era difícil identificar toda a equipe.

Houve, ainda, muita discussão e desencontros em torno do assunto de contratações e obras locais. Envolveram-se o Promotor Guilherme, um vereador e seu assessor, mais atingidos/as, novamente a Ampla, colaboradores/as da Fundação Renova e da Caritas. Este assunto rendeu por um momento extenso e houve manifestações comovidas, eufóricas, nervosas, perspicazes, etc. Em meio ao caos, um homem projetou sua voz no espaço para dizer que pode ter havido um mal-entendido e, rapidamente, foi retrucado por uma atingida que disse “com a Renova sempre pode haver um mal-entendido”.

Enfim, nesse GT, a Fundação Renova mostrou alguns planos e soluções para a questão da contratação das empresas que reconstruiriam Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e que realizariam outras obras. Uma atitude prevista, porque, afinal, organizações do setor privado habitualmente se antecipam em situações de crise, aplicando uma gestão estratégica para o controle de danos e interferências externas. (LINSTEAD et. al., 2014). Colaboradores/as da Renova disseram haver uma lista de empresas pré-selecionadas para serem contratadas e que o processo está em andamento. Uma conduta que, em conversas com pessoas envolvidas com o rompimento da barragem, eu descobri ter sido tomada unilateralmente, sem diálogo e participação dos/as atingidos/as. O promotor Guilherme encerrou as discussões, exigiu a introdução das comunidades no processo de decisão e pediu que dúvidas diversas dos/as atingidos/as fossem consideradas e ponderadas.

Os/As representantes da Cáritas tentaram retomar a discussão para a pauta principal e relembrou a necessidade de se contratar boas empresas e a mão-de-obra local. Em seguida, apresentaram a agenda do último GT, em que a Renova se prontificou a conversar com todos/as os/as atingidos/as que possuíam casos complexos. Confirmaram a realização de algumas reuniões, mas, ao que parecia, apenas algumas soluções genéricas foram estabelecidas. Nesse momento, o pessoal da fundação começou a se mobilizar, alguns se levantaram, como que se preparando para algo. Sem se intimidar, a Cáritas continuou expressando sua preocupação com as questões muito específicas durante o processo de reconstrução.

Enquanto a equipe da Cáritas se pronunciava, ruídos de conversas se dispersavam pelo salão. Atingidos/as, Fundação Renova e outros/as presentes mostraram certa indiferença em relação ao assunto que estava sendo discutido. Eu também havia constatado esse desinteresse no GT anterior. Ainda durante as apresentações da assessoria técnica, percebi que atingidos/as ao meu redor falavam sobre o cansaço gerado por aquele discurso. Aparentemente, certas falas de

colaboradores/as da Cáritas provocavam exaustão entre os/as participantes. Enfim, ao concluírem, uma arquiteta colaboradora da Renova tomou a palavra e asseverou que todas as exigências eram exequíveis, mas que ainda há questões importantes a serem ponderadas. Suas respostas foram imprecisas e difusas, falou sobre escutas e tratativas e comentou sobre lotes remanescentes<sup>71</sup> nos terrenos e uma preocupação com suas futuras finalidades. Nesse momento, representantes da Renova começaram a andar pelo auditório, conversando com várias pessoas, de atingidos/as a funcionários da Cáritas.

Outra situação chamou atenção. Uma atingida levantou-se e exclamou: “quem não tinha nada não deve ter nada e quem tinha alguma coisa deve continuar tendo”. Este discurso foi apoiado por outras possíveis colegas a sua volta, apesar de reprovado pelo restante dos/as atingidos/as presentes, revelando um desalinhamento e difusão de opiniões.

Chegando ao final daquele encontro, colaboradores/as da Renova informaram as regras de visita aos locais das obras de construção do Novo Bento. Foram longos minutos apresentando normas e pareceres sobre os procedimentos burocráticos e de segurança a serem seguidos caso os/as atingidos/as queiram frequentar o lugar. Para mim, a delonga naquele assunto relativamente irrelevante perante toda a complexidade que envolve o rompimento da barragem de Fundão surgiu para que se encobrisse o fato de que nada estava efetivamente pronto. Os processos ainda consistiam no estado inicial de mobilização e implantação do canteiro de obras – assentamento dos alojamentos para os operários, instalação de almoxarifado, chegada das máquinas, entre outros. Apesar da relevância de se combinar as diretrizes das visitas – afinal, canteiros de obras são locais perigosos que exigem procedimentos de segurança e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) – este não era o esclarecimento mais aguardado pelos/as atingidos/as a essa altura das negociações. Surpreendentemente, não houve discussões, dúvidas ou manifestações sobre esse assunto, apenas olhares atentos nas fotos apresentadas nos slides da Renova. Os/As atingidos/as contemplavam as imagens como quem aprecia e vislumbra um distante sonho e como quem aguarda aflito pelo fim de um pesadelo. Ao final do GT, em um auditório vazio e silenciado, o Promotor Guilherme se revoltou e exigiu mais agilidade na finalização das obras e disse que aquela situação não seria mais tolerada.

---

<sup>71</sup> Segundo a Cáritas (2018a), ao se passarem dois anos das entregas das chaves dos imóveis reconstruídos em seus terrenos dos reassentamentos coletivos, a destinação dos lotes que permanecerem vazios – os remanescentes – deverá ser definida pela própria comunidade, sendo a Fundação Renova a responsável por preservar e guardar o local.

#### ***4.1.2. Visita à Paracatu de Baixo***

Ainda na mesma semana em que fui ao meu primeiro GT de moradia, visitei o subdistrito de Paracatu de Baixo, no dia 12 de outubro de 2018. Durante o trajeto que conecta o Centro da cidade de Mariana até o distrito soterrado pela lama, sentimentos paradoxais exprimiam minhas emoções: ao mesmo tempo em que eu tinha consciência de que há três anos uma onda gigantesca com rejeitos de minério passara por aquele local soterrando a vida existente ali, eu também me fascinava pela estrada e seu asfalto impecável, a natureza inebriante, a vegetação verde aparentemente preservada, o cheiro característico relembrando tempos distantes em que passei na roça, seduzindo até o olhar mais cético. Ao chegar em Paracatu, a primeira impressão foi de que a situação “não estava tão ruim”, contudo, a ilusão se devia, principalmente, ao fato de que, passados três anos do desastre, a vegetação local crescera e os principais destroços haviam sido recolhidos.

Não obstante, aos poucos, as marcas do crime/desastre tornam-se visíveis ao olhar apurado. As manchas da lama situadas a 3 metros de altura nas paredes da Igreja, que permaneceu de pé, ficaram nítidas (Figura 1). Após uma avaliação desanuviada, descortinaram-se os escombros das casas e outros entulhos (Figura 2). Os montes de terra maciça que, antes, eram lama líquida, avolumavam-se como cupinzeiros. Os semblantes entristecidos dos/as moradores/as, que não querem ser reconhecidos/as como ex-moradores/as, saltam à vista.



Figura 1 - Marca da lama na parede externa da Igreja de Paracatu de Baixo.

Fui a Paracatu de Baixo para acompanhar uma passeata em homenagem à Nossa Senhora Aparecida e participei da missa católica naquela Igreja escura e fria. Senti uma revolta irreprimível. A única sensação que me solapava era a de que Deus não estava ali. Aquele lugar era esquecido por qualquer divindade. A Igreja tornou-se um mausoléu. A lama enrijecida nas paredes substituía as imagens de santos, anjos e arcanjos que, outrora, haviam existido.



Figura 2 - Escombros das casas destruídas e montes de lama enrijecida em Paracatu de Baixo.

Uma moça com problemas motores que se dirigiu ao púlpito para agradecer a Deus apenas agravou minha tristeza. Com dificuldades para falar e se locomover, esta mulher se expressou com uma gratidão pela vida e por ter conseguido fugir da lama de rejeitos. Ela transmitiu a sensação de que, entre os/as atingidos/as, ainda há esperança. Em sua fala, também percebi resistências e críticas à Fundação Renova. Mais tarde, em conversas com alguns/as atingidos/as e outros/as envolvidos/as com a tragédia de Mariana, descobro que o desprestígio da Fundação surgiu porque esta passou a alimentar mentiras e aplicar estratégias dúbias para lidar com as comunidades. Ainda em conversas, também descobri que existem aqueles/as atingidos/as lisonjeados/as e agradecidos/as pela atuação da Renova. Eles/as se sentem assim, muitas vezes, porque além de serem ressarcidos/as com o que lhes é de direito, eles/as também recebem presentes e outras bajulações, tais como porta retratos e brindes diversos.

#### ***4.1.3. Seminário – Mariana: três anos depois***

O Seminário “Mariana: três anos depois” aconteceu no Hotel Providência<sup>72</sup>, no dia 03 de novembro de 2018, semana do “aniversário” de três anos da tragédia. A atmosfera do ambiente anunciava a urgência de se avaliar e definir os próximos passos na reparação dos danos. Entre os/as participantes, também pairava uma sensação de revolta, de tempo perdido e de impotência diante de uma situação que, amiúde, fugia às normativas institucionais aplicadas nas tomadas de decisão. Apesar dos sentimentos difusos que me invadiam naquele momento, eu me sentia privilegiado por estar presente em um evento onde, em sua mesa de abertura, sentavam-se tantos/as importantes envolvidos/as, com grande poder de atuação e fala, que incansavelmente defendiam as causas daqueles/as afetados pelo crime/desastre em questão.

A poetisa Ana Maria Branca, atingida encarregada de realizar um pronunciamento inicial do seminário, narrou em seu poema, “junto com a espera, lá se vai a união”. Sua fala ressaltava o desgaste e os desafios enfrentados por atingidos/as diariamente. Durante o seminário, houve quatro mesas de debate com apresentação de temas diversos voltados para o rompimento da barragem de Fundão. A mesa de abertura era composta por Maria D’Ângelo (atingida de Paracatu de Cima e

---

<sup>72</sup> O Hotel Providência é uma construção datada do ano de 1849, localizado na Rua Dom Silvério, nº 233, bairro Centro de Mariana (MG). Este já foi um convento para missionárias advindas da França no século XIX, mais tarde, tornou-se um Colégio e, desde a década de 1970, é um espaço de hospedagem e realização de eventos. Disponível em: <<http://hotelprovidencia.com.br/acomodacoes.php>> Acesso em: 08 jan. 2019.

representante da comunidade rural), o Promotor Guilherme de Sá Meneghin, o Padre Geraldo Martins da arquidiocese de Minas Gerais, a professora Andréa Zhouri do GESTA/UFMG, uma representante do MAB e um representante da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais.

Na fala inicial do Promotor Guilherme, fora advertido que os/as atingidos/as enfrentariam ainda, no mínimo, mais três anos de lutas. Ele reforçou o fato de que o seminário promovia uma discussão a partir de uma perspectiva daqueles/as que estão realmente inseridos na realidade local e que possuem conhecimento e empatia pelo ocorrido e rechaçou algumas tentativas perniciosas que intentavam culpabilizar pelo crime as suas próprias vítimas. Nas palavras do Promotor, o evento dava voz aos atingidos/as.

Não podemos nos desunir, as críticas devem ser direcionadas a eles e não a nós. (GUILHERME MENECHIN NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

O Padre Geraldo Martins, por sua vez, salientou que hoje não há mais dúvidas a respeito dos/as envolvidos/as e seus interesses. Segundo ele, as funções estão definidas, restando aos/às atingidos/as se unirem àqueles conhecidamente partidários à causa das comunidades. O Padre afirmou que a Fundação Renova não foi criada para ser imparcial e que ela precisa decidir de que lado deseja estar caso queira ser efetivamente justa. Ela está unicamente reparando um crime e não trazendo benefícios e benfeitorias. Denunciou, ainda, a omissão do poder público que, no início, envolveu-se e participou das reuniões, mas que logo desapareceu, como se não fosse corresponsável pelo crime. Ao fim, parabenizou o jornal A Sirene e defendeu a sua participação como referência primordial de informação para aqueles/as que desejam estudar e compreender as vicissitudes da região.

Essa solidariedade com os atingidos/as também foi defendida pelo representante da Cáritas Brasileira. Referindo-se ao envolvimento mais refinado, o assessor técnico lembrou que a Cáritas busca, constantemente, ampliar seu corpo de funcionários/as para atuar de forma mais abrangente e pragmática, contudo, o esforço de se competir com a Renova e seus/suas mais de 1500 colaboradores/as é fatigante e transforma a arena de negociações em um ambiente com desequilibrado balanço de forças e poderes. Ele ainda destacou que as resistências da Renova em atender a todas as demandas dos/as atingidos/as ocorrem porque, ao optar pela reparação completa e indiscriminada, a fundação teme por abrir precedentes que irão constranger outras empresas do

setor de mineração e de exploração dos recursos naturais a repararem, também, seus respectivos danos socioambientais em outros lugares no mundo.

Andrea Zhouri, por sua vez, com a palavra, falou sobre a não imparcialidade da ciência em seus estudos sobre o rompimento da barragem de Fundão. Ela defendeu a necessidade de realização de mais seminários e uma assertiva posição da comunidade acadêmica ao lado das vítimas que tiveram suas vidas solapadas pela mineração no Brasil. Ela também revelou que o GESTA/UFMG orientou os/as atingidos/as e outros/as envolvidos/as, ensinou metodologias para a criação do novo recadastramento, criou cartilhas, artigos e livros na busca de instrumentos científicos e outras informações para uso pessoal daqueles/as posicionados/as ao lado das vítimas.<sup>73</sup>

Segundo a professora, o decorrer do tempo é favorável apenas para as empresas e não existe pós-desastre, afinal a complexidade de toda a situação existia antes, durante e após o rompimento da barragem. Zhouri também comentou a respeito do relatório elaborado pelo GESTA/UFMG contestando a utilização da palavra “acidente” para se referir ao crime/desastre. No início, como os/as principais responsáveis não se manifestaram propriamente, o grupo de estudo produziu este documento e o enviou ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e ao Ministério Público Federal (MPF). De acordo com a professora, acidentes não podem ser responsabilizados, logo, o termo deveria ser descartado.

Maria D’Ângelo, atingida e representante das comunidades rurais, encerrou as apresentações da mesa e reforçou o pedido por união. Para ela, as dispersões geram improdutividade e as Comissões de Bento, de Paracatu e das Comunidades Rurais devem permanecer próximas. Os/As atingidos/as, a essa altura, já sabem quem são seus/suas parceiros/as, precisam avançar nas negociações e não podem estagnar enquanto que as empresas continuam aprovando seus projetos de mineração na região. Segundo Maria, as fofocas dispersadas e outras informações distorcidas geram conflitos que podem ser evitados entre atingidos/as.

As lutas mostraram quem está do nosso lado e quem deseja ajudar na luta por justiça. A empresa não está do nosso lado. Tudo que ela fizer é para retirar direitos dos atingidos. Temos que unir para vencer a “fera”. (MARIA D’ÂNGELO NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS, 2018).

---

<sup>73</sup> Durante o trabalho de campo, em relatos diversos, foi possível perceber que os/as atingidos/as da cidade de Mariana, em geral, possuem boa relação com o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), principalmente com as professoras Andréa Luisa Zhouri Laschefski e Raquel Oliveira Santos Teixeira.

Os pedidos por reparação justa, respeito aos direitos dos/as atingidos/as e por união se repetem nas mesas seguintes. Os discursos constantemente se voltam para a Fundação Renova, para a Samarco e para o fato de que elas não se posicionam de forma estimável. Os atrasos, a lentidão nos processos e os desgastes com as negociações são sempre assuntos dos/as integrantes/as do seminário, sejam eles/as atingidos/as, colaboradores/as de alguma organização, pesquisadores/as ou curiosos/as. Rosário Ferreira Duarte Frade, atingida de Paracatu de Baixo, salientou:

As nossas lutas são incansáveis e geram importantes conquistas, porém, em termos de reparação, ainda não há nada pronto. Ninguém foi reparado ainda. (ROSÁRIA FERREIRA NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

Na segunda mesa do Seminário, intitulada “Reparação integral: o que falta?”, Tatiana Ribeiro, professora do departamento de direito da UFOP e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA/UFOP), reiterou o empenho ininterrupto de outros/as agentes na tomada de decisões que acabam por instigar, concomitantemente, a essencial participação das empresas. Ela, ainda, afirmou que o processo de disputa no âmbito do caso do rompimento da barragem foi desviado dos seus objetivos iniciais no momento em que se criou a Fundação Renova por meio de um TTAC que garantiu a preservação da empresa no centro do poder e do controle dos ambientes de negociação. Para Tatiana, mesmo que o intuito fosse “gerir programas de reparação” – e ainda que a mineradora Samarco nunca assuma – a fundação deseja, na verdade, resguardar seus próprios interesses utilizando ferramentas e outros recursos de disputa como o tempo, a palavra, os postos de trabalho, a justiça, etc., em vez de promover a governança e a participação integrada de todos/as os/as envolvidos/as.

Durante a terceira mesa, “Moradia digna: como garantir este direito?”, Sandra Nogueira e Monique Sanchez, professoras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), disseram que o acesso à moradia digna é um direito humano universal, por isso, é necessário incorporar o conceito em pesquisas e prover maior robustez teórico-científica a ele, analisando-o sempre a partir da perspectiva dos/as próprios/as moradores/as atingidos/as. Para as professoras, a permanência no território e a participação em reuniões permitem essa conceituação porque ajudam a compreender as subjetividades locais para introduzi-las e ressignificá-las.

Marino D’Ângelo, marido de Maria D’Ângelo e atingido representante das comunidades rurais, reafirmou o desmantelamento da economia local e das pequenas produções agrícolas. Como

morador das áreas rurais mais isoladas, observa dificuldades no diálogo com a Renova mesmo após maior articulação e preparo das Comissões. Também não deixou de relatar o cansaço e desgaste diário:

Hoje estamos falando de três anos, daqui a pouco vamos falar de seis. Até quando isso vai continuar? O que eu perdi a Renova não vai conseguir devolver. (MARINO D'ÂNGELO NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

Segundo Luzia Queiroz, atingida e representante de Paracatu de Baixo, a comunidade escolheu a antiga região para viver devido à presença da natureza, ar puro e tranquilidade. Agora, com a destruição pela lama de rejeitos da Samarco, foram expulsos/as e forçados/as a alterar seu estilo de vida. As inúmeras normas e diretrizes, por exemplo, limitam sua liberdade e poder de atuação autônoma. Luzia também teme que os/as atingidos/as não se reconheçam nas novas casas que receberão e que isso possa reverberar sobre sua saúde e sobre as resoluções e êxitos das Comissões dos Atingidos. Para ela, as Comissões podem acabar sendo injustamente culpadas por irregularidades ou outras inconformidades nas casas, por exemplo. Contudo, Luzia se pronuncia categoricamente:

Não podemos correr e ficar com medo. Se for pra correr, que seja pra cima deles. A gente dobrou o joelho dos gigantes. Não derrubou ele ainda não, mas se continuar lutando a gente derruba. Temos que mostrar pra Renova que aqui quem manda somos nós. (LUIZA QUEIROZ NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

Ao final dessa terceira mesa, Marino ressaltou que a comunidade está minimamente organizada a ponto de conseguir se posicionar estrategicamente e, até mesmo, expulsar a Renova de reuniões. Contudo, ele enxerga as dificuldades e observa que se, desde o início, o processo estivesse nas mãos dos/as atingidos/as, eles/as já estariam mais desenvolvidos e avançados.

Na quarta e última mesa, com o tema “Saúde: como o desastre nos atinge?”, a participante Dulce Maria Pereira, professora do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto (CEAD/UFOP), ponderou sobre o rompimento e chamou-o de desastre tecnológico com crimes ambientais subsequentes de impactos extraordinariamente maiores do que os divulgados. Segundo a professora, análises laboratoriais amostrais comprovam que a lama não era inerte e que o solo, a água e o ar continuam altamente contaminados até os dias atuais. Aline Pacheco Silva, psicóloga representante da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

(AEDAS)<sup>74</sup>, e também integrante desta última mesa, por sua vez, falou sobre aqueles/as que visitam os locais devastados pela lama (repórteres, pesquisadores/as e curiosos/as) e relatam sentir coceiras na pele e outros problemas.

Segundo esta mesma psicóloga, os/as atingidos/as ainda convivem com constrangimentos diários. Há denúncias de racismo, machismo e outros abusos. Além, a Fundação Renova se vitimiza e declara sofrer perseguições das assessorias técnicas e demais agentes. Aline critica a postura da organização que, por sua vez, denuncia os estigmas fixados em seus/suas funcionários/as e o fato de que ninguém pode ser visto conversando com eles/elas por medo de serem hostilizados/as e perseguidos por outros/as atingidos/as ou assessorias. De fato, em conversas informais com participantes do seminário, e em outros locais, descobri que o simples fato de ter alguma proximidade ou, muitas vezes, apenas ser visto conversando com colaboradores/as da Renova, pode gerar suspeitas a respeito das intenções da pessoa que se aproxima desta organização.

Débora Noal, psicóloga sanitária e membro do Médico Sem Fronteiras (MSF)<sup>75</sup>, foi a última a se pronunciar na mesa e falou sobre a visibilidade do caso de Mariana. Segundo ela, associações médicas, científicas e outras organizações importantes enxergam que a situação na cidade revela um grande avanço na inserção das comunidades em ambientes de decisão e luta por direitos. Com uma postura otimista, Débora afirmou que o Brasil é estudado internacionalmente

---

<sup>74</sup> A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) – assessoria técnica escolhida em 2017 pela comunidade de Barra Longa para o auxílio no âmbito das negociações em torno do rompimento da barragem de Fundão – envolve em suas atividades mais de 300 mil pessoas dentre agricultores, povos indígenas, ribeirinhos/as, pescadores/as, garimpeiros/as, quilombolas e outras comunidades ameaçadas em centros urbanos no estado de Minas Gerais. A AEDAS foi criada no ano 2000 com intuito inicial de se enfrentar uma ameaça ao rio Piranga, afluente do rio Doce. A comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba (MG), buscava defender seus direitos frente aos interesses de uma empresa responsável pela execução do projeto Hidrelétrico de Pilar. Em seguida, no momento em que alcançavam grandes avanços e conquistas, a AEDAS decidiu ampliar sua atuação para todo o território estadual e, a partir de 2008, passou a se articular e auxiliar na organização de comunidades ameaçadas e atingidas por mais de 400 barragens em Minas Gerais. Desde a sua criação, o seu objetivo é “interceder nas comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias atingidas e garantir um plano de negociação coletiva, [...], visando a reparação justa”. (AEDAS, 2017). A assessoria técnica também intercede por comunidades que desejam promover um desenvolvimento rural sustentável e aprimorar suas técnicas e práticas em agroecologia.

<sup>75</sup> A organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) foi criada em 1971, na França, por médicos/as e jornalistas voluntários/as que atenderam vítimas na guerra civil da Nigéria no fim da década de 1960. Neste período, enquanto trabalhavam nos locais afetados pelas atrocidades da guerra, os/as profissionais se depararam com as intermináveis limitações impostas à ajuda humanitária internacional, como, por exemplo, o simples “acesso ao local e os entraves burocráticos e políticos”. (MSF, 2019). Portanto, eles surgem como uma organização humanitária voltada para a ajuda médica e para a divulgação e sensibilização internacional a respeito das aflições causadas àqueles/as em estado de vulnerabilidade frente às catástrofes ambientais, epidemias e calamidades públicas, conflitos humanos, desastres tecnológicos, entre outros. Segundo informações do site do MSF (2019), “em situações em que a atuação médica não é suficiente para garantir a sobrevivência de determinada população [...], a organização pode fornecer água, alimentos, saneamento e abrigos”.

como modelo para espaços de articulação, mobilização e transferência de poder às populações locais por causa dos acontecimentos em Mariana (MG). Ela também defendeu que é preciso se pensar no antes, durante e depois do desastre, sempre envolvendo a comunidade na tomada de decisão e salientou:

O desastre apenas termina quando termina o sofrimento, afinal, a violência e o desastre acontecem todos os dias após o episódio trágico. (DÉBORA NOAL NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

Para Débora, a reposição de bens materiais não contempla a totalidade das consequências de um desastre e seus impactos psicossociais, quais sejam, estigmatização, sensação de não pertencimento, hostilização, rompimento abrupto dos vínculos por mortes e distanciamentos inoportunos, entre outros. As negociações incessantes e desgastantes podem gerar depressão e outras doenças, por isso, nestes processos de reparação, a psicóloga exalta, até mesmo, a hostilidade das comunidades contra as empresas. Segundo ela, isso significa que ainda há energia suficiente para se combater, mesmo acometidos/as por esgotamentos e outros sofrimentos. Um dos indicadores de saúde é, justamente, esta posição de enfrentamento. A preocupação surge quando atingidos/as se desestimulam e se tornam submissos/as, indicando a existência de doenças crônicas não curadas e outros problemas.

Ela terminou sua fala exaltando o trabalho essencial das equipes técnicas que ajudam a trilhar novos percursos e estilos de vida, resgatar memórias do território e auxiliar as populações locais a se adaptarem às mudanças. Esta é uma das primordiais mensagens do seminário, cujos debates e apresentações mostraram a importância de se continuar engajado/a mesmo em circunstâncias de incertezas e esperas angustiantes. Também ficaram evidentes os descontentamentos com o sistemático descumprimento dos prazos e acordos por parte da Fundação Renova e com o fato de que as poucas ações de reparação se resumem às mitigações imediatas dos danos e outras ações emergenciais. A professora Andréa Zhouri, na mesa de abertura, antecipou essa conclusão:

A caminhada e a luta são longas, isso pode acabar esvaziando a resistência e, mais uma vez, as empresas contam com esse desgaste. (ANDRÉA ZHOURI NO SEMINÁRIO “MARIANA: TRÊS ANOS DEPOIS”, 2018).

Nesse seminário, acima de tudo, observei uma incansável tentativa dos/as atingidos/as de olharem para o futuro, avaliar e definir os próximos passos e prioridades para que se conquiste mais e se alcance uma reparação justa e integral. Além, o encontro ajudou na conscientização a respeito das organizações que se articulam ao lado destes/as atingidos/as e que os/as apoiam de forma inteligente, estratégica e organizada.

#### ***4.1.4. Visita à Bento Rodrigues***

O dia 05 de novembro, longe de ser um dia especial três anos atrás, tornou-se singular para mim, em 2018, por muitos motivos. O primeiro deles foi o fato de ter se iniciado e terminado com uma chuva ininterrupta. De manhã, fui ao Centro de Convenções com a esperança de conseguir presenciar o encontro das mulheres e crianças atingidas organizado pelo MAB. Esperava que essa reunião fosse aberta ao público externo, contudo, fui barrado com desconfiança logo na entrada por colaboradores/as do próprio MAB. Após ser impedido de entrar, aguardei pelo ônibus fretado especialmente para esse dia em que visitaríamos o subdistrito de Bento Rodrigues.

Sua saída, prevista para as 12:00h, ocorreu por volta das 13:00h. Desencontros entre o motorista do ônibus e a principal organizadora dessa excursão nos fizeram perder a carona e ter que nos unir ao grupo do Observatório de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL)<sup>76</sup>. Logo no início do percurso, antes de chegarmos ao destino desejado, atravessamos o local onde será construída a comunidade de Novo Bento. Havia ali um enorme canteiro de obras, muitos/as funcionários/as e grandes placas com o nome da Fundação Renova estampado nelas. O mais curioso desse lugar era, exatamente, a sua localização: próximo a um aterro sanitário e cercado por abandonadas plantações de eucalipto com seu conhecido potencial de degradação do solo.

---

<sup>76</sup> O “Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina” (OCMAL) foi criado em março de 2007, na Bolívia, após um encontro entre organizações que lutam contra os imprudentes avanços da mineração em diversos países da América Latina. O objetivo principal deste grupo é defender as comunidades e pessoas afetadas pela exploração mineral que ameaça as atividades culturais, políticas e econômicas locais. Atualmente, ele conta com a participação de dezenas de instituições, organizações, fundações, centros de pesquisa e outros/as interessados/as em apoiar uma resistência estrategicamente posicionada para confrontar os danosos empreendimentos minerários em diversas regiões do continente. (OCMAL, 2019). É admirável e encorajadora a diversidade na composição do OCMAL que se empenha com sacrifício e expertise junto a inúmeras pessoas de universidades, estados e países, revelando uma extensa rede internacional de apoio e união contra os impactos da mineração, contudo, no dia da visita à Bento Rodrigues, muitos/as dos/as presentes e integrantes nunca tinham ouvido falar do nome da Fundação Renova, fotografavam-se sorrindo em frente aos escombros das casas de Bento Rodrigues, mostravam bastante desconhecimento a respeito do que estava acontecendo na cidade de Mariana e ao longo da bacia do Rio Doce, entre outras atitudes impensadas e indelicadas para com o momento que presenciávamos.

Enfim, minhas percepções sobre a visita a Bento são semelhantes às da visita a Paracatu de Baixo. O trajeto até a região é ladeado por uma mata exuberante e uma estrada de terra bem cuidada. Passamos por várias guaritas com guardas da Fundação Renova e tivemos nosso ônibus escoltado por viaturas da polícia militar e por outras caminhonetes de procedência desconhecida. A sensação era de que estávamos incessantemente sendo vigiados e monitorados, seguindo a caminho de uma propriedade privada, cujo acesso não era autorizado. De fato, esta desconfiança se corrobora a partir dos relatos – e conforme apresentado em sessão anterior – a respeito da compra de terrenos ao entorno de Bento para isolar o local, dificultar a entrada de pessoas e, até mesmo, alagar a região com a construção de barragens que represam rios próximos. Bento Rodrigues se tornou um distrito fantasma. Parte de sua antiga comunidade está submersa em água, outra parte está totalmente destruída pela lama e há, ainda, os imóveis que não foram tocados pela lama por estarem situados em pontos mais altos, mas que se encontram saqueados e em ruínas pela degradação do tempo. (Figura 3).



Figura 3 - Vista de Bento Rodrigues: área alagada após contenção do rio pelo dique S4.

Ao final da minha visita, no retorno à cidade de Mariana, chovia e fizemos uma rápida pausa em frente à sede da Samarco em Mariana<sup>77</sup>. A intenção era manifestar o repúdio contra

---

<sup>77</sup> A sede da Samarco em Mariana fica na altura do km 117 da rodovia MG 129, no estado de Minas Gerais, Brasil. Próximo a este local, também estava situada a barragem de Fundão do complexo minerário de Germano. Fonte Google Maps (2014). Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Samarco/@-20.2013054,->

crime/desastre cometido pela empresa, além de lembrar as vítimas e as violações de direitos vivenciadas diariamente. Os portões da empresa permaneceram fechados e seis seguranças se posicionaram enfileirados em frente ao local de entrada (Figura 4).



Figura 4 - Portão de entrada da sede da Samarco em Mariana (MG) e os seis seguranças posicionados em frente a ele.

Após retornar para casa, conversei com conhecidos/as e fui esclarecido a respeito de algumas questões interessantes: há conflitos internos entre os/as atingidos/as, principalmente envolvendo visitas irregulares a Bento Rodrigues e outros locais afetados pela lama de rejeitos; é essencial sempre escutar os/as atingidos/as, respeitar seu lugar de fala e não opinar sem ter conhecimento de causa; a Cáritas Brasileira comete alguns erros que levam alguns/as atingidos/as a desmerecerem seu trabalho; existem muitos conflitos entre agentes de base, porém, ao final das discussões, todos/as sentam juntos para conversar, rir e trocar experiências.

#### **4.2. Coletiva de imprensa com atingidos/as**

No dia 01 de novembro de 2018, semana em que se completavam exatos três anos do desastre, foi realizada uma coletiva de imprensa na Casa do Jornalista de Minas Gerais.

Participaram da coletiva os/as atingidos/as Marino D'Ângelo (representante das comunidades rurais de Paracatu de Cima), Luzia Queiroz (representante de Paracatu de Baixo, subdistrito de Monsenhor Horta) e Antônia Pereira Gonçalves (representante de Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão), além de colaboradores da Caritas Brasileira Regional Minas Gerais. Estavam presentes no local, repórteres da mídia televisa (Globo Minas), da rádio (Itatiaia, Inconfidentes, 98FM, etc.), do jornal A Sirene de Mariana e outros.

Em sua breve fala inicial, Marino afirmou que as comunidades rurais têm sofrido um empobrecimento forçado e constantes pressões e imposições da Fundação Renova. Ele se posiciona como porta-voz de pessoas atingidas, cujas opiniões estão sendo suprimidas. Luzia, por sua vez, delongou-se mais em seus pronunciamentos e, primeiramente, mostrou-se insatisfeita com o fato de Paracatu de Baixo não ser alvo de matérias divulgadas na mídia. Aparentemente, há um desinteresse em se comunicar sobre os acontecimentos nesse lugar, que, assim como Bento Rodrigues, teve casas, tradições e economia locais totalmente destruídas.

Ademais, esta atingida compreende que as medidas de reassentamento da Fundação Renova impõem leis e outras diretrizes antes desconhecidas pelos moradores de Paracatu, segundo ela, “tudo agora é plano diretor e lei ambiental”. Ela denunciou o cansaço e adoecimento das pessoas causados por desgastes das incontáveis reuniões e encontros. Ela ainda percebe que os moradores se sentem enjaulados como se em gaiolas dentro das casas alugadas pela Fundação em Mariana; relatou os atropelamentos dos seus conhecidos por falta de costume com carros; casos de sofrimentos por síndrome do pânico; falecimentos que não ocorreriam se os/as atingidos/as ainda habitassem em sua comunidade nativa; crianças e jovens desestimulados/as e que não se identificam com a cidade de Mariana.

Segundo Luzia, homens e mulheres possuíam seus costumes, estilos de se vestir e de se comportar em público, porém, com a transferência forçada para a cidade, lentamente estão perdendo estes regionalismos e tradições. O simples fato de andar descalço/a, por exemplo, agora é recriminado e evitado na cidade devido ao constrangimento público que sentem. A atingida teme pelo esquecimento das suas lembranças e observa que isso, fatalmente, já acontece. Ela reconhece que os reassentamentos podem ficar impecáveis, porém, os/as moradores/as continuarão sem suas cachoeiras e outros espaços que possuíam antes. Em seu pronunciamento, Luzia vocifera “não somos rascunhos, somos enciclopédias vivas”.

Ao final de sua fala, Luzia lembrou que logo nos primeiros meses após o rompimento da barragem de Fundão, os/as atingidos/as foram chamados/as para negociar e debater, porém, os acontecimentos sempre se desdobram de forma fatigante e os acordos se delongam sem prazo de finalização, um esforço que se arrasta por mais de três cansativos anos. Na época do primeiro cadastramento dos/as atingidos/as, por exemplo, houve grande sofrimento porque as perguntas dos questionários eram tendenciosas e ambíguas. Agora, eles/as se sentem vulneráveis por compreenderem que a Fundação Renova, e, conseqüentemente, a Samarco, possuem informações privadas e delicadas a seu respeito.

Antônio Pereira Gonçalves, ao se posicionar, ressaltou que Bento Rodrigues foi o distrito de Mariana mais atingido e destruído. Segundo ele, durante todos os anos de existência das barragens da Samarco, a comunidade nunca se sentiu ouvida pela empresa. Moradores/as sempre temeram um rompimento iminente, porém, não havia conversa e debate entre eles/as e a empresa para tratar da situação incômoda e perigosa. Em suas palavras “este era um crime anunciado”, em que sirenes inexistentes nunca soaram.

Relembrou que a sua irmã foi forçada a fugir da lama segurando no colo uma criança com 30 dias de vida. Além, ressaltou que as pessoas estão se desencontrando, que os/as moradores/as não se encontram com a mesma frequência de antes, que os debates ficaram difusos e distantes uns dos outros e que há desarticulação e desestruturação. Ele sente pesar pela perda de sua comunidade e seus costumes.

O laser de minha mãe era cuidar da horta, das plantas e das galinhas, agora, mora em uma casa grande em Mariana que não dá prazer. Não existe um quintal na casa da minha mãe. (ANTONIO PEREIRA GONÇALVES EM COLETIVA DE IMPRENSA, 2018).

Antônio denunciou as omissões e inexistência de punidos/as e também enfatizou as muitas mortes de moradores/as desde o início dos processos. Fato endossado pelos/as representantes da Caritas Brasileira que, por sua vez, classificaram tais flagelos como violações dos direitos humanos, um crime que se estende por três anos até os dias atuais. Os/As colaboradores/as da assistência técnica ressaltaram as lutas da Comissão dos Atingidos e sua importância como movimento de resistência e conquistas, ainda que estas possam ser consideradas singelas e discretas por alguns/as.

Funcionários/as da Cáritas reforçaram que o pioneirismo dos/as atingidos/as em Mariana é admirável e anunciado mundialmente e que as empresas não devem definir unilateralmente quem

eles/as são. Ao contrário, eles/as devem se empoderar e se reconhecer como atingidos/as de forma autodeclaratória. Também destacaram que a preparação dos cadastramentos deve ser acompanhada de perto e que os reassentamentos coletivos e familiares e as reconstruções individuais são direitos e não oportunidades ou benevolências da Samarco.

Ao final da coletiva, Marino retomou a palavra e salientou o desejo de não permanecer na região rural de Paracatu de Cima por haver alto índice de contaminação do solo. Ele não apresentou laudos técnicos ou comprovações científicas, mas afirmou que frutas e plantações têm crescido em tamanho não natural, devido à alta concentração de minerais tóxicos na terra. O atingido ainda denunciou as armadilhas da Renova e as etapas e processos que delongam as disputas e desarticulam as reuniões dos/as proprietários/as rurais que conquistaram seus direitos de restabelecer seus terrenos e criações em outras localidades.

Apesar de relembrar que nenhum/a atingido/a foi reassentado/a, Marino mostrou expectativas de que isso ocorreria ainda no ano de 2018, porém, para ele, os esforços concentrados em cima da reconstrução das comunidades de Bento e Paracatu poderiam prejudicar o desenrolar das ações voltadas para as comunidades rurais, as quais podem ficar em segundo plano. Por fim, denunciou o superfaturamento de notas fiscais e o fato de que a Renova está sempre tentando causar tumultos e desavenças.

O dinheiro está sendo rasgado. (MARINO D'ÂNGELO EM COLETIVA DE IMPRENSA, 2018).

Resumindo, percebo que há grande descontentamento dos/as atingidos/as diante do pouco que tem sido feito nos últimos três anos. Os relatos de descaso e desrespeito por parte da Fundação Renova, a falta de escuta, a morosidade nas ações, os danos na saúde e modo de vida local, a preocupação diante do futuro e conseqüente ruína das suas tradições e história, a sensação de perseguição, a desarticulação das ações dos/as atingidos/as, as tentativas de criar movimentos paralelos que desprestigiam os existentes, entre outros, testemunham uma deficiência das ações efetivas, das reparações integrais pelos danos sofridos e na garantia de direitos por hora suspensos.

## 5. DISCUSSÃO

Uma representante do MAB, durante a mesa de abertura do seminário “Mariana: três anos depois” afirmou que é essencial estabelecer de que lado deseja estar na luta contra a injustiça social. No caso específico das tempestuosas relações que se irrompem em Mariana (MG), o posicionamento é indispensável e não é possível se aproximar das empresas para depois se aliar aos/às atingidos/as e defender seus direitos e interesses, ou vice-versa. Com isso em mente, esta dissertação proporcionou maior visibilidade às vítimas. Além, os resultados do trabalho etnográfico culminaram em anotações e análises sobre o pronunciamento de pessoas envolvidas no caso do rompimento da barragem de Fundão que se manifestavam como representantes das organizações as quais pertenciam, portanto, com base nos argumentos de Burt (2000), considero que estes mesmos indivíduos são porta-vozes das estratégias de suas organizações e são os principais responsáveis pela construção das interdependentes relações intersetoriais.

A situação social vivenciada em áreas de exploração minerária no Brasil apresenta diferentes agentes organizados em sociedade civil, governo e iniciativa privada que consubstanciam intervenções e protagonizam lutas constantes de interesses históricos convergentes ou distantes uns dos outros. No período da ditadura militar, principalmente, o grande capital internacional tomou posse sobre vastos territórios no país e organizou a vida rural a partir de uma lógica empresarial. Isso influenciou a política e a economia de modo a favorecer os interesses dos grandes latifundiários e a expandir a produção em escala industrial para a exportação de bens primários. (MARTINS, 2000). Diferentes grupos antagonizaram-se no meio rural, ficando as grandes empresas de um lado – como as estabelecidas – e as comunidades locais do outro – as *outsiders*.

Essa particularidade não segue a mesma ordem do caso estudado por Elias e Scotson (2000), afinal, o tempo de permanência no local de habitação não contribuiu para que camponeses/as, indígenas ou outras comunidades rurais brasileiras conseguissem se posicionar e permanecer como grupo estabelecido. Vale ressaltar que, em nenhum momento desta pesquisa, ser um/a estabelecido/a, aos moldes do livro *Os Estabelecidos e Outsiders*, configura-se como uma vantagem ou virtude. Afinal, em Winston Parva, possuir este título significava pertencer a um grupo de personalidades que assumiam características seletas e irrepreensíveis e que alimentavam desavenças, segregações e desigualdades por meio de fofocas, depreciações e posturas eugenistas.

(ELIAS; SCOTSON, 2000). Apenas ressalto que, tanto no caso das disputas pela exploração de recursos naturais no país quanto no cenário consolidado em Mariana (MG), as autoproclamadas estabelecidas são as “recém-chegadas” empresas e as estigmatizadas como *outsiders* são as antigas famílias camponesas ou outros/as habitantes locais, respectivamente, a Fundação Renova/Samarco de um lado e os/as atingidos/as de outro.

O âmbito da exploração dos recursos naturais no país possui uma ordem social marcada por relações desiguais de poder, suas conseqüentes tensões e uma temporalidade que não se resume ao ciclo de um governo, de um único grupo de interesse ou de uma conjuntura histórica específica. Espelhando este argumento no objetivo da pesquisa desta dissertação, foi possível lançar luz sobre uma relação entre agentes que historicamente se confrontam de forma combativa e divergente, evidenciando-se ações reconhecidamente inadequadas que desrespeitam as particularidades e ofuscam as complexidades das interdependências sociais fundamentadas nas instituições locais. Constatou-se um desequilíbrio de poder forjado entre Fundação Renova e atingidos/as pela lama de rejeitos, o que, conseqüentemente, provoca exclusão, pobreza, estigmatização e desrespeito aos direitos.

A questão minerária no Brasil apresenta uma complexidade composta por relevantes adversidades históricas, problemáticas sociais e políticas indissociáveis ao presente. Segundo Bourdieu (2003, p. 51), ao se analisar múltiplos e complexos contextos, o mais provável precisa se tornar conhecido para que o mais improvável aconteça. As relações intersetoriais desdobradas em Mariana (MG) acontecem em contextos institucionais tolhidos pela tentativa de dominação da Fundação Renova. Neste cenário, combinam-se ambientes políticos, econômicos e culturais, levando as organizações a atuarem de acordo com seus interesses. A governança institucionalizada pelo TTAC de 2016 levou a Renova a se posicionar unilateralmente como a julgadora do processo. O discurso da professora Tatiana Ribeiro (GEPSA/UFOP), durante o seminário, foi categórico quando ela ressaltou que as negociações no âmbito do rompimento da barragem se desviaram dos objetivos iniciais após a criação da fundação.

Para Parsons (1974, p. 19), um sistema de dependência surge quando agentes se conscientizam destas complexidades normativas e suas relações com o ambiente, com a preservação da espécie e com a possibilidade de exprimir interesses. A lógica institucional e suas normas sociais, portanto, ajudam na compreensão das ações individuais e organizacionais em contextos diversos, proporcionam legitimidade e previsibilidade ao comportamento dos/as agentes,

direcionam atitudes em situações de confronto e concorrência de ideias e alteram decisões e resultados em relações intersetoriais. A coerência institucional direciona a relação para um caminho mais ou menos participativo, gerando conformidades e expectativas na ação do/a parceiro/a. (VURRO et. al., 2010). A nova configuração que se materializou em Mariana (MG) e o consequente surgimento de arranjos institucionais posteriores ao “acordão” redirecionaram as ações das comunidades locais para que elas se mobilizassem e se comportassem de forma diferente do que faziam antes de terem suas vidas transformadas. Isso fica evidente nas falas dos/as atingidos/as quando se referem com expressiva exaustão aos planos diretores, diretrizes de reassentamento, encontros compulsórios para resoluções jurídicas dos problemas, etc.

O TTAC (2016), por mais que objetivasse a governança compartilhada para a criação dos programas de reparação, ao contrário, garantiu que a Samarco permanecesse no centro do poder e do controle dos ambientes de negociação. O “acordão” foi um dos responsáveis pelo surgimento da desconfiança no âmbito das relações desenvolvidas entre as organizações citadas neste trabalho justamente porque, logo no princípio, afastou atingidos/as da tomada de decisões. Contudo, fica transparente em falas dos/as muitos/as envolvidos/as com o caso, que a mineradora não assume, e não assumirá, a sua intenção de resguardar interesses ao posicionar a Fundação Renova na linha de frente das negociações e que suas ferramentas são, na verdade, um recurso de autopreservação e distanciamento do crime/desastre cometido.

Estes, na verdade, são processos de isomorfismo (DIMAGGIO; POWELL, 1983) observados em um ambiente marcado por correlações entre indivíduos, culturas, interesses e a própria estrutura social estabelecida na região. Organizações passaram a agir de forma mais homogênea – a Fundação Renova com a Samarco e a Comissão dos Atingidos com a Cáritas e outras assessorias técnicas – a partir do surgimento de certas definições institucionais, principalmente, o TTAC 2016 e as ações públicas instauradas pelo Ministério Público. Houve isomorfismo porque: os/as participantes percebiam a expansão das interações entre as organizações quando, repetidamente, a Renova defendia os interesses da Samarco ou quando as assessorias técnicas faziam o mesmo pelos/as atingidos/as; surgiram estruturas interorganizacionais e outros padrões como, por exemplo, as reuniões, encontros, GTs e processos judiciais; as informações diversas sobre reassentamentos, casos complexos, direitos e deveres circulavam em maior abundância e velocidade. (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Apenas o surgimento de uma consciência mútua a respeito do envolvimento de todas as organizações naquele âmbito de relações não foi observado (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Afinal, estas mesmas conexões, vínculos e acordos são disformes, mutáveis e plurais, o que se evidencia na capacidade dos grupos de base em alterar o decurso das negociações e as peculiaridades do ambiente, ou ainda, no fato de que a Fundação Renova repetidamente buscava se posicionar unilateralmente no topo hierárquico da estrutura de poder construída na cidade de Mariana (MG). Todavia, é mister lembrar que há uma constante disputa em jogos multipessoais a vários níveis, onde se elucidam relações com incontáveis interferências e interdependências entre agentes com capacidades distintas de controle. (ELIAS, 2008).

Ainda que não executado a longo prazo, como gostaria Elias (1994b), esta dissertação salienta a dinâmica local e a relação entre lideranças representantes de cada organização, tornando-se uma possibilidade de comprovação empírica das dependências consolidadas entre cada agente e suas forças em escalas sociais mais reduzidas. A Fundação Renova, por mais que intente se posicionar de forma unilateral nas tomadas de decisões, frequentemente é forçada a jogar com o governo local e com o ministério público nos níveis mais altos de negociação, enquanto que, paralelamente, relaciona-se com atingidos/as, Caritas e com outras organizações da sociedade civil em níveis diversos.

A fundação tornou-se refém destes ambientes de disputa, não sendo possível afirmar que ela possui pleno poder de controle sobre todas as decisões que despontam em todas as camadas relacionais. Ela necessita dos/as agentes envolvidos para alcançar seus objetivos que se estendem desde a preservação da sua imagem nacional e internacional até a necessidade de contratação da mão-de-obra local. Por isso, em jogos de vários níveis, jogadores/as de níveis baixos também possuem uma força que desloca e flexibiliza o equilíbrio de poder, tornando o jogo mais democrático.

Em Mariana (MG), um/a único/a jogador/a não conseguiu se posicionar no centro de contenção e controle de todos os possíveis decursos do jogo. Como observou-se na prática, a quantidade de jogadores/as é demasiadamente crescente e mutável, tornando os jogos mais difíceis e interdependentes. Contudo, mesmo enfrentando constantemente conflitos de entendimento e endereçamento para as situações desdobradas nas relações locais, a Renova continua como a principal gestora do caso e se sente como a estabelecida nesse processo. Essa postura fica perceptível durante as reuniões dos GTs quando ela minimiza apresentações e opiniões das

assessorias técnicas e de outras organizações locais; quando seus/as colaboradores/as assumem olhares e/ou comportamentos desdenhosos para com argumentos de outros/as; quando os/as mesmos/as funcionários/as andam sem rumo pelo recinto, usam seus celulares, mostram desinteresse, realizam diversas tarefas no momento em que outras pessoas argumentam ou se manifestam; quando apresenta demasiada celeridade e diligência na tomada de decisão; quando se afasta de uns e se aproxima de outros/as atingidos/as para discutir, representar, demandar, apresentar opiniões, etc. Com estes comportamentos, a Fundação Renova autodeclara-se superior e se posiciona em dimensões sociais distintas daquelas identificadas em atingidos/as e em outros/as agentes.

A Renova, por meio da construção de laços fracos de relação e contatos diretos e indiretos com atingidos/as e assessorias técnicas, permanece constantemente conectada a membros de grupos variados, capta informações cruciais sobre os desdobramentos de eventuais problemas, não se isola ou permanece imóvel diante de uma situação, consegue assimilar rapidamente as oportunidades de ação e integração com o ambiente, sobrepuja eventuais limitações do seu círculo de relações e sustenta a desconfiança, as mentiras e os distanciamentos pragmáticos. A Renova construiu uma rede interpessoal larga e amorfa (GRANOVETTER, 1973) e se movimenta pelos diferentes espaços de negociação e enfrentamento, permanecendo como uma agente instruída a respeito dos embaraços que possam prejudicá-la e conquistando cada vez mais permeabilidade entre os/as envolvidos/as, ainda que truncada e desinformada sobre outras particularidades locais. A Fundação, portanto, possui acesso ao mundo dos/as atingidos/as e aumenta, frequentemente, sua capacidade de transformação e transferência de informação.

Durante os GTs, a Fundação Renova era sempre pressionada a dar explicações e questionada sobre suas ações (ou falta delas). Ainda que seus/suas funcionários/as se mostrassem receptivos e prestativos a revelar seus argumentos, eu me interrogava se aqueles eram comportamentos dissimulados. Eu permanecia angustiado diante de atitudes daqueles/as colaboradores/as que poderiam estar simulando preocupações e interesses por situações que, ao fim, não estariam solucionadas. Independente das respostas aos meus devaneios, eu sempre me frustrava, pois, se esclarecidos, ou teríamos a dissimulação de um comportamento ou teríamos a completa ausência de resoluções precisas para os problemas levantados.

Entre agentes organizados/as na base do processo de negociação, há um consenso de que a Renova se tornou um dos maiores empecilhos para mais avanços devido à morosidade na tomada

de decisão, à divulgação de informações destorcidas e à construção dos conflitos nos territórios. Por isso, segundo relatos, atingidos/as acreditam que conquistarão mais autonomia, participação, ousadia e alternativas de diálogo e embate na medida em que houver mais acordos que se distanciam das decisões centradas em interesses da Fundação Renova. Entretanto, não é possível argumentar com precisão que a ausência desta organização surtirá efeitos no melhor andamento da resolução dos problemas uma vez que ela é a interlocutora direta com a Samarco e a porta voz das disposições desta empresa.

Ademais, as desavenças que presenciei entre assessoria técnica e atingidos/as acarretavam em desperdícios de esforços, desuniões dos/as agentes posicionados/as do mesmo lado do jogo e exposições de problemas de representação que fatigavam ainda mais a tomada de decisão. A Renova se aproveitava desses desentendimentos e se desviava dos holofotes e da culpa pelas adversidades surgidas no decorrer das reuniões e em outras ocasiões. Um posicionamento consciente, ou não, que responsabiliza os/as atingidos/as pelo rompimento da barragem e agrava os imbróglis surgidos por cenários eventuais.

O sentimento de desconfiança entre várias pessoas que se envolvem com o caso é constante. Essa sensação ocorria, principalmente, quando eu – ainda que devidamente apresentado – me aproximava de atingidos/as e assessorias técnicas e quando o nome ou a presença de funcionários/as da Fundação Renova e Samarco eram notadas em qualquer ambiente em que estávamos. No seminário “Mariana: três anos depois”, por exemplo, representantes destas organizações não foram identificados/as em nenhum crachá dentre os/as participantes. Além de ter sido repetidamente criticada por quase todos/as palestrantes e plateia presentes, a Renova se ausentou porque não foi convidada e não era bem-vinda. Fica, assim, revelada a sua falta de prestígio entre as comunidades e outros/as agentes envolvidos/as no caso.

A falta de autonomia em escolher com quem se relacionar e a dificuldade de se estabelecer acordos sólidos (HUXHAM, 2003), leva os/as agentes envolvidos/as nesta relação intersetorial a optarem por desconfiarem uns dos outros. A confiança emerge quando há acordos formalizados e cumpridos, boa reputação de comportamentos passados, predisposição para se encarar riscos e resultados inesperados, expectativas a respeito do futuro da relação e segurança no fato de que todos/as estarão preparados para assumir sua função e responsabilidade (HUXHAM, 2003), comportamentos que, conforme observados durante a etnografia, são reiteradamente desprezados pela Fundação Renova. Esta organização, ao contrário, utiliza um marketing empresarial

controverso ao mostrar os prejuízos gerados pela ausência da Samarco na região. (MEDEIROS et. al. 2018). O aumento do desemprego e a defesa pelo retorno da mineração acabam transformando os/as atingidos/as em responsáveis, perante outros grupos, por problemas que fogem de sua imissão.

Em grande medida, estes comportamentos são esperados porque regulamentos e leis deixam lacunas que acabam sendo habilmente exploradas. Após crimes corporativos engendrados a partir das brechas legais e da ausência de manuais e rotinas operacionais da corporação, a empresa, também, manipula uma audiência e os modelos éticos de tomada de decisão. (MEDEIROS et. al., 2018). Quando ela opta por esse desengajamento moral, dentre outros danos, transmite-se a imagem de que as vítimas de um crime são desimportantes e não merecedoras de qualquer reparação, direito ou, minimamente, consideração. A Samarco, ao minimizar discursivamente o ocorrido em Mariana no dia 05 de novembro de 2015, desconsidera, até mesmo, as vidas perdidas.

É possível interpretar que a Samarco utiliza o desengajamento moral para desativar a autocensura pelo crime cometido e, dessa forma, reconstrói a realidade, discursivamente, por meio dos recursos retóricos ou manobras discursivas, implicando na negação da culpa para evitar a reprovação que suas condutas provocam em sua audiência. (MEDEIROS et. al., 2018, p. 83).

As empresas que negligenciam a sua saúde moral e as leis quando se preocupam sobremaneira com a maximização dos lucros cometem crimes na proporção do rompimento da barragem de Fundão e se furtam das suas responsabilidades. A Samarco e a Fundação Renova se distanciam dos/as atingidos/as e de suas responsabilidades pelo crime/desastre, gera desconfiança entre as demais organizações engajadas no caso, alimenta sua reputação desprestigiada devido às ações apressadas e desengajadas com a realidade local e se protegem utilizando dos meios legais para lidar com os confrontos com a Comissão dos Atingidos, com a Cáritas e com o Ministério Público.

## 6. CONCLUSÃO

Enquanto escrevo as últimas palavras para essa conclusão, vivemos, no Brasil, mais uma tragédia ocasionada pelo rompimento de outra barragem. Novamente, a mineradora Vale é a responsável! Novamente, no estado de Minas Gerais! Dessa vez, a cidade de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, no dia 25 de janeiro de 2019, recebeu os primeiros impactos causados pela gigante onda de lama despejada após o rompimento da barragem que represava os rejeitos das extrações da Mina de Feijão. Até a tarde do dia 03 de fevereiro de 2019, foram confirmadas 121 mortes. Destas, 107 corpos estão identificados e ainda restam 212 desaparecidos. (VALE, 2019). A lama de rejeitos continua escoando pelo Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco, e os danos ambientais desse crime permanecerão tão catastróficos e irreparáveis quanto as perdas humanas.

Mais um crime/desastre cometido por uma mineradora que utiliza este modelo barato, atrasado e perigoso de armazenar os rejeitos gerados pelo seu processo de extração do minério. Um método que, por ser reconhecidamente depreciado e ultrapassado, viola direitos e despreza suas potenciais consequências socioambientais. Todo o país sofre com essa forma de exploração dos recursos naturais e continua sofrendo quando prenunciadas tragédias como a de Mariana e Brumadinho ocorrem. Um descaso que acaba por empreender sobre as ciências a responsabilidade de produzir estudos, como o desta dissertação, que se somam àqueles empenhados em rivalizar os abusos perpetrados por organizações e pessoas que exploram a natureza até o esgotamento de sua capacidade de recuperação.

Nestes cenários que se projetam em várias regiões do país, a comunidade local também possui o papel protagonista de confronto e resistência. A situação observada na cidade de Mariana e entre as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo é considerada um avanço em termos de negociação e endereçamentos em contextos de crise. Sabe-se que em ocasiões semelhantes, as lutas judiciais se arrastam por décadas e os casos simplesmente prescrevem. A população de atingidos/as sofre diariamente com as perdas e os atrasos. Para eles/as, o tempo é um inimigo agonizante e cada vitória conquistada, na verdade, parece atrasada e prejudicada pelos interesses das empresas. Passados três anos de um crime/desastre, pouco foi concretizado e o que se observa são ações acanhadas e um processo que se arrasta lentamente. Os acordos conquistados são pautados por desconfianças, abusos, egoísmos e desrespeitos às memórias locais.

Historicamente, povos indígenas, quilombolas e camponeses não se sujeitam aos interesses da mineração no país, portanto, em um cenário ideal, a remodelagem institucional deveria ser acompanhada pelo desenvolvimento de uma nova identidade nacional na tentativa de articular e introduzir as identidades minoritárias que surgem em um novo sistema que se propõe. Nesta dissertação ficou evidente que a adequação dos comportamentos requer maior compreensão e observância às instituições, estruturas e particularidades do território estudado. Os valores, quando associados à coletividade, regulam a ação e a ordem social, elementos que, de acordo com a pesquisa realizada, são essenciais na relação entre diferentes agentes nas áreas de exploração de recursos naturais.

Em casos de disputas por essa mesma exploração, como acontece na mineração, por exemplo, frequentemente agentes se confrontam depreciando uns aos outros. Conforme relatos e observações durante o trabalho de campo, as desavenças e os desalinhamentos de opiniões, as indisposições para se encarar riscos, a descrença nas ações de muitos/as envolvidos/as, as controversas entre os/as que aceitam a Fundação Renova e os/as que não a aceitam, a tentativa desta organização de desvencilhar o nome da Samarco de toda a situação, um interesse velado de intervir e encobrir os rastros e responsabilidades pelo crime são frequentes. Em Mariana (MG), a despeito das denúncias, os/as gestores/as ambientais da Samarco negligenciaram os eminentes impactos da atividade de exploração dos recursos minerais. Mesmo quando não condenada, se as atitudes cabíveis não foram tomadas anteriormente ao saber dos seus problemas técnico-estruturais e do risco eminente de suas falhas, esta corporação se tornou imediatamente responsável pelos danos e desastres.

Por outro lado, quando a própria Caritas entra em desarmonia com os/as atingidos/as – uma exceção nos encontros que presenciei – revela-se desavenças e despende-se esforços que segregam as ações estratégicas dos/as agentes posicionados/as no mesmo lado do jogo. A resistência deve ser voltada para as obras inacabadas, as morosidades e outras ações que distorcem os percursos das negociações. É importante manter alinhadas certas decisões para confrontar aqueles/as que se consideram alicerçados no alto da estrutura hierarquizada de poder. Sabe-se que a preocupação dos/as atingidos/as é com o seu próprio bem-estar, por isso, suas deliberações precisam estar atentas à imagem que transmitem como grupo coeso e preparado. De acordo com Marino D'Ângelo, durante o seminário “Mariana: três anos depois”, as comunidades se encontram organizadas para

confrontar e interromper estrategicamente quaisquer precedentes para a repetição de atos criminais no futuro.

As comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo reclamam por seus direitos de participação, ampliação e manifestação de seu poder de autonomia e de atuação e esperam que os acordos e outras resoluções no âmbito dos processos os protejam mais do que protegem as empresas. Os/As atingidos/as precisam ter assegurado seu fortalecimento social e inserção na mesa de discussão, para que, além do obrigatório respeito aos seus direitos, seja possível reconquistar sua dignidade, normalizar minimamente os seus padrões de vida e recuperar a economia e a cultura locais. Entretanto, sabe-se que muito pouco será exatamente como antes. Segundo Luzia Queiroz, em sua entrevista na coletiva de imprensa na Casa dos Jornalistas em Belo Horizonte, juntamente com o fim de sua comunidade, extinguiu-se tradições e culturas familiares datadas de mais de 200 anos atrás, bem como matas exuberantes, cachoeiras e um grande potencial de plantio e criação de gado que não serão restituídos.

Os/As habitantes afetados/as pela lama de rejeitos desejam a normalidade, porém, relatam sensação de cansaço e insegurança por não terem o resgate digno da sua vida, os seus direitos constitucionais garantidos e por enfrentarem dificuldades ao conviver com tantas mudanças e interferências de organizações e pessoas diversas. Os discursos e denúncias proferidos durante os GTs moradia, na coletiva de imprensa e no seminário mostraram que as relações de poder, interdependentes e desiguais, são marcadas por mentiras e pelo desejo da Renova de monitorar e controlar os processos de negociação e desvencilhar o nome da Samarco do crime/desastre cometido. Em alguma medida, a maioria dos/as envolvidos/as se desentendem com esta fundação que se considera a estabelecida e que alinhou suas ações com os interesses da empresa. Este processo de isomorfismo originou uma organização estruturada hierarquicamente que exacerba as relações de poder desequilibradas, dissemina informações que a favorece e exerce influências sobre outros/as agentes submetidos/as ao seu controle. (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Na medida em que se fortaleceram e se organizaram, atingidos/as passaram a enfrentar a Samarco de forma mais combativa e conseguiram ser representados/as por organismos que se familiarizavam com a realidade local, como é o caso da Cáritas Brasileira, por exemplo. Atingidos/as são os verdadeiros estabelecidos/as, seus objetivos estão articulados e inseridos numa lógica de resistência e luta por direitos. Contudo, suas condutas permanecem inseridas em um território regulado por instituições que nem sempre os/as representam. Por isso, a complexidade de

suas demandas e de outros riscos socioambientais eminentes exigem a reformulação destas normativas. A desproporcional influência e magnitude das ações e interferências das organizações ou políticas públicas inseridas em um contexto específico devem ser repensadas de modo a envolver a realidade imediata dos/as seres humanos/as e ecossistemas locais.

Por fim, o papel da ciência é fundamental. A sociologia “consiste em transformar problemas metafísicos em problemas susceptíveis de serem tratados cientificamente e, portanto, politicamente” (BOURDIEU, 2003, p. 54), por isso, o sociólogo deve saber identificar os objetos empíricos e teóricos que ajudam a encontrar soluções para os problemas sociais. Bourdieu (2003, p. 66) considera que “a luta pelas classificações sociais é uma dimensão capital da luta de classes”. Os estudos acadêmicos como mecanismos de emancipação da consciência e expansão do olhar a diferentes formas de lidar com o nosso sistema social devem transformar o conhecimento em um instrumento de enfrentamento e luta política. Ao se conceber e rerepresentar o mundo social em pesquisas sociológicas, por exemplo, conceitos dominantes devem ser consultados e confrontados.

A sociologia deve libertar-se dos discursos e pensamentos tradicionais, criar seus próprios conceitos e não apenas “interpretar forças compulsivas específicas que agem sobre as pessoas nos seus grupos e sociedades empiricamente observáveis”. (ELIAS, 2008, p. 18). Intelectuais precisam se engajar diante de um sistema de representações e fortalecer os debates científicos para que estes sejam, de fato, transpassados e assimilados por aqueles/as que frequentemente são marginalizados. A pesquisa possui um significativo papel no processo de comprometimento e de inclusão das comunidades locais no trabalho sustentável e na criação de verdadeiro valor social.

Infelizmente, muitos/as oportunistas estão se aproveitando da situação desenrolada após o rompimento da barragem de Fundão para enriquecerem e conseguirem recompensas midiáticas e publicitárias. Por isso, compreendo e compartilho das preocupações e resistências dos/as colaboradores/as da Caritas ou de outros/as em relação à presença de estranhos. Em muitas ocasiões, eu também temia estar me aproximando de um/a “infiltrado/a” e lhe provendo informações que poderiam ser utilizadas para fins além da indispensável exposição dos acontecimentos. Todavia, considero essencial a presença constante de pessoas nos locais atingidos pela lama de rejeitos por acreditar que, assim, o crime/desastre jamais cairá no esquecimento.

Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo precisam continuar desvelando os desdobramentos infundáveis do rompimento da barragem da Samarco para que cada vez mais pessoas tomem conhecimento das repetitivas violações de direitos ocorridos na região. Transformar o local em um

espaço de visitas turísticas, por exemplo, pode se mostrar uma importante ferramenta de recordação e repúdio aos impactos da mineração no Brasil. Estas atividades, obviamente, devem ser feitas com respeito ao território, às memórias e às tradições locais, preocupando-se com discursos ofensivos, descuidados e com a potencial geração de conflitos.

Algo a ser debatido e exposto, também, são as particularidades espaciais do novo terreno onde será construída a comunidade de Novo Bento. Por que tão próxima a um aterro sanitário? Por que ela é circundada por abandonadas plantações de eucalipto? Onde estavam os órgãos fiscalizadores capazes de impedir essa decisão? Em relatos de pessoas próximas a esse fato, descobri que, na época da escolha dos terrenos, a Samarco apresentou três opções: um ruim (Lavoura), outro muito ruim (Bicas) e outro péssimo (Carabina). Isso obrigou a maioria dos/as atingidos/as a optarem pelo ruim. Entretanto, ainda pergunto, por que a empresa apresentou apenas estas opções? Quais os interesses de se manter uma comunidade em um local como este?

Enfim, isso escancara as desigualdades evidentes em áreas rurais e demanda ações coletivas capazes de gerar expressivas transformações e benefícios. As políticas públicas e outras ações governamentais e estatais precisam ser revisadas para que compreendam as condições de estudo, trabalho e de lazer para a população e da verdadeira relevância das assistências técnicas e dos financiamentos para as empresas. Estes estudos, por sua vez, carecem de uma reflexão a longo prazo e o enquadramento de outros/as agentes nos processos de coleta e análise de dados qualitativos.

Esta pesquisa de dissertação limitou-se a espaços físicos e a um curto período de tempo que impossibilitaram a avaliação ampliada de outras variáveis, como, por exemplo, interferências dos governos locais. Para pesquisas futuras, portanto, saliento a necessidade de se permanecer mais tempo em trabalho de campo e criar laços com os/as atingidos/as que permitam o conhecimento a respeito de outros fatores influentes em suas regiões. Cabe ressaltar, ainda, que muitos/as se preocupam com o momento pós reassentamento em Mariana. Por isso, estudiosos devem direcionar seus esforços científicos à elaboração de cenários e gestão dos danos às vidas das comunidades que serão remanejadas. Órgãos competentes precisam voltar suas atenções às ações de prevenção, gestão, mitigação e monitoramento de crises causadas por crimes/desastres socioambientais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEDAS. **Quem somos**: nossa história, missão e dados. Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), 2017. Disponível em: <<https://www.aedasmg.org/quem-somos>> Acesso em: 29 jan. 2019.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Twenty Lectures**: Sociological Theory Since World War II. Columbia University Press, Nova York, 1987.

ALGER, Keith; CULLEN JR, Laury; RAMBALDI, Denise M. Land Reform and Biodiversity Conservation in Brazil in the 1990s: conflict and the articulation of mutual interests. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 747–755, jun. 2005.

AMPLA. **Conheça a Ampla**. Associação dos Prestadores de Serviços e Locadores de Equipamentos de Mariana (AMPLA), 2019. Disponível em: <<http://www.amplamariana.com.br/conheca-a-ampla>> Acesso em: 29 jan. 2019.

ANA/MMA. **Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce**: conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. Agência Nacional de Águas (ANA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos (SPR), Brasília, 2016. Disponível em: <[file:///G:/P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o\\_UFMG/Mestrado\\_Sociologia/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Artigos/EncarteRioDoce\\_21\\_03\\_2016\\_1.pdf](file:///G:/P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o_UFMG/Mestrado_Sociologia/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Artigos/EncarteRioDoce_21_03_2016_1.pdf)> Acesso em: 20 set. 2018.

BARROS, Ellen; PINHEIRO, Suzane. **Mariana três anos depois**. Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, notícias, nov. 2018. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/mariana-tres-anos-depois/>> Acesso em: 28 jan. 2019.

BEER, Samuel H. Encounters With Modernity. IN: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press, Nova York, 2006, cap. 35, p. 693-715.

BERTERO, José Flávio. Sobre a proposta de reforma agrária do MST. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 20, p. 53-78, 2006.

BEYME, Klaus Von. Political Institutions – Old And New. IN: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press, Nova York, 2006, cap. 38, p. 743-757.

BJÄRSTIG, Therese; SANDSTRÖM, Camilla. Public-private partnerships in a Swedish rural context – A policy tool for the authorities to achieve sustainable rural development? **Journal of Rural Studies**, v. 49, 2017, p. 58-68.

BLONDEL, Jean. About Institutions, Mainly, But Not Exclusively, Political. IN: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press, Nova York, 2006, cap. 36, p. 716-730.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-138, 2003.

BORGES, Sérgio. “O desastre da barragem de rejeitos em Mariana, Minas Gerais: aspectos socioambientais e de gestão na exploração de recursos minerais.” **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 27, n. 2, p. 301-312, 2018.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO Maristela Simões do. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa, Fim de Século Edições, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Segunda parte: a economia das práticas. IN: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: EDUSP Zouk, 2007, caps. 2 e 3, p. 94-211.

BRASIL. Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 28 fev. 1967. Seção 1, p. 2417.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 5 out. 1988.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012**. Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental. Poder Legislativo, Brasília, 10 dez. 2012. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3040899&ts=1548431376047&disposition=inline>> Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei 5807, de 19 de junho de 2013**. Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências. Poder Legislativo, Brasília, 19 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696>> Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 789, de 25 de julho 2017. Altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 jul. 2017a. Seção 1, p.1.

BRASIL. Medida Provisória nº 790, de 25 de julho 2017. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração, e a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 jul. 2017b. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Medida Provisória nº 791, de 25 de julho 2017. Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 jul. 2017c. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jun. 2018. Seção 1, p. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.

BURT, Ronald S. The network structure of social capital. **Organizational Behaviour**, v. 22, p. 345-423, 2000.

CÁRITAS. **Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia**: restituição. Caritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2018a. Documento impresso e entregue no seminário “Mariana: três anos depois” no dia 03 nov. 2018.

CÁRITAS. **Quem Somos e Histórico**. Caritas Brasileira Organismo da CNBB, 2018b. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>> Acesso em: 14 jan. 2019.

CARNEIRO, Edir J. Atividades Minerárias e Conflitos Ambientais e Territoriais em Minas Gerais (Brasil): trajetória histórica. IN: ZHOURI, et al. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo, Annablume, 2016, cap. 11, p. 255-278.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Nuñez Juv**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

COMPAT. **Atos de nomeação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana Minas Gerais**. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT), Mariana, 2019. Disponível em: <<https://www.compat.info/atos-de-nomeacao-do-conselho>> Acesso em: 30 jan. 2019.

CORTEZ, Rafael de Paula Santos. Globalização e proteção social nos Países Desenvolvidos: uma análise da literatura. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 161-176, nov. 2008.

CRUZ, Antonio. **Governo cria grupo de trabalho para coordenar ações sobre desastre em Mariana**. Agência Brasil, 07 jan. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-01/governo-cria-grupo-de-trabalho-para-coordenar-acoes-sobre-desastre-em-mariana>> Acesso em: 29 jan. 2019.

DABOUB, Anthony J.; CALTON, Jerry M. Stakeholder learning dialogues: how to preserve ethical responsibility in networks. **Journal of Business Ethics**, v. 41, p. 85-98, 2002.

- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, abr. 1983.
- DOS SANTOS, Antônio G.; PASCOAL, Genival; MUNIZ, Lucimar. **Atingido**: um conceito em disputa. *Jornal A Sirene*, ed. n° 5, ago. 2016.
- ELIAS, Norbert. Mudanças na Balança Nós-Eu (1987). IN: ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994a, Parte III, p. 127-195.
- ELIAS, Norbert. Introdução à Edição de 1968. IN: ELIAS, Norbert. **Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994b, 2ed. v. 1, Apêndice, p. 214-251.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. IN: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000, Introdução, p. 19-50.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Edições 70, 2008, 202p.
- EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; BALOGH, Stephen. An Integrative Framework for Collaborative Governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, p. 1-29, maio 2011.
- FREITAS, Maria E. Existe uma saúde moral nas organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 32, p. 13-27, 2005.
- G1. **Grupo de trabalho vai discutir ações para atingidos por rompimento de barragem**. G1 MG, Belo Horizonte, 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/grupo-de-trabalho-vai-discutir-acoes-para-atingidos-por-rompimento-de-barragem.ghtml>> Acesso em: 29 jan. 2019
- GARFINKEL, Harold. **Estudos de Etnometodologia**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Tradução Livre, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Editora Sabotagem, 2004.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, Editora Vozes, 2010.
- GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, maio 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

GRUDINSCHI, Daniela; KALJUNEN, Leena; HOKKANEN, Timo; HALLIKAS, Jukka; SINTONEN, Sanna; PUUSTINEN, Antti. Management challenges in cross-sector collaboration: elderly care case study. **The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal**, v. 18, n. 2, 2013.

HECLO, Hugh. Thinking Institutionally. IN: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press, Nova York, 2006, cap. 37, p. 731-742.

HOJE EM DIA. **Grupo de trabalho finaliza propostas para atingidos pela tragédia de Mariana**. Redação Hoje em Dia, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/grupo-de-trabalho-finaliza-propostas-para-atingidos-pela-trag%C3%A9dia-de-mariana-1.455378>> Acesso em: 29 jan. 2019.

HUXHAM, Chris. Theorizing Collaboration Practice. **Public Management Review**, v. 5, n. 3, p. 401-423, 2003.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nov. 2015. Disponível em: <[https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)> Acesso em: 23 jan. 2019.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão**: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), out. 2018. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg#notificacoes>> Acesso em: 23 jan. 2019.

IBGE. **Barra Longa**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Barra Longa, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/panorama>> Acesso em: 29 jan. 2019.

INSTITUTO PRÍSTINO. **Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão – SAMARCO MINERAÇÃO S/A**. Belo Horizonte, 21 out. 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/10776560-Instituto-pristino-ip-082-2013-belo-horizonte-21-de-outubro-de-2013.html>> Acesso em: 24 jan. 2019.

ISLAM, Mohammad Samiul. Governance and Development. **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**, p. 1-9, jan. 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/318154801>> Acesso em: 15 maio 2020.

LINSTEAD, Stephen; MARÉCHAL, Garance; GRIFFIN, Ricky W. Theorizing and researching the dark side of organization. **Organization Studies**, v. 35, n. 2, p. 165-188, 2014.

MAB. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas.** Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), jan. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>> Acesso em: 14 jan. 2019.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Elaborating the ‘‘New Institutionalism’’. IN: RHODES, R. A. W.; BINDER, Sarah A.; ROCKMAN, Bert A. **The Oxford Handbook of Political Institutions.** Oxford University Press, Nova York, 2006, cap. 1, p. 3-20.

MARIANA. **Centro de Convenções.** Prefeitura de Mariana (MG), Portal do Turismo, 2018. Disponível em: <<http://turismo2016.pmmariana.com.br/centro-de-convencoes>> Acesso em: 29 jan. 2019

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 11, n° 2, p. 97-128, fev. 2000.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; OLIVEIRA, Luciano Batista de. Mitos no Desengajamento Moral: Retóricas da Samarco em um Crime Corporativo. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 70-91, jan./fev., 2018.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, ano 124, n. 14, 44p., 2016.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto NE nº 500, de 20 de setembro de 2016. Dispõe sobre a requisição administrativa de terreno localizado no Município de Mariana, para implantação do Dique S4. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, ano 124, n. 172, p. 3-4, 21 set. 2016.

MPF. **Nota Técnica – A PEC 65/2012 e as Cláusulas Pétreas.** Ministério Público Federal, Brasília, 03 maio 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-pec-65-2012/>> Acesso em: 28 jan. 2019.

MPMG. **Direitos Humanos. Ministério Público. Relação atualizada e status das ações ajuizadas no caso Samarco. Comarca de Mariana.** Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/mg, relação n. 01, out. 2017.

MPMG. **O que é.** Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2018a. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/o-que-e/>> Acesso em: 14 jan. 2019

MPMG. **MPMG presta contas de atuação no caso do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015.** Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Superintendência de Comunicação Integrada. Notícias: Meio Ambiente, 05 nov. 2018b. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/meio-ambiente/noticias/mpmg->

presta-contas-de-atuacao-no-caso-do-rompimento-da-barragem-de-fundao-em-2015.htm> Acesso em: 14 jan. 2019.

MSF. **Quem somos**. Médicos Sem Fronteiras (MSF), 2019. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/quem-somos>> Acesso em: 29 jan. 2019.

MUNIZ, Lucimar. **Terras alagadas, direitos violados**. Jornal A Sirene, 19 abr. 2017. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2017/04/19/terras-alagadas-direitos-violados>> Acesso em: 30 jan. 2019.

OCMAL. **Quienes Somos**. Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL), 2019. Disponível em: <<https://www.ocmal.org/ocmal/>> Acesso em: 29 jan. 2019.

OLIVEIRA, Joao Pacheco. Para além do horizonte normativo: elementos para uma etnografia dos processos de reconhecimento de territórios indígenas. IN: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa da. **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília- DF: ABA, 2015, p. 180-197.

PARSONS, Talcott. Orientações Teóricas. IN: PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1974, cap. 2, p. 15-42.

PASCHOAL, Janaína. “**Não dá para confiar na Samarco**”. Jornal A Sirene, 25 jan. 2018. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/direitos-humanos/2018/01/25/nao-da-para-confiar-na-samarco>> Acesso em: 30 jan. 2019.

PAULA, João A. de; GUERRA, Cláudio B.; BRITO, Fausto R. A.; BARBOSA, Francisco A. R.; NABUCO, Maria Regina. Dinâmica capitalista, divisão internacional do trabalho e meio ambiente. IN: PAULA, João A. de; BARBIERI, Alisson F. **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, p. 27-46, 1997.

PIRES DO RIO, Gisela A., DRUMMOND, Helena Ribeiro. Água e espaços transfronteiriços na América do Sul: questões a partir do território. **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n. 1, p. 209-230, 2013.

QUEIROZ, Luzia; REIS, Marlene. **Cadastro dos atingidos: o direito de dizer sobre as minhas perdas**. Jornal A Sirene, 27 nov. 2017. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2017/11/27/cadastro-dos-atingidos-o-direito-de-dizer-sobre-as-perdas>> Acesso em: 28 jan. 2019.

QUEIROZ, Luzia; D’ANGELO, Maria. **Para uma reparação justa, um cadastro nosso**. Jornal A Sirene, 20 fev. 2018. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/justica/2018/02/20/para-uma-reparacao-justa-um-cadastro-nosso>> Acesso em: 28 jan. 2019.

RODRIGUES, Léo. **Construção de dique pela Samarco em área tombada causa polêmica com moradores**. Agência Brasil, 04 nov. 2016a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/construcao-de-dique-pela-samarco-em-area-tombada-causa-polemica-com-moradores>> Acesso em: 30 jan. 2019.

RODRIGUES, Léo. **Mariana**: chuvas de verão serão teste para novas estruturas de contenção da lama. Agência Brasil, 04 nov. 2016b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/chuvas-de-verao-serao-teste-para-novas-estruturas-de-contencao-da-lama>> Acesso em: 30 jan. 2019.

SACHS, Wolfgang. Development: the rise and decline of an ideal. **Encyclopedia of Global Environmental Change**, Londres, v. 4, p. 4-29, 2001.

SAMARCO. **A Samarco**. Samarco Mineradora S.A., 2018. Disponível em: <<https://www.samarco.com/a-samarco/>> Acesso em: 14 jan. 2019.

SENA, Milton; DOS SANTOS, Antônio G. **Direito de entender**. Jornal A Sirene, ed. n° 5, ago. 2016.

SENADO FEDERAL. **Governo anuncia novo marco regulatório para a mineração**. Revista de Audiências Públicas do Senado Federal, ano 4, n° 17, set. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/terras-raras/propostas/governo-anuncia-novo-marco-regulatorio-para-a-mineracao.aspx>> Acesso em: 12 maio 2020.

SILVA, Cristiane. **Barra Longa é atingida pela lama de rompimento de barragens**. Jornal Estado de Minas, 10 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna\\_gerais,705121/barra-longa-e-atingida-pela-lama-de-rompimento-de-barragens.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705121/barra-longa-e-atingida-pela-lama-de-rompimento-de-barragens.shtml)> Acesso em: 29 jan. 2019.

SIRENE, A. **Sobre nós**. Jornal A Sirene, Mariana, 2018. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/sobre>> Acesso em: 14 jan. 2019.

STATTMAN, Sarah L.; MOL, Arthur P.J. Social sustainability of Brazilian biodiesel: the role of agricultural cooperatives. **Geoforum**, v. 54, p. 282–294, 2014.

TTAC. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. UNIÃO e outras entidades, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2019.

UAI CARITAS. **Boletim Informativo UAI – Caritas Brasileira Regional Minas Gerais**. Caritas Brasileira Regional Minas Gerais, Edição Especial, nov. 2018.

VALE. **Atualizações Brumadinho**. Vale, 03 fev. 2019. Disponível em: <[http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes\\_brumadinho/Documents/PDFs/030220191530.pdf](http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes_brumadinho/Documents/PDFs/030220191530.pdf)> Acesso em: 03 fev. 2019.

VANSANDT; SUD. Poverty Alleviation through Partnerships: A Road Less Travelled for Business, Governments, and Entrepreneurs. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 3, p. 321-332, out. 2012.

VURRO, Clodia; DACIN, M. Tina; PERRINI, Francesco. Institutional Antecedents of Partnering for Social Change: How Institutional Logics Shape Cross-Sector Social Partnerships. **Journal of Business Ethics**, v. 94, p. 39–53, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo, Companhia das letras, 2004.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington, A World Bank Publication, 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>> Acesso em: 14 maio 2020.

ZHOURI et. al. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. IN: ZHOURI, et al. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo, Annablume, 2016, cap. 2, p. 45-65.

ZHOURI, Andréa. Introdução: produção de conhecimento em um “campo minado”. IN: ZHOURI, Andréa. **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, ABA, 1.ed., 2018, p. 8-26.